

Escola de Sociologia e de Políticas Públicas

**“O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o
Reforço do Autocratismo com o 27 de Maio de 1977”**

Palmira dos Santos Reis

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos**

Orientador

Professor Doutor Eugénio Luís da Costa Almeida

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa IUL

CEI - Centro de Estudos Internacionais - IUL

Outubro de 2018

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do
Autocratismo com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

Prova defendida dia 3 de dezembro de 2018, pelas 15.00, no ISCTE – IUL (Instituto
Universitário de Lisboa)

Elementos do Júri:

Presidente: Professora Doutora Ana Lúcia Sá, diretora do Mestrado de Estudos Africanos do
ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Arguente: Professor Doutor Alberto de Oliveira Pinto, investigador do CESA-ISAG, European
Business School e do Centro de História da FLUL, Faculdade de Letras da Universidade de
Lisboa

Orientador: Professor Doutor Eugénio Luís da Costa Almeida, investigador do CEI-IUL,
Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL e investigador-associado do Centro de
Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar CINAMIL, Lisboa

*“No tocante à vida interna do MPLA, foi o fim do
debate político, pois qualquer opinião crítica se
arriscava a receber (...) o carimbo de “fraccionista”.
Agostinho Neto retomou o domínio completo do
aparelho do partido e do Estado (...) chegaram então
aos extremos do culto da personalidade”*

Tali, (2001: 29)

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Mariana e Pedro, os primeiros entusiastas desta minha aventura;

Ao meu orientador, Professor Doutor Eugénio Luís Costa Almeida. Mais do que um orientador, um amigo;

À Ana, sua mulher, pelas horas em família que lhe roubei;

À imprescindível diretora do Mestrado, Professora Doutora Ana Lúcia Sá;

Ao meu arguente, Professor Doutor Alberto de Oliveira Pinto, pela consideração demonstrada;

Ao Professor Doutor Ulrich Schiefer, pelo carinho que sempre me dispensou;

Aos nacionalistas e escritores que nunca deixaram de me responder a um e-mail ou telefonema:

Adolfo Maria;

Fernando Vumby;

Jaime Araújo Júnior

José Manuel “Jonuel” Gonçalves;

José Reis;

Ao engenheiro Simeão Cacete, por tão prontamente se dispor a responder ao questionário que lhe enviei;

À jornalista e escritora Leonor Figueiredo, que desde o primeiro encontro me soube pôr à vontade;

Ao jornalista da “Folha 8”, Orlando Castro;

Às minhas amigas Raquel, Graça e Gabrielle, que sempre me fizeram sentir acompanhada nesta aventura;

Aos incansáveis funcionários da Biblioteca do ISCTE;

Às prestáveis funcionárias do departamento de Mestrados do ISCTE.

A todos, a minha mais sincera gratidão!

RESUMO:

Com o advento dos movimentos nacionalistas africanos e por pressão dos organismos internacionais, Portugal, não podendo continuar a “mascarar” a existência de colónias com a denominação de “províncias”, concede a independência aos seus territórios ultramarinos, logo depois da revolução de 25 de abril de 1974.

Em Angola, o sentimento nacionalista pró-independência já estava em marcha, sobre a forma de luta armada desde 1961.

Inicialmente, apenas dois movimentos independentistas lutavam contra o exército português, o Movimento de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), quer no terreno, quer através de ações de sensibilização dos dirigentes nacionalistas, que se encontravam exilados. Em 1966 é criada a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

São aqueles três movimentos que, depois dos Acordos de Alvor, são chamados a tomar posse como Governo Transitório, até à preparação e proclamação da independência, marcada para a data de 11 de novembro de 1975.

Não foi isso que aconteceu e o MPLA, de Agostinho Neto, proclamou, unilateralmente, a independência da República Popular de Angola.

Esta dissertação pretende contribuir com a análise do perfil de Agostinho Neto, enquanto líder do MPLA, na clandestinidade, e depois, já como primeiro presidente de Angola, para o entendimento da execução da sua política, e o endurecimento da mesma, após a tentativa de golpe de estado a 27 de Maio de 1977. O MPLA, desde muito cedo que sofreu dissidências e Agostinho Neto, enquanto seu presidente, conseguiu sempre anulá-las a seu favor, reservando para os líderes da oposição penas severas, quando não a eliminação física, antes e depois da independência.

O drástico episódio do 27 de Maio de 1977 em Angola foi um exemplo de como o choque entre duas personalidades, Agostinho Neto e Nito Alves, que lutaram pela independência na clandestinidade, e pertencendo ao mesmo movimento, tinham formas distintas de entender a “Revolução Socialista”.

Palavras Chaves: Autocratismo; Angola; MPLA; Fraccionismo; “Golpe de Estado”; 27 de Maio de 1977; Revolução Socialista.

ABSTRACT:

Immediately after the Revolution of 25th of April in 1974, coupled with the both the advent of the African Nationalist movement and the increasing pressure being exerted by international organizations, Portugal could no longer “mask” the existence of colony’s with a “provincial” denomination, the matter of independence of it’s overseas territories had to be addressed.

Nationalist sentiment for pro-independence was however, already under way in Angola since 1961, in the guise of the armed struggle.

Initially, only two independent movements fought the Portuguese army, namely, The People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and The National Liberation Front of Angola (FNLA). They not only wanted to claim land but raise awareness through sensitization of nationalist leaders which were exiled. The National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) was formed, just, in 1966.

Only these three movements, were called upon, after the Agreement of Alvor, to take office as Transitional Government, during the preparation and proclamation of Independence, scheduled for the 11th November 1975.

That is, however, not what happened. The MPLA, lead by Agostinho Neto, unilaterally proclaimed the Independence of the People's Republic of Angola.

This dissertation intends to analyze the profile of Agostinho Neto, his clandestine operations whilst leader of the MPLA, and thereafter as the first President of Angola. We examine the implementation of his policies as well as the concretization thereof after the attempted coup de etat on the 27th May 1977.

The MPLA suffered much internal disharmony from very early on, and, whilst in power, Agostinho Neto, somehow managed to nullify them in his favor. He imposed severe penalties on the opposition leaders both before and after independence, the severity of which could include death.

The massacre in Angola on the 27th May 1977 serves as a horrific example of the egoistic, the clandestinely clash between two personalities, Agostinho Neto and Nito Alves, fighting for independence, which, whilst belonging to the same movement, embodied a paradoxical understanding of the term “Socialist Revolution”.

Keywords: Autocratic Regimes; Angola; MPLA; Factionalism; “Coup de etat”; 27th May 1977; “Socialist Revolution”

ÍNDICE

	PÁGINA
Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice.....	iv
Índice de Quadros e Figuras.....	vi
Glossário de Siglas.....	viii

I Parte

Introdução	1
1.1. Razões da escolha do Tema.....	2
1.2. Objetivos Principais.....	2
1.3. Organização da Dissertação.....	2
1.4. Metodologia.....	3
Capítulo I – A Formação de Regimes Autocratas: Génese e Manutenção	5
1.1. Os regimes autocratas.....	5
1.2. O papel das elites nos regimes autocratas.....	7
1.2.1. A formação da elite angolana.....	8
Capítulo II - O Movimento Popular de Libertação de Angola	
2.1. De Viriato da Cruz a Agostinho Neto.....	13

II Parte – A Presidência de Agostinho Neto no MPLA, na clandestinidade e no Governo da República Popular de Angola

Capítulo III – O MPLA de Agostinho Neto na clandestinidade

3.1. A construção de um líder.....	19
3.1.1. A Revolta de Jibóia.....	22
3.1.2. A Revolta de Leste.....	23
3.1.3. A Revolta Activa.....	25
3.2. A posição de Agostinho Neto face às dissidências.....	28

Capítulo IV - Da Independência de Angola ao 27 de Maio de 1977

4.1. A questão da Colónia Angolana.....	33
4.2. O fracasso dos Acordos de Alvor.....	36
4.3. O fim do Governo de Transição e a proclamação da Independência.....	39

III Parte – O 27 de Maio de 1977

Capítulo V - Os Antecedentes do 27 de Maio de 1977

5.1. O incómodo protagonismo de Nito Alves.....	43
5.2. A 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA e o clima de suspeição.....	45
5.3. “As Treze Teses em Minha Defesa”.....	47
5.4. Os resultados da Comissão de Inquérito.....	51

Capítulo VI - O 27 de Maio de 1977

6.1. Golpe e Contragolpe.....	53
6.2. A repressão.....	55

Capítulo VII - Um Golpe de Estado “Permitido”

7.1. ANGOLA: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977 – Análise do documento do Bureau Político do MPLA.....	61
7.2. O Poder Popular questionado entre a 3ª Reunião Plenária e o Iº Congresso do MPLA.....	65

IV Parte

Conclusão.....	69
-----------------------	-----------

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do
Autocratismo com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

Bibliografia.....75

Anexos.....I

CV

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

	PÁGINA
Figura 1.1 – Evolução de Regimes Democráticos e Autocráticos.....	5
Quadro 1.1 – Regimes Autocráticos.....	7
Figura 2.1 – Mapa da Regiões Político-Militares do MPLA.....	17
Figura 3.1 – Mapa Etnolinguístico simplificado	21
Figura 3.1.1 – Mapa das Frente Norte e Leste do MPLA.....	23
Quadro 4.2 – Organograma do Governo de Transição.....	37
Figura 7.2 – Poder Popular.....	65

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CAC	Comité de Ação Clandestino, MPLA
CC	Comité Central, MPLA
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CIR	Centro de Instrução Revolucionária, MPLA
CPB	Comissão Popular de Bairro
CPPA	Corpo de Polícia Popular de Angola
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados
DIP	Departamento de Informação e Propaganda, MPLA
DOM	Departamento de Organização de Massas, MPLA
DOP	Departamento de Organização Popular, MPLA
DISA	Direção de Informação e Segurança de Angola
DOM	Departamento de Organização, MPLA
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
EMG	Estado Maior Geral, MPLA
EPLA	Exército Popular de Libertação de Angola, FNLA
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola, UNITA
FAP	Forças Armadas Portuguesas
FDLA	Frente Democrática de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
KGB	Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Comité de Segurança do Estado), União Soviética

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do
Autocratismo com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

JMPLA	Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
MAC	Movimento Anticolonialista
MLA	Movimento de Libertação de Angola
MINA	Movimento para a Independência Nacional de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ODP	Organização de Defesa Popular
OMA	Organização da Mulher Angolana, MPLA
ONU	Organização as Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
PAI	Partido Africano da Independência
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde
PCA	Partido Comunista Angolano
PCP	Partido Comunista Português
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDA	Partido Democrático Angolano
PIDE	Polícia de Intervenção e Defesa do Estado, Portugal
RA	Revolta Activa
RL	Revolta de Leste
RNA	Rádio Nacional de ANGOLA
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

I PARTE

1. INTRODUÇÃO

A Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco a 26 de junho de 1945, consagrou o direito dos povos livres ascenderem à autodeterminação e graças à 3^a Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU)¹ vão ressurgir os movimentos independentistas, alguns dos quais já tinham feito uma primeira aparição antes da II Guerra Mundial, nomeadamente na Ásia (Almeida, 2011: 37).

Foi no contexto do final da II Guerra Mundial que países como a França e a Inglaterra, exauridos pelo esforço da guerra, debilitados política e economicamente e, simultaneamente, desamparados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, vão ser compelidos a conceder a independência às suas colónias. O facto de um elevado número de africanos ter participado nos exércitos dos países vencedores do conflito mundial, fez nascer no seu seio, o desejo de querer para si aquilo por que lutavam pelos outros: a liberdade; a independência. A aliar a este desejo os nacionalistas africanos contaram com a *Resolução 1514/60* da ONU, que consagrava o direito à “*Declaração sobre o Direito de independência dos povos coloniais*”.

Assim, o Mundo entra na década de 60 a assistir a um crescendo dos movimentos independentistas e África afirma-se como continente onde a descolonização vai ser irreversível.

No caso angolano, Angola e os angolanos tiveram de assistir a uma lenta e dolorosa guerra colonial antes de obter a independência, pois Portugal defendia-se, perante o Mundo, que não tinha colónias, mas sim províncias ultramarinas.

A luta pela libertação que se iniciou a 4 de fevereiro de 1961, a que se seguiu o banho de sangue de que o povo angolano foi vítima a 15 de março do mesmo ano, só terminou depois da revolução do 25 de abril de 1974. No entanto, outra luta se inicia, logo depois de proclamada a independência em novembro de 1975, esta já não contra a potência colonizadora, mas entre os três movimentos independentistas (MPLA, FNLA e UNITA) que tinham lutado contra a presença portuguesa. Uma guerra fratricida que vai ter o apoio de duas grandes potências: EUA, a apoiar tanto a FNLA como a UNITA (que também conta com o apoio da África do Sul) e URSS, a apoiar o MPLA (que também conta com o apoio de outros países do bloco de Leste, como Cuba).

Mas se existiu uma guerra entre os três movimentos independentistas, também existiram confrontos no seio do MLPA, com personalidades a destacarem-se e a chefiar fações dissidentes, defendendo modelos políticos diferentes dos defendidos por Agostinho Neto, que seguramente não

¹ A 3^a Comissão da ONU tinha como propósito tratar de questões sobre Direitos Humanos. Em 2006 foi substituída por um novo organismo.

estava sozinho na defesa das suas teses. Mesmo antes da independência, ainda na clandestinidade, estas cisões aconteceram, mas sempre com Agostinho Neto e seus seguidores a saírem vencedores reservando para os dissidentes um futuro incerto, como o exílio ou o assassinio.

Agostinho Neto e o MPLA chegam ao poder de Angola depois de anularem, pelas armas, as pretensões quer da UNITA, quer da FNLA e desrespeitando os Acordos de Alvor, que conduziria Angola à independência.

Apenas dezoito meses após a proclamação da independência dá-se o mais sangrento dos episódios de Angola independente: o 27 de Maio de 1977².

1.1 – Razões da escolha do tema

A escolha por este tema: “O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo com o 27 de Maio de 1977”³, prende-se com o facto de termos percebido da existência de alguma – muita – lacuna em termos académicos, na literatura sobre a ligação entre o reforço da autocracia que surgiu depois dos acontecimentos de 27 de Maio de 1977 e os acontecimentos em si.

Tudo aquilo que se escreveu e escreve sobre os trágicos acontecimentos que ficaram na História de Angola conhecidos como uma tentativa de golpe de estado, são escritos sobretudo por sobreviventes, que contam na primeira pessoa a sua experiência, permitindo a realização duma História da Memória deste acontecimento, que não é o nosso objetivo com este trabalho. A nossa investigação levou-nos a abordar uma temática que não se encontra ainda tratada enquanto forma de explicar o 27 de Maio de 1977.

1.2 – Objetivos Principais

Esta Dissertação tem como objetivos principais:

Analisar as atitudes de liderança de Agostinho Neto

Explicar o 27 de Maio de 1977 em Angola em função da política do primeiro governo angolano.

² Porque o 27 de Maio de 1977 é uma “*marca*” adotou-se não alterar a grafia e manter o Maio em maiúscula.

³ Apesar do termo “Autocratismo” não surgir com frequência em trabalhos académicos, há uma tese de Doutoramento em História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa, defendida por Ana Catarina Simões Mendonça Pinto, em novembro de 2015, (<https://run.unl.pt/handle/10362/17203>), onde o termo aparece contribuindo, também, para a opção feita pela mestranda para a sua utilização, até porque considerou ser a palavra que melhor descreve o tipo de governo que se propôs trabalhar e, ainda, pelo facto de, no léxico português, a expressão estar correta.

1.3 – Organização da Dissertação

O trabalho de investigação que agora se inicia, está dividido em quatro partes:

Na I Parte, dividida em introdução e dois capítulos, iremos apresentar, na introdução, o Tema, as razões da escolha do mesmo, os objetivos principais e a metodologia utilizada. No primeiro capítulo, iremos abordar os regimes autocráticos, sua génese e o papel das elites, nomeadamente da elite angolana, na manutenção dos mesmos. No segundo capítulo, vamo-nos debruçar sobre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Viriato da Cruz a Agostinho Neto.

A II Parte está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo vamos abordar o MPLA de Agostinho Neto na clandestinidade. No segundo capítulo iremos falar do período que decorreu entre a proclamação da independência de Angola até o 27 de Maio de 1977.

A III Parte, dividida em três capítulos, distribui-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, trabalharemos os antecedentes do 27 de Maio de 1977; no segundo capítulo, o 27 de Maio de 1977 e no terceiro, vamo-nos debruçar sobre o documento produzido pelo Bureau Político sobre a preparação da tentativa de golpe de estado.

Na IV Parte apresentaremos as conclusões a que esta nossa investigação chegou.

1.4 – Metodologia

A investigação da autora foi feita, essencialmente, através do recurso às tradicionais fontes de investigação, dando destaque para as obras escritas (bibliografia e fontes) e imprensa, conjugadas com entrevistas abertas a pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas ao objeto de estudo. A autora também se valeu, nesta sua investigação, dos novos meios tecnológicos, como reportagens televisivas e suportes eletrónicos.

A autora utilizou tanto o método descritivo como o método analítico.

O método histórico-descritivo foi usado para mapear a experiência passada, localizar no tempo e no espaço pessoas, acontecimentos, tendências ou organizações, de modo a responder a questões particulares. O método histórico analítico foi utilizado para encontrar informações que possam esclarecer o, ou os acontecimentos, quem o(s) provocou, as razões do(s) mesmo(s) ter(em) acontecido e quais as possíveis consequências da ocorrência do(s) mesmo(s).

Primeiro vamos abordar as razões que levam ao surgimento de governos autocráticos e autoritários e como estes se mantêm ou não, no poder, como se legitimam, as relações que se estabelecem entre o líder do partido único (no caso angolano) e os seus mais próximos colaboradores,

as instituições que lhe são aliadas e a forma como adversários ou potenciais adversários são afastados, na tentativa de perceber se o 27 de Maio de 1977 em Angola foi um episódio anunciado no percurso político de Agostinho Neto e do MPLA.

O ensaio denominado “Minimum-Winning Coalitions and Personalization in Authoritarian Regimes” de Barbara Geddes (2004), remete-nos para um estudo de Jowitt elaborado em 1975, intitulado “Inclusion and Mobilization in European Leninist Regimes”, *World Politics* XXVIII: 69-96, em que o autor analisa a evolução dos regimes Leninistas nas diferentes etapas por que passam. Partindo desta e de outras análises vamos construir a nossa investigação sobre a evolução do regime político angolano desde a proclamação da independência a 11 de novembro de 1975, até à extinção da Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA)⁴ após a realização da 16ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da África⁵. No entanto, não podemos deixar de fazer alusão ao período de luta pela independência, pela importância que a elaboração de alianças e contactos internacionais que envolveram o MLPA tiveram, nem deixar de aflorar os primeiros meses de 1980, altura em que os últimos presos políticos foram libertados.

A autora deparou-se com algumas dificuldades na obtenção de informação, desde o facto de não existir muita investigação sobre o 27 de Maio de 1977, pois uma parte importante dos seus protagonistas, aqueles que saíram vencedores não falam sobre o assunto. Existem algumas obras escritas por pessoas que estiveram, direta ou indiretamente ligadas ao trágico acontecimento, mas escritas enquanto vítimas desse mesmo acontecimento ou que contactaram com elas. Ou seja, obras muito legítimas, mas carregadas de emoção o que condiciona um investigador ao trabalhar no cruzamento de dados. Mesmo assim muitas pessoas, vítimas ou carrascos, ainda hoje não querem falar sobre o assunto. A dificuldade em cruzar dados foi uma constante na investigação, tendo a autora recorrido a peças de jornais e revistas da época, mas estas também não estão isentas de parcialidade, uma vez que os órgãos de comunicação em Angola estavam nas mãos do Estado.

Outras obras, nomeadamente uma escrita pelo jornalista angolano, Artur Queiroz, permitiu à autora obter informações de quem viveu a tentativa de golpe de estado de 27 de Maio de 1977, do outro lado da barricada. Mas essa obra em particular, carece de estrutura científica e não valida a informação redigida, pelo que a autora não lhe pôde dar a mesma relevância que daria a uma obra científica.

⁴ A DISA foi criada a 29 de novembro de 1975, por decreto nº 3/75. O seu primeiro e único diretor-geral foi João Rodrigues Lopes (Ludy Kissassunda), coadjuvado por um diretor-adjunto, Henrique Santos (Onambwe), ambos membros do Comité Central do MPLA. A DISA foi formalmente extinta em junho de 1979.

⁵ Esta conferência realizou-se em Monróvia, capital da Libéria entre 16 e 20 de Julho de 1979. O presidente do Senegal, Leopold Sédar Senghor, colocou à discussão uma resolução (a Decisão 115/XVU/1979) para aprovação dum Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Agostinho Neto foi confrontado com a atitude de “carcereira” da sua Polícia Política (DISA) e viu-se obrigado a tomar uma atitude, a de arranjar “culpados” dentro da DISA, levando à expulsão de Ludy e Onawbue e ao desaparecimento da polícia política.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DOS REGIMES AUTOCRATAS: GÊNESE E MANUTENÇÃO

1.1 – Os Regimes Autocratas

Cada vez mais as ruturas de regime se dão no sentido da transição para a democracia, mas transferências de poder de um regime autocrático para outro regime igualmente não menos autocrático ainda ocorrem com frequência.

Na figura 1.1, podemos ver a frequência com que, a partir da Segunda Guerra Mundial e até ao fim do século XX, os regimes ditatoriais evoluíram. Os autores deste estudo inseriram também nesta figura os dados relativos à evolução dos regimes democráticos, para servirem de referência (Geddes, Wright e Frantz, 2012: 4).

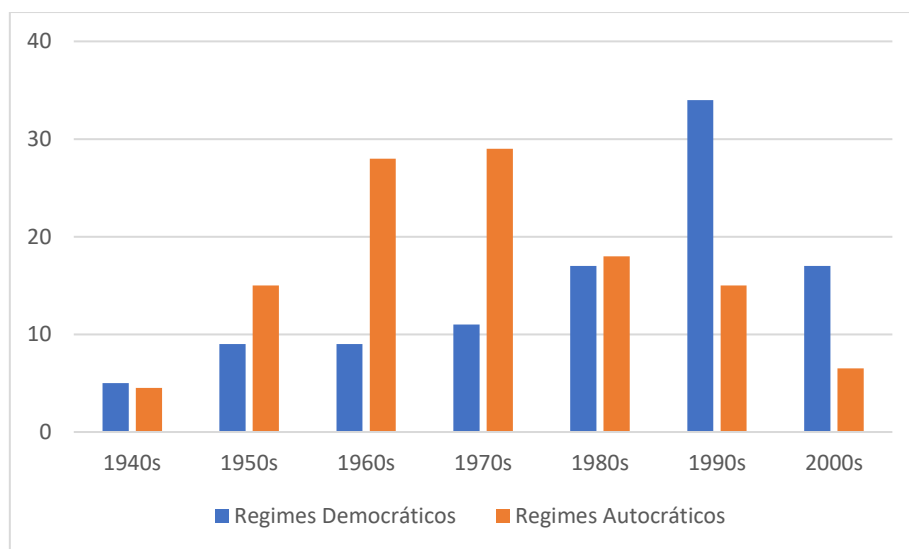


Figura 1.1: Evolução de regimes democráticos e autocráticos (fonte: Geddes, Wright e Frantz, 2012: 4).

Segundo estes dados e, no caso, em África, a transição de um regime autocrático para um regime democrático acontece mais frequentemente a partir das últimas duas décadas do Século XX e isso graças à introdução do multipartidarismo e à terceira vaga de movimentos independentistas, mas ainda assim a evolução de regimes autocráticos para outros igualmente autocráticos também acontece.

Estes autores apontam-nos para três possibilidades dos regimes autocráticos sobreviverem: sobrevivência do líder durante o seu governo; a própria duração do regime e a continuidade dum período de autocracia.

Até 1970 os regimes autocráticos eram mais comuns que os regimes democráticos e, em 2010, ainda um terço dos países do mundo eram governados por regimes ditatoriais. Ditaduras militares, por exemplo, resultam muitas vezes de golpes de estado levados a cabo por militares profissionalmente bem organizados e com uma forte estrutura hierárquica sendo, portanto, menos permeáveis a indigitações lobísticas, pois os militares não estão à espera do golpe para subirem na hierarquia (Geddes, 2004: 22).

De forma similar, ditaduras monopartidárias são frequentemente o resultado da tomada do poder pelo partido mais profissionalizado, que lidera o golpe, do que o menos profissionalizado. Mas nem sempre isto é assim tão linear como nos mostra a experiência angolana e o sucesso do MPLA, quando tudo indicava que este movimento tinha menos possibilidades de assumir o poder que o seu rival Frente Nacional para a Libertação de Angola - FNLA, como adiante veremos.

Para sustentar as ameaças, os ditadores contam com uma enorme variedade de estratégias e ferramentas à sua disposição, desde a repressão para com a população que mostra antagonismo, passando pelo aumento de benesses aos seus leais. Os rivais são muitas vezes integrados naquela partilha. Mas a verdadeira ameaça não vem do povo, mas sim de dentro do próprio ciclo de lugares-tenentes. E foi isto mesmo que, em Angola, Agostinho Neto se apercebeu, como veremos nesta Dissertação.

A maioria dos ditadores irá tentar obter o máximo de instrumentos políticos que poder, se possível à custa dos seus lugares-tenentes: controlo da polícia; das forças de segurança; meios de comunicação social, por exemplo. A necessidade da existência de um partido político de suporte ao regime trás vantagens e ajuda-o a prolongar-se no poder. No entanto, estes partidos/alianças são mantidos fracos e dependentes de forma a não colocarem em causa o regime (Gandhi and Przeworski, 2006; Gandhi 2008; Broconlee, 2008; Geddes, 2005, apud Frantz, Erica e Natasha Ezeow 2011, pp. 7).

Os investigadores de Ciências Políticas apontam dois tipos de grupos que influenciam os líderes políticos a se manterem no poder: o eleitorado e a coligação. Para Bueno de Mesquita e seus colegas, (Mesquita, 2003, citado por Frantz, Erica e Natasha Ezeow, 2011, p.4), o eleitorado é vital para a manutenção do líder, ao contrário da coligação, uma vez que esta é facilmente substituída por elementos do eleitorado. Convém aqui precisar que aquele autor, Mesquita, caracteriza como eleitorado o grupo de pessoas que têm influência na escolha do líder. Para o caso de Angola, e durante o governo do primeiro presidente, o potencial eleitorado não seria todo o membro do MPLA. De acordo com os Estatutos do MPLA, aprovados em Conferência Inter Regional de Militantes de 12 a 20 de setembro de 1974, no interior de Angola, os membros podiam ser: aderentes, militantes e simpatizantes; mas apenas os militantes que tivessem, pelo menos, dois anos de militância ativa, podiam eleger e ser eleitos para os cargos dirigentes (Estatutos do MPLA, 1974: 6).

Os regimes autocratas podem ser, por natureza, autoritários e ou totalitários. Estamos a assumir que existem diferenças entre eles. Podemos assinalar algumas diferenças, conforme Quadro 1.1.

REGIMES	AUTOCRATAS
<p style="text-align: center;"><u>AUTORITÁRIOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Partido único ou centrado numa só pessoa * Liderado por um ditador ou comité * Focado mais na governação do que na sociedade * Imposição pela força * Existência de uma pequena forma de liberdade ou a sensação da sua existência <p style="text-align: center;">EXEMPLOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Angola (Agostinho Neto) * Angola (José Eduardo dos Santos) * Filipinas (Ferdinand Marcos) * Guiné Equatorial (Obiang Mbasogo) * Iraque (Saddam Hussein) * Rwanda (Paul Kagame) 	<p style="text-align: center;"><u>TOTALITÁRIOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Formas de autoritarismo levadas ao extremo * Os aspetos sociais e económicos não estão sob a alçada do governo, mas nas mãos do ditador * O ditador transmite e espalha carisma * A população é atraída por aquilo que considera de “pessoa profética” * A população é obrigada a obedecer às regras impostas pelo ditador * Existência de ligação umbilical entre ditador e nação * Lavagem cerebral, permitindo à ideologia ganhar seguidores <p style="text-align: center;">EXEMPLOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Alemanha (Hitler) * Itália (Mussolini) * Uganda (Idi Amin Dada) * URSS (Estaline)

Quadro 1.1: Regimes Autocráticos⁶

1.2 – O papel das elites nos regimes autocratas

No estudo publicado por Erika Frantz e Natasha Ezrow, *The Politics of Dictatorship – Institutions and Outcomes in Authoritarian Regimes*, 2011, as autoras procuraram estabelecer a relação

⁶ Nestes exemplos a autora acrescentou aos regimes autoritários, os regimes angolanos de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos e o governo ruandês de Paul Kagame. Acrescentou aos regimes totalitários, o regime ugandês de Idi Amin Dada.; Fontes: Disponível em: www.differencebetween.net, e <https://study.com>academy>, acessado em 4 de setembro de 2018.

existente, ou não, entre os líderes e as elites, tanto em regimes militares como de partido único, partindo do pressuposto que os regimes autoritários se centram no jogo político estabelecido entre líderes e elites, ambos engajados na luta pelo poder.

Todos os líderes políticos necessitam do apoio de cidadãos para se poderem manter no comando, mesmo quando em democracia se sujeitam a eleições. Nos regimes autocráticos, a clientela que apoia o líder exige estar no poder, impedindo este do governar sozinho. Assim, o que se assiste neste tipo de jogo político, é que a estrutura governativa forma-se tendo na base a elite que suporta o topo, ou seja, o líder. Tudo parece indicar que o destino do líder está nas mãos da elite, daí que estas autoras tenham concluído que muitos ditadores são depostos por golpes de estado internos e não por insurreições populares. Quando as elites estão ao serviço dos rivais do líder, são a primeira fonte de insegurança.

Nos regimes de partido único, a elite que governa faz parte do chamado Comité Central. Nos regimes militares, a coligação que está no governo chama-se Junta governativa. Nos regimes nomo pessoais, a aliança ou coligação, está nas mãos de uma pessoa.

As autoras pretendem demonstrar que as diferentes instituições governativas, afetam os resultados políticos e a capacidade das elites depor os ditadores.

A relação estabelecida entre elites e ditadores está sujeita a duas dimensões e cada uma influencia, de forma diferente, o modo como o poder é dividido entre ambos: se na primeira dimensão, as elites fazem parte dos membros do poder, dentro de uma instituição unificada, permitindo-lhes estar unidas ao ditador como um coletivo, mas sujeitando-se a uma menor autoridade, já na segunda dimensão a elite é que detém o controlo das forças de segurança, permitindo-lhe ter acesso às tropas e às armas, facilitando-lhe a deposição do ditador.

No caso angolano, e depois da tomada unilateral do poder, a elite que se manteve fiel ao MPLA, acaba por ser um instrumento de politização nas mãos do Bureau Político do Comité Central, optando por manter menos poder de forma a conservar as suas regalias, como veremos na I Parte da Dissertação.

1.2.1 - A formação da elite angolana

Na linha do que foi referido no ponto 1.2 sobre as elites, no caso angolano, Portugal e o regime de Salazar, através do Acto Colonial, entendia ser sua obrigação “desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas que nelas se compreendam” (Mateus, 1999:19) ⁷, reservando para os negros um papel subalterno na sociedade, o de produzir e de consumir os excedentes e para isso havia que “(...) aumentar as necessidades dos negros. (...) o que terá repercussões felizes no comércio e na indústria”, (Monteiro, Da Governação, (1935) p. 44, citado por Mateus, 1999, p. 20).

⁷ Acto Colonial Decreto nº 18570 de 8 de julho de 1930 (Mateus: 1999; 19).

A instituição de colonatos como forma de colonização implementada por Portugal no território ultramarino de Angola, permitia aos colonos “civilizar” os africanos. No entanto, os portugueses que se encontravam em Angola, e de acordo, com a investigadora e historiadora Dalila Mateus, pouco mais eram que analfabetos.⁸

Com a Revolução Liberal de 1820, Portugal concede a todos os indígenas das colónias o estatuto de portugueses (Martelo, citado por Mateus, 1999, pp. 22).⁹ Só que o Estado Novo, irá continuar a considerá-los indígenas, ou seja “não-civilizados”¹⁰, dado que, o africano, para ser considerado “civilizado” teria de ter mais de 18 anos de idade, falar corretamente a língua portuguesa, estar familiarizado e praticar os usos e costumes portugueses, não ter fugido ao serviço militar, ter uma conduta irrepreensível e meios de sustento para si e para a sua família. Ora, isso quase que impedia um africano de ascender à cidadania portuguesa.

Em Angola, a grande parte dos assimilados negros e mestiços trabalhava na administração pública, eram empregados de comércio, de serviços, transportes e operários, (alguns já especializados) não passando de quadros médios e subalternos. E são estes, poucos e sobretudo os cidadãos, que vão originar uma elite crioula que consegue enviar os seus filhos para a universidade.

O número de colonos portugueses de género masculino era muito superior ao feminino o que tornou inevitável a miscigenação e o aumento da população mestiça. Estes casais mistos, os seus filhos e os negros que viviam próximos, procuravam casar as filhas com colonos brancos, aumentando a importância dos mestiços, criando-se, assim, em finais do século XIX, princípios do XX, uma pequena burguesia angolana já com algum nível económico, social e cultural.

Com os movimentos independentistas surgidos após a II Guerra Mundial, com a independência de algumas colónias, Portugal viu-se pressionado a alterar o Acto Colonial, em 1951, para um novo

⁸ Por volta de 1950, 12% dos portugueses, com mais de 6 anos, não sabiam ler nem escrever; 32% diziam que sabiam ler e escrever, mas que nunca tinham frequentado a escola e apenas 17% tinha frequência do ensino secundário (Mateus e Mateus, 1999: 21).

⁹ Com a Revolução de 1820, as Cortes Portuguesas pretenderam adotar uma Constituição que observasse o princípio, legitimado pela Revolução Francesa, da igualdade de todos perante a lei. Assim no seu artigo 20º pode ler-se que a Nação portuguesa era a união de todos os portugueses em todos os hemisférios e compreendia as colónias africanas, considerando como portugueses até os escravos que tinham sido alforriados, portanto, todos tinham direitos e deveres iguais, o que incluía o acesso à justiça. No entanto a Constituição de 1822 só teve aplicação durante dois curtos períodos: de 23/09/1822 a 02/06/1823 e de 10/09/1836 a 04/04/1838. Os naturais das colónias continuaram, através do Estatuto do Indigenato, a ver ser-lhes negado os mais elementares direitos de cidadania. Só com a revogação da Lei do Indigenato a 6 de setembro de 1961 e posterior Lei do Trabalho Rural de 27 de abril de 1962, a situação do africano das colónias portuguesas, se iria alterar. <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html>, e <http://malomil.blogspot.com/2017/02/adriano-moreira-e-as-reformas-de-1961.html>, acedidos em 18 de dezembro de 2018.

¹⁰ Portugal pretendeu imitar a França na sua política de assimilar os negros africanos como se fossem “europeus negros”. Falhou completamente. Em 1950, apenas 0,7% da população negra angolana, isto é, cerca de 30 mil pessoas num total de 4 milhões, conseguiu ascender à condição de assimilados. Todos os outros continuaram a ser considerados “não-civilizados” (Antunes, 1990:40).

projeto baseado na ideia do luso-tropicalismo¹¹, em que metrópole e colónia eram uma só nação, onde a civilização europeia se aproximaria da africana, aceitando os seus modelos culturais e até a estreitar os laços biológicos (coisa que há muito vinha acontecendo). Mas, este entendimento da civilização africana não foi suficiente para acabar com o estatuto de Indigenato, mantendo-se até ao início da guerra de libertação em Angola. Salazar dizia que “a cidadania é um nobre conceito legal e leva séculos a criar um cidadão” (Mateus; 1999: 22).

Ao contrário do ensino nas missões católicas, em que o objetivo era “Tentemos chegar à população nativa em extensão e profundidade, para a ensinar a ler, escrever e contar, mas não para os fazer doutores”¹², as missões protestantes, contribuíram para a consciencialização do nacionalismo nas colónias, graças ao ensino do Antigo Testamento, onde se abordava as perseguições aos judeus. Muitos dos futuros dirigentes nacionalistas estudaram nas missões protestantes, como foi o caso do primeiro presidente angolano, Agostinho Neto, filho de um pastor e de uma professora da escola metodista. Neto consegue uma bolsa desta igreja para continuar os estudos em Portugal Continental.

Os estudantes protestantes conseguiam mais bolsas por parte da Igreja, do que por parte do Estado, dado que este procurava, assim, evitar a formação de elites que pudessem acelerar o processo de independência nos territórios coloniais.

Segundo a investigadora Christene Messiant, o nacionalismo angolano foi organizado, essencialmente, no seio da elite moderna e sobretudo por jovens (Messiant, 2008: Vol. 2: 209 - 210).

Os assimilados, que foram marginalizados e humilhados no período colonial, lideraram a ação anticolonial. No entanto, esta elite angolana tinha, por um lado, que conseguir desenvolver as atividades na clandestinidade e, por outro, esquecer e até alienar, as suas raízes africanas, de forma a conseguir manter os seus privilégios. Muitos destes assimilados eram elitistas e autoritários e, portanto, uma aliança com os incultos “*gentios*”, era-lhes pouco atraente (Messiant, 2008; Vol. 2: 209; 210).¹³

A investigadora e jornalista da BBC, Lara Pawson, afirma, na sua obra “*Em Nome do Povo: O Massacre que Angola Silenciou*” que o abismo social e cultural existente no MPLA e que separa os seus dirigentes do resto da população angolana é enorme e dá o exemplo do que diz o historiador britânico

¹¹ Sobre o conceito de luso-tropicalismo ver as obras de Gilberto Freyre “*Casa Grande & Senzala*”, de 1933, e “*O Mundo que o Português criou*”, de 1940. Na opinião do historiador Alberto de Oliveira Pinto, Freyre não teve em conta a prática que ficou conhecida como “*criada branca*”, que mais não foi do que a tentativa de Salazar enviar mulheres brancas para as colónias a fim de diminuir o número de casais mistos, bem como o número de crianças mestiças, numa clara atitude racista (Pinto, 2015: 680-681).

¹² Palavras do então Cardeal de Lourenço Marques (Maputo), D. Clemente Gouveia (Mateus, 1999: 32)

¹³ Para Messiant, “*gentio*” ou “*matumbo*”, significava pagão, nativo ignorante e, ou, não civilizado. Ainda segundo a historiadora, o termo “*gentio*” desapareceu com a independência de Angola, mas “*matumbo*”, continuou (Messiant, 2008: Vol. 2: 210).

Basil Davidon, admirador do MPLA e amigo de Agostinho Neto, quando chama aos negros, de *pretos boçais*: “*O fosso entre eles e o preto boçal (...) acentuara-se, pois eles eram o produto do ensino superior português. Eram os verdadeiros pilares da elite educada da África portuguesa(...). Estavam a milhares de quilómetros das povoações do interior. Tinham até esquecido as línguas maternas*” (Basil Davidon, citado por Pawson, 2014, pp. 63).

Ainda na mesma obra, a jornalista refere-se a uma entrevista, efetuada em Luanda à vice-ministra da saúde, em 1999, Teresa Cohen, aquando da queda de um avião sobre um bairro de Luanda, esta manda a polícia usar as armas para afastar os curiosos, ou seja, a população, justificando-se “*Eles não são como nós*”. (Pawson, 2014: 64). Ou seja, não são europeus. Pawson aqui refere-se ao facto de considerar a ministra elitista.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

CAPÍTULO II - O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

2.1 – De Viriato da Cruz a Agostinho Neto

Em 1956, e de acordo com o nacionalista Adolfo Maria¹⁴, o grande teorizador político do nacionalismo angolano foi Viriato da Cruz, que traduziu, nesse ano, para o papel, a ideia da criação de um amplo movimento de libertação nacional. Mas esta data não deve ser confundida com a data da fundação do MPLA, em 1960, como adiante explicaremos.

Adolfo Maria considera que só quando Agostinho Neto regressa a Angola, em 1959 e, depois de uma acérrima repressão da PIDE é que se irá formar, a partir do Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), o MPLA, logo após a Conferência dos Povos Afro-Asiáticos realizada em Tunes, na Tunísia, entre 25 e 30 de janeiro de 1960. Por essa altura é enviado um mensageiro ao Congo, Manuel Pedro Pacavira¹⁵, para contactar com o grupo que se encontrava em Conacry, composto por Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Eduardo Macedo dos Santos, Hugo Azancot de Menezes e Matias Miguéis¹⁶. Estes elementos participaram na conferência como representantes do Movimento Anticolonialista MAC (anexo a).

A data da fundação do MPLA gera alguma polémica. Durante a conferência de Tunes, o MAC evoluiu para a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

Conforme se pode ler no Memorando publicado pela FRAIN, esta era formada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pelo Partido Africano da Independência da Guiné (PAI), “dita portuguesa” (Lara, 1999: 346). É nesta altura que surge a primeira referência ao MPLA.

Aliás, a 31 de janeiro de 1960, um dia após terminada a conferência dos Povos Afro-Asiáticos, é assinada uma declaração de compromisso entre a União dos Povos de Angola (UPA), o PAI e a FRAIN. Os assinantes são Abel Djassi (pseudónimo de Amílcar Cabral), assina pelo PAI e pela FRAIN; Hugo Menezes, médico guineense, assina pela FRAIN; José Guilmor (pseudónimo de Holden Roberto), assina pela UPA; Lúcio Lara e Viriato da Cruz, assinam pela FRAIN e pelo MPLA (Lara, 1999: 351-352), (anexo b).

¹⁴ Conversa com o nacionalista angolano Adolfo Maria em 2 de abril de 2018.

¹⁵ Segundo testemunho do nacionalista angolano Fernando Vumby, Manuel Pedro Pacavira foi um informador da PIDE/DGS. Disponível em www.munangola.com/OPINIAO-LIVRE-html, acessado em 26 de abril de 2017.

¹⁶ Matias Miguéis é brutalmente assassinado alguns anos mais tarde na sequência da sua oposição a Agostinho Neto, como mais à frente será desenvolvido.

Apesar de tudo indicar que em 1956 o MPLA ainda não existia, é a data de 1 de Dezembro de 1956 que se torna a oficial como a da criação do movimento.

O próprio Mário de Andrade explicou, a Christine Messiant, a sua posição ao defender a data de 1956, como sendo necessária e útil para o MPLA:

“É preciso perceber que, naquela época, não se escrevia a história, travava-se uma luta política; é neste contexto que há que colocar o que se diz. Nunca se mentiu verdadeiramente, mas também nunca se disse a verdade. Mas temos de ter em conta os problemas que, na época, tínhamos com a UPA. Dizer que o MPLA existia, que havia uma organização séria em Angola, era uma questão de vida ou de morte. E reconheço que contribuí para que se acreditasse nisso (...)” (Messiant, 2008, pp 106-107, citado por Tali, 2018: 111).

O MPLA teve em Viriato da Cruz e Gentil Viana duas figuras de proa, mas que iriam acabar por ser afastadas. Viriato é afastado durante a crise de 1962/63 e exila-se na China onde acaba por falecer completamente ignorado e na miséria. Viana também se exila na China, em 1964, altura em que entra em conflito com Neto na conferência nacional do MPLA, realizada em dezembro de 1962.¹⁷ Volta ao MPLA no início dos anos 70 e é ele o responsável pela elaboração do projeto de “Reajustamento”¹⁸.

A luta de libertação nacional em Angola, denominada de primeira Guerra de Libertação, na perspetiva do MPLA, inicia-se a 4 de fevereiro de 1961¹⁹. e termina com a mudança de regime em Portugal, a 25 de abril de 1974.

Esta data, de 4 de fevereiro de 1961, foi, politicamente, aproveitada pelo MPLA, apesar de, como se verá, a seguir, ter havido outros intervenientes que não pertenciam a este Movimento, com preponderância no seu despoletar. A 4 de fevereiro de 1961, encontravam-se em Luanda muitos jornalistas estrangeiros para dar cobertura à chegada do paquete Santa Maria, desviado pelo ex-militar português Henrique Galvão, que pretendia levar a cabo um golpe de estado, a partir de Angola, para derrubar o regime de Salazar. O nacionalista angolano e membro da ex Revolta Activa, Jonuel Gonçalves, não tem dúvidas ao atribuir a ação de 4 de fevereiro de 1961 ao Cónego Manuel das Neves, e não ao MPLA. O nacionalista defende, que os cerca de 200 elementos que participaram, armados com catanas, não pertenciam a nenhum movimento independentista (Gonçalves, 2017: 50-51).²⁰

¹⁷ Gentil Viana propôs a deslocação de quadros e de elementos da direção do movimento para o interior do território angolano (Pimenta, 2011: 102).

¹⁸ Sobre a questão do “Reajustamento” poderá ser melhor compreendida na Nota de Rodapé nº 30 e 31.

¹⁹ A data de início de Guerra de libertação não é unânime no meio académico. Em conversas entre a mestrande e Eugénio de Almeida, seu orientador e o autor da obra “*Angola Potência Regional em Emergência*”, para este a data que deveria ser considerada, para evitar conflitos políticos, deveria ser a de 4 de janeiro de 1961, aquando do massacre pelas tropas lusas dos trabalhadores da empresa algodoeira belga “Cotonang”, no seguimento da greve que fizeram entre 15 a 20 de dezembro de 1960.

²⁰ Alguns nacionalistas angolanos e historiadores consideram que a ação que teve lugar a 4 de fevereiro de 1961 não foi da autoria do MPLA, embora possam ter estado alguns militantes envolvidos, mas sim de um grupo de nacionalistas liderados pelo Cónego Manuel das Neves. Foi o ideólogo do 4 de Fevereiro. No entanto os

“A revolta em Luanda foi cruelmente esmagada. Mas os revoltosos conseguiram escapar da capital e alastrar a luta aos seus arredores. (...) pouco tempo depois todo o Norte de Angola estava tomado pela revolta anticolonial” (Milhazes, 2013: 14 -15).

Viriato da Cruz, sempre foi de opinião que os movimentos nacionalistas deviam lutar juntos, pois só assim tinha mais visibilidade. Nesse sentido, tentou uma aproximação a Holden Roberto através de Carta que enviou a este (anexo c). O MPLA e Savimbi também estabelecem contactos. Aliás, a consulta à obra de Lúcio Lara *“História do MPLA”* refere que foi Savimbi quem se deu a conhecer ao MPLA, estabelecendo assim o primeiro contacto, entre muitos, chegando mesmo a receber, por carta datada de 22 ou 23 de fevereiro de 1961, enviada de Conakry, um cartão de membro do Movimento²¹ (Lara, 1999: 571-573;582-583), (anexos d, e, g). Mas temos de assinalar que estes contactos referenciados no livro de Lúcio Lara, por se tratarem de cartas dactilografadas, onde não temos os originais para confirmar a sua veracidade, coloca-nos algumas interrogações, até porque segundo o militante e antigo guerrilheiro da FNLA, Jaime de Araújo Júnior *“O Segredo”*, com era conhecido na guerrilha”, em 1962 Jonas Malheiro Savimbi estava ligado à FNLA e ao GRAE, [há mesmo uma carta de Savimbi à UPA] (anexo f), o que contraria a informação do livro de Lara. Desta carta possuímos os dois últimos parágrafos bem como a assinatura originais. Ainda segundo aquele antigo guerrilheiro, a FNLA cria o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), composto, entre outros por: Álvaro Holden Roberto, Johnny Pinnock, Jonas Malheiro Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Pio Amaral Gourgel, ministro da Defesa.²²

A corroborar a informação fornecida pelo senhor Jaime Araújo Júnior, temos o historiador cubano Benemelis que coloca Savimbi, à data descrita por Lara, com funções dentro da FNLA, assumindo, de facto, as relações exteriores (Benemelis, 1986: 220).

Em 1961, Agostinho Neto é preso pelas autoridades portuguesas durante seis meses, tendo sido libertado em março de 1962. Com o apoio do Partido Comunista Português foge do país e vai para Marrocos. Em Marrocos é bem recebido por Mário Pinto de Andrade, presidente em exercício do

historiadores Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, depois de investigarem os arquivos da PIDE e de se aperceberem das vantagens de atribuir as culpas a este sacerdote que há muito era mantido sobre vigilância e depois de lerem os depoimentos de Manuel Pedro Pacavira, homem comprometido com aquela polícia política, chegaram à conclusão que muito dificilmente Manuel das Neves estaria envolvido naquela insurreição. Na opinião destes historiadores e investigadores a controvérsia sobre a autoria da ação (...) persiste até aos nossos dias” (Mateus e Mateus, 2015: 97). No prefácio da obra de Alberto Oliveira Pinto *“A criança branca de Fanon”*, Tali refere na página 17 e seguintes que foi, de facto o cónego Manuel das Neves (o mesmo sacerdote que casou os pais de Oliveira Pinto), o responsável pela rebelião 4 de Fevereiro de 1961.

²¹ Carta de Jonas Savimbi ao MPLA data de de 12 de Dezembro de 1960 em que se coloca à disposição do Movimento (Lara, 1999: 571-573) e carta do MPLA em que lhe envia o cartão de membro do Movimento (Lara, 1999: 582).

²² Informação amavelmente fornecida à autora, através de e-mail do dia 30 de agosto de 2018, pelo senhor Jaime Araújo Júnior.

MPLA, embora o poder real estivesse nas mãos de Viriato da Cruz, que, por ser mestiço, se posicionava na sombra como Secretário Geral (Rocha, 2003: 254-256).²³

O choque entre estas duas personagens carismáticas, Cruz e Neto, era “*inevitável*” (Rocha, 2003: 255). “*Não havia lugar para os dois líderes angolanos no seio do MPLA(...) As consequências são catastróficas para Agostinho Neto, Viriato da Cruz e para o MPLA*” (Rocha: 2003; 256).

Entretanto, já em Kinshasa, Agostinho Neto assume a presidência durante a Conferência Nacional do MPLA, realizada a 10 de dezembro de 1962, em Leopoldville (Kinsahsa). Era preciso mostrar à FNLA que o MPLA não era um partido só de mestiços. Agostinho Neto, além de negro e de formação protestante, era médico, poeta, e tinha experimentado a prisão às mãos da PIDE. Era, portanto, o presidente ideal para combater a “maldissênia” de Holden Roberto.²⁴ Contudo, Neto era um acérrimo defensor da continuidade de brancos e mestiços no Movimento, até porque era neste grupo e, sobretudo, no dos brancos que se encontravam os quadros, que em termos profissionais, poderiam contribuir para o desenvolvimento da política do presidente (aliás ele próprio casado com uma branca e com filhos mestiços). Através da nomeação para cargos importantes esta elite ficava comprometida com o presidente, não o contestando até porque a continuidade das suas carreiras passava pela manutenção do presidente no poder (como referido no ponto 1.2, do capítulo I). Esta é uma forma de atuar dos regimes autocráticos: manter sobre o seu domínio uma elite arregimentada.

Na opinião de Adolfo Maria, “*a questão racial era de facto uma situação espinhosa, até porque os quadros negros e mestiços temiam a concorrência dos brancos*” (Pimenta, 2011; 85). Mais tarde, em 1972, durante as reuniões das I e II Regiões Militares (Figura 2.1), foi mesmo aprovado que os brancos não podiam exercer a militância, ficando apenas pelo estatuto de simpatizante.

²³ Manifesto de 1956 é “atribuído em seguida, por razões de puro oportunismo político e conjuntural, ao MPLA”. (Tali, 2018: 102)

²⁴ Holden Roberto fazia a apologia de que o MPLA era um “*partido de intelectuais, de mestiços filhos de colonos*” (Rocha, 2003: 244)



1ª Região: Luanda; norte até ao rio Zaire; leste: rio Cuango e Malange; sul: rio Cuanza.

2ª Região: Cabinda.

3ª Região: Região do Luso (Luena - Moxico); Serpa Pinto (Menongue, Cuando-Cubango); fronteiras com a Zâmbia (leste) e a Namíbia (a sul).

4ª Região: Malanje; Henrique de Carvalho (Saurino, Lundas) até rio Cassai.

5ª Região: Novo Redondo (Sunde, Cuanza Sul); Benguela; Nova Lisboa (Huambo, Huambo); Silva Porto (Cuito, Bié).

Figura 2.1: Mapa das regiões político-militares do MPLA (Fonte: Gomes, 2000²⁵)

A 1ª Conferência Nacional, realizada em dezembro de 1962, agravou ainda mais o conflito entre Viriato da Cruz e alguns membros do MPLA. Cruz acabou, juntamente com Matias Miguéis por abandonar aquele Movimento e propor a Holden Roberto a sua entrada na FNLA, juntamente com o “verdadeiro MPLA” – como definiam –, por eles representado. A razão deste desentendimento foi a proposta apresentada por Viriato de se juntarem à FNLA, numa tentativa de existir apenas uma frente a combater o colonialismo. Na altura, a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA ainda não existia enquanto organização nacionalista. Nesta conferência, Agostinho Neto defende a necessidade de enviar “todos para o interior”, recusa a unidade com a FNLA e consegue que a sua lista englobe negros e mestiços. Mas a lista que é eleita incluía o nome de Viriato da Cruz e Neto insurgiu-se dizendo “*Ou ele ou eu*” (Rocha, Edmundo, Francisco Soares e Morais Fernandes, 2008: 165).

Os autores da obra “Angola – VIRIATO DA CRUZ – O Homem e o Mito”, consideram naquela atitude de Neto o início de uma “*política de exclusão*” em relação a todos aqueles que não perfilhassem das suas ideias, atitude que se manteria mesmo depois da independência “com as trágicas consequências que se conhecem” (Rocha, Edmundo, Francisco Soares e Morais Fernandes, 2008: 165).

Viriato da Cruz não aceita as decisões da conferência nacional e contesta a autoridade do eleito Comité Diretor, pelo que, juntamente com os seus seguidores, Matias Miguéis, José Bernardo Domingues e José Miguel, entre outros, elegem um Comité pela Unidade e pela Cooperação. Agostinho Neto expulsa do MPLA estes dissidentes logo no dia seguinte, 6 de julho de 1963. Assim se inicia uma grave crise no seio do MPLA com episódios sangrentos entre as duas facções, em território do Congo-Kinshasa, levando à expulsão do MPLA e do Corpo de Voluntários Angolanos de Assistência aos

²⁵ O Quadro da direita, sobre as Regiões Militares, é da autoria da autora, baseado na obra de Gomes, 2000.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

Refugiados (CVAAR) daquele território (Rocha, Edmundo, Francisco Soares e Morais Fernandes, 2008:
166-167).

II PARTE - A PRESIDÊNCIA DE AGOSTINHO NETO NO MPLA, NA CLANDESTINIDADE E NO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

CAPÍTULO III - O MPLA DE AGOSTINHO NETO NA CLANDESTINIDADE

3.1 - A Construção de um líder

Em julho de 1963, já no Congo-Brazzaville, Agostinho Neto cria a Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA) que desaparece rapidamente, composta por pequenos partidos angolanos, alguns deles com ligações ao governo português. Neto constituiu a FDLA “(...) *numa tentativa desesperada de travar a ascensão política da FNLA(...)*”, mas não informa Mário de Andrade desta sua atitude, deixando este numa situação embaraçosa, já que se encontrava no Cairo, a participar na Conferência dos Países Não-Alinhados, a representar o MPLA, que teve lugar em 1964. Este episódio, bem como a notícia do fuzilamento, em Dolisie, no Congo-Brazzaville, de Matias Miguéis e José Miguel por militantes do MPLA, em novembro de 1965, acusados de alta traição, leva Mário de Andrade a abandonar o movimento e a retirar-se para Argel, para onde vão outros membros que também deixam o Movimento (Rocha, Edmundo, Francisco Soares e Morais Fernandes, 2003: 167-168).²⁶

Em fevereiro de 1968, em Dolisie, o MPLA celebra a Conferência Regional da 1ª e 2ª Regiões, onde foram denunciados vários vícios de que padecia o MPLA: imoralidade; desvios de dinheiro; venda de produtos alimentares destinados ao Movimento; exibicionismos; horror ao estudo; incumprimento das regras de clandestinidade; tribalismo, racismo (Pacheco, 2016: 68-69), atitudes que chocavam com os estatutos do Movimento, nomeadamente com a secção I, art.º 1.

“O (...) M.P.L.A. (...) é uma organização política constituída por angolanos sem distinção de sexo, raça, idade, origem étnica, crença religiosa, lugar de nascimento ou de domicílio”,

e com a secção III – DOS DEVERES E DIREITOS DOS MEMBROS, art.º 6.

“(...) Ser sincero, honesto, leal para com o M.P.L.A. e para com todos os camaradas, ter uma elevada conduta moral, ser modesto e não admitir que a verdade seja escondida ou deturpada. (...) Aumentar constantemente o seu nível cultural e político. Cumprir escrupulosamente as decisões dos organismos superiores do MPLA e respeitar a sua hierarquia, Defender a unidade e a coesão do M.P.L.A. (...)”²⁷

²⁶ Segundo o historiador Carlos Pacheco, Agostinho Neto delegou a morte de Matias Miguéis e de José Miguel a Lúcio Lara e Iko Carreira (Pacheco, 2016: 173).

²⁷ Este excerto foi retirado dos Estatutos e Lei da Disciplina do MPLA, aprovados e eleitos na conferência Interregional de militantes realizada de 12 a 20 de setembro de 1974. Na altura da conferência regional de 1968, os Estatutos ainda não tinham sido eleitos e aprovados.

A liderança do MPLA, perante sérias e fortes críticas por parte de alguns elementos, leva Agostinho Neto a enviá-los para o “interior”, para a guerrilha, mesmo aqueles que se encontravam no exterior. Com esta atitude promoveu a mobilidade dos quadros, mas esvaziou organismos ou grupos de trabalho que tinham uma tarefa importante a cumprir, como a de fazer passar a mensagem no estrangeiro do que se passava no território colonizado por Portugal. Esta foi, de facto, uma estratégia que Agostinho Neto usou várias vezes e que deu, geralmente, bom resultado sempre que a sua política era contestada. Começa-se a sentir uma certa autocracia nas atitudes políticas de Neto.

Podemos encontrar outra característica dos regimes autocráticos na atitude de Agostinho Neto quando no Comité Diretor se encontram mais elementos cooptados pelo líder do Movimento do que através de eleições. “*O MPLA era governado por decreto, as famosas ordens de serviço do Presidente*” (Pimenta, 2011; 91).

O sistema de clientelismo, outra característica dos regimes autocráticos também é observada na política de Agostinho Neto, que se faz rodear por uma equipa, mais conhecidos por “jovens turcos”, donde faziam parte Henda, Kito, Nvunda, Talangongo, Spenser, Nzaji, Bula Matadi, Condessa. Estes homens enquanto seguissem o presidente tinham lugar no Movimento e assim Neto apagava o protagonismo de homens mais influentes como Domingos da Silva, Iko Carreira, Lúcio Lara ou Eduardo Macedo dos Santos (Pimenta: 2011; 89).

Adolfo Maria foi testemunha de que a liderança de Agostinho Neto era marcada pela subjugação dos seus adversários quando não passava mesmo pela sua eliminação física, como aconteceu com Matias Miguéis e José Miguel, em 1963.

Não eram apenas os brancos a não serem bem vistos no seio de uma organização africana, os próprios mestiços também eram alvo de uma certa desconfiança (Pacheco, 2017: 69).²⁸

Outra dissonância contra Agostinho Neto, veio da parte de António Miguel Baya²⁹, que conseguiu chamar a si um grupo de apoiantes do MPLA, de etnia Bakongo, promovendo reuniões em Dolisie, Brazzaville e Pointe-Noire. O seu projeto era aliar o MPLA ao GRAE, com o patrocínio da

²⁸ Chegou mesmo a haver mestiços que foram alvo de intimidações por parte de colegas de militância, como foi o caso de Lúcio Lara e Iko Carreira, quando, em 1966, Deolinda Rodrigues visita a 2ª Região e leva os guerrilheiros a amarrarem estes dois militantes, acusando-os de serem os responsáveis pela situação militar em que se encontrava aquela região. Deolinda Rodrigues não sofreu nenhum tipo de medida disciplinar com este seu ato racista pois, segundo Carlos Pacheco, o facto de ser prima em primeiro grau de Neto, garantiu-lhe impunidade (Pacheco, 2016: 93). Houve outra situação embaraçosa, em março de 1972, quando o comandante Valódia mandou prender Lúcio Lara, em Brazzaville, acusando mestiços e brancos de serem os responsáveis pela situação em que se encontrava o MPLA. Foi graças à intervenção dos congolese que Lara foi solto, mas o mal-estar existente entre negros, brancos e mestiços esteve sempre latente. (Pimenta: 2011; 100).

²⁹ Baya, membro do Bureau Político, chegou a viver no Cairo, como representante do MPLA, junto da República Árabe Unida (Pacheco, 2017: 70).

China, que procurava assim diminuir a importância soviética dentro do Movimento (Pacheco, 2017: 70-71).

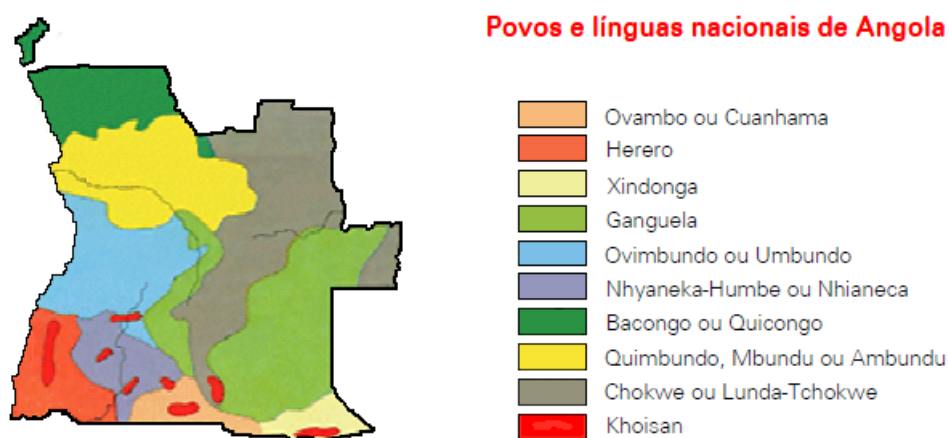


Figura 3.1: Mapa etnolinguístico simplificado;³⁰

Se de 1962 a 1964 o MPLA teve várias crises importantes, também é verdade que desde 1966 até 1975, foi uma organização que primou pelos violentos conflitos internos entre as fações pró-soviéticas e pró-chinesas levando a que Cuba não manifestasse grande interesse por aquele movimento independentista angolano. Mas um acaso fortuito, a revolução do 25 de Abril em Portugal, lança Fidel Castro de encontro ao MPLA, altura em que Agostinho Neto se torna no único interlocutor do Movimento para negociar, fornecendo ao líder cubano a possibilidade de escapar à sua insularidade.

Em 1966, Iko Carreira e Lúcio Lara, ambos mestiços, acusam Neto, durante uma reunião do Comité Diretor em Brazzaville, de falta de autoridade e de pactuar com a ala mais racista do Movimento, pedindo mesmo a renúncia deste à presidência (Pacheco, 2016: 71). Porém, no livro de Iko Carreira “*O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*”, pode ler-se que “*Não é que Agostinho Neto não tivesse pontos negativos na sua Presidência. Porém, pode afirmar-se que qualquer que fosse a sua má atuação, ela não podia ofuscar a sua boa atuação. Neto devia, assim, ser sempre defendido (...)*”, (Carreira, 1996: 33).

Terá havido outra tentativa para “derrubar” Neto logo no ano seguinte, em 1967. Desta vez um dos protagonistas foi o próprio Mário Pinto de Andrade. A ideia seria levar o padre Joaquim Pinto de Andrade a assumir a presidência. Outros documentos apontam, no entanto, para, o preferido à presidência, ser Mário Pinto de Andrade, que até já tinha ocupado o cargo, em 1962, e reunia a simpatia de muitos jovens que estudavam no estrangeiro e não concordavam com a forma personalista da política de Agostinho Neto.

³⁰ Mapa criado pela autora com base em Tali, 2018: 201 e Jornal de Angola, de 23 de fevereiro de 2013, referido em <https://ventosdalousofonia.wordpress.com/tag/africa/page/11/>; acedido em 4 de setembro de 2018.

Apesar de várias revoltas e insurgências no seio do MPLA, – algumas a seguir descritas – a presidência de Neto nunca correu reais e sérios riscos.

3.1.1 – A Revolta de Jibóia

A intensificação dos ataques das tropas portuguesas, a partir de 1969, criou o caos no seio dos guerrilheiros em geral e do MPLA, em particular. A fome, os materiais obsoletos usados pelos combatentes, impossibilitava-os de prestar auxílio às populações. Assiste-se a um êxodo sem igual de militantes do MPLA. Para contrariar esta tendência muitos chefes recorriam ao abuso de autoridade, banalizando o fuzilamento de guerrilheiros. Como consequência desta situação caótica, estala a primeira grande manifestação de descontentamento no seio do MPLA, que ficou conhecida como “*Revolta de Jibóia*” (nome de guerra do seu líder, Barreiras Freitas). Esta revolta dá-se na Frente Leste, em dezembro de 1969, e tinha como objetivo denunciar os privilégios dos guerrilheiros da Frente Norte (os cidadãos). Jibóia condenava o envio de armas danificadas para a sua base, significando o mesmo que colocar as populações à sua guarda, perante uma morte certa.

Nesta revolta parece ser evidente o sentimento de rancor que as populações rurais da Sub-Região Sul tinham pelos “*urbanos do Norte*” (Tali, 2018: 216).

Jibóia dinamizou os companheiros e populações que tinham como propósito marchar até Lusaka, onde se encontrava Agostinho Neto. As populações eram uma base importante de recrutamento do MPLA e, por isso, este Movimento precisava de contar com elas. Ora, esta primeira tentativa militar e civil contra Neto, colocou em perigo a relação de confiança estabelecida entre estes dois agentes: populações e guerrilha.

A contestação alerta Neto para a necessidade de tomar uma atitude que mostrasse que ainda controlava a situação e tinha poder. Assim, vai convocar uma reunião de responsáveis do MPLA e dos organismos de massas em 1971, na Zâmbia. Participaram elementos das 1^{as} e 2^{as} Regiões, as duas sub-regiões da 3^a Região e mesmo os que se encontravam noutros países. Foi criado o Comité de Coordenação Político-Militar (CCPM) com o objetivo de delegar responsabilidades nos coordenadores, que eram os responsáveis máximos pelas suas regiões e respondiam perante o MPLA.

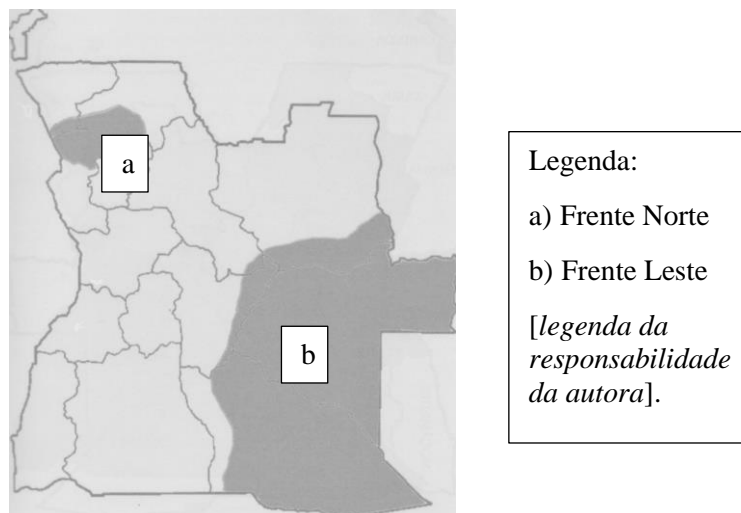


Figura 3.1.1: Mapa da Frente Norte e da Frente Leste do MPLA (fonte: Tali, 2018: 199).

O órgão executivo era composto por quatro membros: Daniel Chipenda, Floribert Monimambo, Lúcio Lara e Iko Carreira. Cada membro do CCPM era o coordenador e o responsável superior dentro do MPLA da região onde atuasse (Pimenta, 2006:99).

Numa atitude também autocrática do presidente do MPLA, aquela decisão teve efeitos imediatos, transferindo, logo, muito quadros duma região, para outra, sem pudermos regressar primeiro a casa. Com esta atitude personalista, o Presidente, afastava quadros que o tinham contestado, nomeadamente Daniel Chipenda, por ter apoiado a revolta do “Jibóia”, ao mesmo tempo que promovia novos quadros considerados mais fiéis ou que melhor poderia controlar.

3.1.2 – A Revolta de Leste

A Revolta de Jibóia fracassou, mas outras contestações surgiram pouco depois.

Chipenda, durante a Revolta de Jibóia, foi a pessoa em quem recaiu a tarefa de fazer a ligação entre os revoltosos e os dirigentes do MPLA, a pedido dos presidentes da Zâmbia, Kenneth Kaunda e da Tanzânia, Julius Nuerere, a fim de “evitar uma luta nefasta” (Tali, 2018: 220). Assim toma conhecimento do teor das reivindicações e, na opinião de Mabeko-Tali, terá simpatizado com elas, por um lado, por outro, o facto de terem regressado muitos ativistas que se encontravam em estágios no exterior e que não tinham tarefas atribuídas, contribuiu para aumentar o mal-estar que os homens de Leste sentiam, ao considerarem que eram desprezados e vexados pelo MPLA. Mabeko-Tali, vê no recuo e debandada da guerrilha, a falta de colocação para os jovens que chegavam de estágios no exterior, sobretudo da URSS (Tali, 2018: 221).

Como se esta situação de divisão interna não bastasse, havia ainda a acrescentar o eterno problema da unidade do nacionalismo angolano, com o MPLA e a FNLA a digladiarem-se constantemente entre si, com graves prejuízos para o primeiro. O presidente do Zaire (Congo Kinshasa), Mobutu, tinha cortado ao MPLA o acesso ao norte de Angola, através do seu território. Sem poder apoiar a Frente Norte, as sucessivas dificuldades na Frente Leste e o exército português a impedir a guerrilha do MLPA de atingir o ocidente do território, tornavam quase impossível a prestação de auxílio à I Região. Estes fatores levaram Agostinho Neto a uma nova aproximação com a FNLA, e por extensão a Mobutu.

Os dois movimentos, MPLA e FNLA, acabam por celebrar um acordo. A primeira reunião acontece em dezembro de 1972, em Brazzaville. Os presidentes do Congo Brazzaville e do Congo Kinshasa reúnem-se com Agostinho Neto e Holden Roberto. Dias depois, agora em Kinshasa, dá-se novo encontro, tendo-se chegado a um acordo de princípios. Ou melhor, Agostinho Neto sem ouvir as bases nem a direção, cria com a FNLA, um Alto-Comando único na luta contra o colonialismo, em que a parte política cabia à FNLA e a militar, ao MPLA. Isto implicava que os guerrilheiros do MPLA pudessem circular livremente pelo Congo-Kinshasa. Mas, na prática o que aconteceu foi que os militantes da FNLA não permitiam essa passagem sem que antes dessem sua autorização. Aliás, os primeiros guerrilheiros do MPLA que entraram no território do Congo Kinshasa, foram capturados pela FNLA e de nada valeu ao MPLA, os apelos que fez para a sua libertação; pelo contrário, a FNLA entregou-os à facção Chipenda. Foi o fim do acordo (Tali, 2018: 223; 224).

A celebração deste acordo acabou por dar mais protagonismo à FNLA tendo-se revelado vantajoso em termos de ajudas financeiras internacionais, ao passo que os militantes do MPLA ficaram desagradados com a atitude autocrática de Agostinho Neto.

Entretanto a RL e o MPLA montam emboscadas entre si nas principais zonas dominadas pelo Movimento, chegando mesmo a haver troca de tiros nas ruas de Lusaka, obrigando as forças zambianas a intervir.

Ambos os líderes, Neto e Chipenda, temiam pelas suas vidas. Neto, acusava Chipenda de fomentar uma conjura com o objetivo de o assassinar, levando Chipenda, a refugiar-se em Lusaka. Estamos em outubro de 1973.

Chipenda, continuava a reivindicar o que Jibóia já tinha feito, nomeadamente o fim dos privilégios dos combatentes da Frente Norte; armas mais modernas e o fim do abuso de autoridade por parte de alguns comandantes.

Perante esta situação, a Zâmbia, impõe o diálogo às duas facções, ameaçando desarmar o MLPA, estacionado no país e impedir todo o trânsito de armas do movimento através do seu território. Agostinho Neto, assim pressionado, senta-se à mesa das negociações com Chipenda mas sem resultados positivos.

A primeira reunião entre Neto e Chipenda aconteceu a 7 de novembro em Lusaka, tendo sido criada uma comissão conjunta para elaborar uma agenda de trabalho onde constasse as questões em litígio, mas o MLPA de Agostinho Neto, fez introduzir na ordem de trabalhos da prevista segunda reunião, o castigo a ser aplicado aos revoltosos, depois de sujeitos a um “*juízo público*”, e à “*reabilitação dos inocentes*”. Ora, ambos os lados, já começavam a sentir o medo a rondá-los, tornando quase impossível a continuação “*normal*” dos trabalhos, tal era o receio dos assassinatos e Chipenda acaba por ficar isolado.³¹

As reivindicações de Daniel Chipenda iam sendo ampliadas durante os debates do “*Movimento de Reajustamento*”³². No entanto, estes debates não pareciam apoiar as suas pretensões e Chipenda acaba por se refugiar em Lusaka, capital da Zâmbia, depois de pedir a proteção das autoridades. Ainda assim, em 1973, o MPLA encontrava-se muito fragilizado e assim se encontrava quando se deu em Portugal a Revolução do 25 de abril.

3.1.3 – A Revolta Activa

“*Nós não precisamos do camarada para nada, porque se não secretariarmos em português, podemos secretariar em Kimbundu*”, foram estas as palavras proferidas por Dimuka³³, durante a assembleia geral de fevereiro de 1974, na Zâmbia, quando o nacionalista Adolfo Maria se pronunciou contra a medida de expulsar dos trabalhos elementos devotos ao MPLA.³⁴

³¹ Neto, quando tomou conhecimento da existência de mais uma contestação entre os quadros do seu MPLA, vai mandar matar os contestatários. Foi o que aconteceu ao comandante Paganini, alto quadro mestiço da Região Leste (Tali, 2018: 224-225).

³² O Movimento de Reajustamento foi considerado um momento que pretendia salvar o MPLA do caos em que vivia e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de se debater o que se passava tendo em conta a não existência de um congresso onde as ideias pudessem ser discutidas. Foi uma iniciativa das estruturas intermédias do MPLA e não da direção. Gentil Viana, que na altura era conselheiro político de Agostinho Neto (até 1974), foi uma dos homens que redigiu a metodologia a aplicar ao Movimento de Reajustamento. Os debates permitiram aos militares exprimirem-se e as críticas à direção política não se fizeram esperar e surgem duas facções: os chipendistas e o netistas. Daniel Chipenda surge a disputar o lugar de presidente e as posições entre as duas facções radicalizam-se (Tali, 2018: 233).

O Movimento de Reajustamento passava pelo congelamento temporário do Comité Diretor e pela eleição pela população e militantes dos dirigentes regionais, no entanto, em virtude das críticas a que Agostinho Neto foi sujeito, exigiu que a lista dos membros da Comissão Provisória fosse feita por si, acabando assim o espírito que tinha subsistido à necessidade de um reajustamento (Pimenta, 2011: 104- 105).

³³ Dimuka, nome de guerra de Ricardo Domingos. Disponível em www.redeangola.info/especiais/adolfo-maria, acesso em 28 de Junho de 2018.

³⁴ Nesta assembleia elementos adeptos de Neto propuseram para integrar a lista da Comissão de Reajustamento da Frente Norte alguns nomes, entre os quais os de alguns contestatários à política do presidente, como Gentil

À medida que alguns quadros, como Adolfo Maria, iam questionando os problemas do MPLA, iam chegando à seguinte conclusão: quem demitiria e nomearia os responsáveis, fossem eles corruptos ou não? O Presidente. Quem dava ou não dinheiro para os diversos departamentos? O Presidente. Quem fazia a transferência dos quadros? O Presidente. Quem não reunia com os seus pares do Comité Diretor? O Presidente. Quem alterava subitamente uma estratégia ou uma política? O Presidente. Todos os poderes estavam concentrados nas mãos de Agostinho Neto, o que gerava uma autêntica autocracia no seio do MPLA.

Em consequência do desaire que foi o Movimento de Reajustamento, onde o esperado debate não chegou a acontecer, alguns militantes, nomeadamente Gentil Viana, resolveram lançar as bases de um movimento que relançasse a discussão no interior do MPLA. Em Brazzaville foi lançado o Apelo, denominado “*Apelo dos Dezanove*”, aos militantes e dirigentes com o objetivo de falarem sobre a situação do MPLA e do país e tentarem encontrar soluções. Este grupo que ficou conhecido de “*Revolta Activa*” (RA) pretendia motivar os militantes do MPLA que estivessem descontentes, alguns a viver no estrangeiro e outros já fora da atividade política, por falta de ânimo. Um desses elementos foi Adolfo Maria.

Adolfo Maria relatou-nos que sabia que a direção do MPLA iria reagir violentamente contra este grupo, por isso tomaram precauções e informaram as autoridades de Brazzaville dos seus intentos a fim de lhes ser prestada alguma forma de proteção. Estava previsto que no momento do lançamento do Apelo, a 30 de abril de 1974, os signatários se refugiassem num grupo de habitações perto, dum campo militar.

Entretanto, dá-se a Revolução de 25 de abril em Portugal e torna-se necessário reavaliar a nova situação e acrescentar novos conteúdos para analisar os problemas relacionados com a alteração do quadro político em Portugal, atrasando a apresentação das propostas por mais uns dias.

Assim, a 11 de maio de 1974, a RA, pronuncia-se pela necessidade de “*adoção de uma nova estratégia pelo movimento de libertação no seu conjunto*”, dando relevo à questão da democracia, acusando Agostinho Neto de exercer um “*presidencialismo absoluto*”, responsável pelas inúmeras crises ideológicas que tinham assolado o partido (Tali, 2018: 271).

Com o beneplácito do Congo (Brazzaville), os mentores da RA vão-se sentir protegidos contra qualquer ameaça que surgisse da ala “*presidencialista*”. Aliás a exemplo do que já tinha acontecido,

Viana, Maria do Céu Carmo Reis e Manuel Jorge. Estes elementos não aceitaram por considerarem que se tratavam de um complot para os manter calados, até porque, estavam em minoria pois os outros quatro elementos eram fiéis a Neto e alguns destes contestatários até estavam no exterior, ficando assim impedidos de agir. A recusa por parte destes militantes deu lugar a um severo ataque por parte de Lúcio Lara, propondo a sua expulsão por os considerar traidores (Pimenta, 2011: 108-109).

mais uma vez, Agostinho Neto é pressionado, desta vez pelas autoridades de Brazzaville, para dialogar com os dissidentes.

O debate entre a RA e a ala “*presidencialista*”, acontece no Congresso de Lusaka onde se esperava também a presença da RL. A ideia era reunir em consenso as três tendências do MPLA e encontrar uma plataforma de entendimento entre este movimento e a FNLA no sentido de reforçar a negociação da descolonização de Angola, junto do governo de Portugal.³⁵

Reuniões preparatórias do congresso tiveram lugar, primeiro a 8 de junho de 1974, em Lusaka, e dela resultou um acordo, assinado pelas três tendências do MPLA e pelos primeiros-ministros da Zâmbia e do Congo Brazzaville, e a data e o local do congresso a realizar pelo MLPA mas também obrigava a que até ao referido congresso as três tendências do Movimento coabitassem em igualdade de circunstâncias (Tali, 2018: 279).

Em Bukavu, no leste do Congo Brazzaville, a 27 de julho de 1974, teve lugar nova reunião. Esta reunião antecipava o Congresso do MPLA, e as decisões tomadas em Bukavu estavam sujeitas aos resultados desse mesmo congresso, pelo que os países que estavam envolvidos neste processo (Congo Brazzaville; Zâmbia e Tanzânia) de pacificação do MPLA iniciaram os trabalhos com vista à sua realização. Estiveram todos representados em Lusaka com exceção do Congo Kinshasa³⁶ (Tali, 2018: 280).

Todavia, o Congresso de Lusaka, que teve lugar a 8 de agosto de 1974, não teve os resultados esperados. Tanto a ala “*presidencialista*” como a RL podiam enviar 165 delegados enquanto que a delegação da RA só podia levar 70, “e com isto, tanto a facção netista como a facção chipendista garantiam a não existência de maioria superior a dois terços em qualquer aliança que uma delas eventualmente fizesse com a Revolta Activa” (Pimenta, 2011: 118).

Logo na cerimónia de abertura, a delegação da ala “*presidencialista*” contestou a legitimidade do congresso que lhe tinha sido imposto e fez saber que na delegação da facção RL se encontravam “(...) *elementos de proveniência que lhe parecia duvidosa e que nunca haviam sido militantes do MPLA*” (Tali, 2001: 199). Como consequência destas afirmações o governo do Congo Brazzaville anunciou que retiraria todo o apoio ao MPLA se o congresso fracassasse e o governo da Zâmbia ameaçou fechar todas as fronteiras ao Movimento. O congresso entrou num impasse³⁷.

³⁵ Este congresso, data, local e matérias a discutir foi imposto pelo Congo Brazzaville, principalmente pelo primeiro ministro Henri Lopès (Tali, 2018: 279).

³⁶ Agostinho Neto não aceitou a participação da delegação do Congo Kinshasa por considerar que Mobutu era, por um lado, apoiante da FNLA e por outro, manifestamente contra a sua pessoa (Tali, 2001: 198).

³⁷ Fechar as fronteiras ao MPLA significava mudar toda a logística e todos os militantes e suas famílias que viviam no Congo Brazzaville para o interior de Angola (Tali, 2001: 199).

Foi durante aquele impasse que, Kenneth Kaunda, presidente zambiano (1964-1991), convidou Agostinho Neto e os chefes das outras tendências a assistir à Conferência dos Chefes de Estado da África Central e Oriental que se iria realizar em Brazzaville. Com este convite a ala “*presidencialista*” abandona o congresso³⁸ seguida da delegação da RA. A RL permaneceu e nomeou Daniel Chipenda como o verdadeiro líder do MPLA. Foi nesta qualidade que Chipenda foi para a conferência em Brazzaville, que teve lugar de 28 de agosto a 1 de setembro de 1974.

Na conferência discutiu-se novamente a questão angolana. Ficou estabelecido a criação de um Comité Directório Provisório, composto por um presidente, Agostinho Neto, e dois vice-presidentes, Daniel Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade. O triunvirato é aceite e aprovado para, poucos dias depois, ser dissolvido. Daniel Chipenda insistia em ser ele o verdadeiro líder do MPLA, e nessa condição celebrou um acordo com a FNLA para unir ambos os movimentos (Tali, 2018: 285-286).

Entretanto, o presidente congolês (Congo Brazzaville), Marien Ngouabi (1938-1977), volta com a decisão atrás e permite que o MPLA, de Agostinho Neto, permaneça no seu território.

A ala “*presidencialista*” regressa ao interior de Angola para realizar o seu congresso, denominado “*Conferência Inter-regional de Militantes*”.

A 21 de outubro de 1974, Agostinho Neto celebra com as autoridades portuguesas, em nome do MPLA e sem a presença das outras tendências, um acordo de cessar-fogo, terminando assim treze anos de luta contra Portugal. Com este ato Portugal legitima a facção ala “*presidencialista*” e Agostinho Neto como o principal dirigente do MPLA (Tali, 2018: 319).

A RA acaba por se auto extinguir por força de diferentes aspetos conjunturais. Os “*intelectuais*” eram alvo de muitas acusações dentro do MPLA: a de que “*nunca tinham sido guerrilheiros e que estavam confortavelmente instalados em Brazzaville*”, era a que mais colhia simpatizantes. O fracasso de Lusaka fez com que a maioria dos membros quisesse voltar para a atividade política, na apelidada ala “*presidencialista*”. Assim a RA “*(...) deixou de existir como tendência organizada desde Fevereiro/Março de 1975, ou seja, logo a seguir aos Acordos de Alvor*” (Pimenta, 2011: 128).

3.2 – A Posição de Agostinho Neto face às dissidências

A mão de ferro de Neto caía sobre os supostos golpistas.

Iko Carreira, depois de se ter insurgido, juntamente com Lúcio Lara contra Agostinho Neto, em 1966, perde o cargo de chefe do Departamento de Informação, mas não sai do Comité Diretor. Resolve

³⁸ Agostinho Neto, temendo tratar-se de uma emboscada, exigiu viajar no mesmo avião que o presidente zambiano (Tali, 2001: 200).

então, e tudo indica que mais uma vez, preparar a sua saída para Portugal tendo efetuado negociações com a PIDE. Já antes tinha garantido a saída do seu filho de Angola para França em colaboração com as autoridades coloniais.

Segundo o historiador Carlos Pacheco, Iko Carreira, terá iniciado os seus contactos com o espião da PIDE, João Alexandre, a viver em Kinshasa, já no ano de 1964. Mas tinha outros contactos e tudo indica que o mais importante de todos tenha sido o de Pedro Paradela Correia, mais conhecido por “Ambrósio”, mestiço, industrial e que além de colaborador da PIDE trabalhava no Luso, então a capital do Moxico.

Quanto a Lúcio Lara, Neto foi mais clemente pois, tendo de confiar em alguém, Lara continuava a ser o seu homem de confiança, talvez graças ao seu perfil autoritário e pouco sociável e o facto de ser mestiço num país de negros, não constituía uma verdadeira ameaça a Neto, na conquista da presidência do Movimento.

Todos os outros elementos acusados de participar na tentativa para o destituir, como foram Luís de Azevedo Júnior, António Mingas, Manuel Roque Tshiendo, António Miguel Baya e José Gaspar Ramos, foram expulsos do Comité Diretor, em março de 1968.

A expulsão de Luís de Azevedo Júnior, não foi bem vista pelos soviéticos, uma vez que este membro era um grande defensor das boas relações entre o MPLA e o Congo Kinshasa e, portanto, queria evitar declarações hostis entre o Movimento e aquele país, coisa que Neto ignorou ao se pronunciar contra Mobutu. Quando Azevedo Júnior chamou a atenção de Presidente para o facto, Neto respondeu-lhe que ele “*era o único presidente do partido e como tal fazia o que bem entendesse*”³⁹.

Para Mário Pinto de Andrade, de quem Agostinho Neto tinha muito receio, por ser considerado um intelectual, o castigo foi bem mais severo. Foi desterrado para uma inóspita região da Frente Leste de combate, onde ia perdendo a vida pois esteve gravemente doente⁴⁰ (Pacheco, 2017: 74). Mário Pinto de Andrade era um homem de constituição débil, cidadão, nada dado aos rigores de uma vida inóspita. Era um intelectual habituado à vida de Paris.

«Foi o perfeito nacionalista marxista africano da “rive gauche” (...). Tinha horror aos mosquitos, ao calor, à humidade e à falta de higiene. Era um intelectual emprestado à política, como ele próprio confessou.» (Rocha, 2003: 242-244).

³⁹ De acordo com o “Ofício secreto nº 982-CI (2), Secção Central, do diretor da PIDE em Lisboa ao sub diretor da mesma polícia em Luanda, 26 de Março de 1968”, fl. 201 (AN/TT.PIDE/DGS. Delegação de Angola, proc.º 110.00-30-GAB, NT 2549, pasta 14, vol. Já./Jun. De 1968), citado por Pacheco, 2017, p. 80.

⁴⁰ Já em 1963 Mário Pinto de Andrade, em resultado de várias opiniões discordantes com Agostinho Neto, se tinha ausentado de Brazzaville por sentir que a sua vida corria perigo (Pacheco, 2017: 74).

Sempre que se manifestavam contra o chefe do partido, os líderes eram despromovidos, afastados ou desapareciam. Ainda em 1967, no mês de novembro, no seguimento de protesto que teve lugar em Brazzaville, aquele que foi considerado o seu líder, Jorge Lino Andrade, foi enviado para a zona A da 3ª Região.

Mas era na Frente Leste que os protestos ganhavam maior amplitude até porque os guerrilheiros estavam revoltados com o assassinato do colega José Mendes de Carvalho, ou *Hoji-Ya-Henda*, como era conhecido. Hoji-Ya-Henda foi morto no dia 14 de abril de 1968, em Karipande, pelas tropas portuguesas. Mas os guerrilheiros acreditavam que o mesmo tinha sido denunciado aos serviços secretos portugueses, pelas cúpulas do MPLA. O comandante de zona B da 3ª Região, João Pedro Camilo era desta opinião, e acaba por morrer vítima duma granada lançada por um dos guardas pessoais de Agostinho Neto, Flávio Bernardo Faria, sobre quem já existiam suspeitas de ser protagonista de vários crimes (Pacheco, 2017: 88).

Outro exemplo do carácter autocrático de Neto foi o caso da execução com uma bala na cabeça, em finais de 1968, do líder do sector 4 da zona C da 3ª Região, Alberto Salomão Lobito de Carvalho, acusado de alta traição por se corresponder com um amigo seu, que era chefe do posto da PIDE em Cangamba. De facto, dos arquivos da PIDE fazem parte cartas suas, mas nas mesmas se pode ler: “(...) nós convidamos os portugueses, bem como os filhos do povo português, fardados e armados em Angola, Moçambique e Guiné a desertarem das fileiras do exército colonial (...) nós fazemos um apelo aos soldados portugueses para que desertem com as suas armas e venham para o lado dos nacionalistas (...)” (Pacheco, 2017: 121).

A lei da Disciplina do MPLA não funcionou de igual modo para todos.⁴¹

Neto, tinha tolerância “Zero” para quem pusesse em causa o seu modelo de ação. Era um déspota moldado no “*barro do estalinismo ou do maoísmo*” (Pacheco, 2017: 72).

⁴¹ Os arquivos da PIDE/DGS fazem referência a um primeiro contacto de Iko Carreira com espões ao serviço de Portugal em 1964, em que o guerrilheiro tentou fugir do MPLA e em dezembro desse ano há um pedido para que levem um filho de Brazzaville para Luanda. Os contactos voltam a recomeçar, em 1968, quando Iko Carreira tinha sido enviado para comandante da zona A na 3ª Região, depois de se ter insurgido contra Agostinho Neto em 1966. Eram frequentes os encontros entre o comandante Iko Carreira e os infiltrados da PIDE. Normalmente estes aconteciam na mata profunda por razões de segurança. O comandante recebia de tudo, desde livros, a cigarros e até morangos. Chegou a acontecer serem os próprios Flechas [tropa secreta da PIDE na guerra de Angola e constituída por bosquímanos que tinham sido escravizados pelo povo Banto durante séculos] a fazerem a entrega ao comandante, em substituição dos infiltrados. Iko Carreira representava para a PIDE a possibilidade de aliciar guerrilheiros descontentes. Enquanto fosse útil a Polícia Secreta mantinha estes contactos, caso contrário os abastecimentos terminavam. Foi o que aconteceu a 12 de setembro de 1969: “Há que decidir se é ou não de continuar a permitir que (...) forneçam gêneros aos terroristas. Até determinada altura assim se procedeu com vista ao aliciamento de “Iko” e de outros, mas agora (...) tal não se justifica(...)” (Pacheco, 2017: 198).

Um dos participantes na Conferência Regional da 1ª e 2ª Regiões de 1968, foi Adolfo Maria, também ele um crítico das políticas autocráticas do presidente, que refere “(...) *Neto conduziu o Movimento a seu belo-prazer, favorecendo uns e humilhando outros, consoante o momento político e as suas próprias necessidades de sobrevivência enquanto líder. Era uma estratégia eficaz, que reduzia as funções e a posição hierárquica dos quadros à sua vontade, o que viria a gerar uma enorme dependência deles em relação ao presidente.*” (Pimenta, 2006, p. 90, citado por Pacheco, 2017: 100;101).

A contestação à governação política do Movimento a Agostinho Neto era grande. Em 1968 desertaram pelo menos 132 guerrilheiros, a maioria da região de Cabinda, colocando em risco a sobrevivência do MPLA no enclave (Pacheco, 2017: 73).

Esta situação ainda se agravou mais quando o governo de Marien Ngouabi (Congo-Brazzaville) reduziu para metade, em 1972, a ajuda financeira que estava a dar ao MPLA. Esta decisão de cortar a ajuda ao Movimento não se deveu apenas a problemas orçamentais que o país passava mas também ao facto de Ngouadi querer mostrar o seu desagrado com a forma como a guerrilha do MPLA atuava no terreno de Cabinda, não lutando e os dirigentes, em Brazzaville, enriqueciam (Pacheco, 2017 73-74).

Sabemos que as pretensões do grupo de Jibóia não foram bem sucedidas e o grupo desmantelou-se. Jibóia foi castigado, despromovido do seu posto de diretor-adjunto do CIR – Centro de Instrução Revolucionário para o de simples militante, só voltando a ter relevância em 1972, ao lado de Daniel Chipenda, aquando do Movimento de Reajustamento.

Os simpatizantes e militantes da RA, ainda antes da independência tentam ser reintegrados no Movimento, pedindo para serem colocados no interior. A situação político-militar entre o MPLA e os outros movimentos nacionalistas estava de tal forma caucionada que a RA entendeu ser necessário juntar-se à luta para reforçar os guerrilheiros. São efetuados alguns encontros entre os membros desta dissidência e a direção da ala “*presidencialista*”, mas sem êxito. Para a RA era urgente que fosse afirmado publicamente a sua extinção e a intenção dos seus membros de se reintegrarem no MPLA, para não sofrerem represálias, mas tudo nos leva a crer que o MPLA não queria fazer este anúncio público para não dar a entender que ainda existiam dissidências, levando a opinião pública a presumir a existência de dúvidas sobre a unidade de todos os militantes e simpatizantes.

Mas mais uma vez o castigo por se terem manifestado contra a direção do MLPA não se fez esperar, e já com os militantes da RA em Luanda e, sobretudo depois de 11 de Novembro de 1975, a caça ao dissidente conheceu maior envergadura.

Em abril de 1976, ainda se encontravam presos muitos dos fundadores da RA. Seguiu-se a prisão de Gentil Viana, Manuel Videira e Fernando Paiva. Alguns membros conseguiram fugir do país como

foi o caso de Maria do Céu Carmo Reis e outros, entraram na clandestinidade, como Adolfo Maria (Tali, 2018: 362).

CAPÍTULO IV - DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA AO 27 DE MAIO DE 1977

Quando em Portugal o regime ditatorial vigente na época, liderado por Marcelo Caetano, é deposto dando lugar a um regime democrático, iniciam-se negociações para se proclamar a independência dos territórios ultramarinos.

O governo português liderado pelo general Spínola nomeou, a 25 de julho em substituição do então governador geral Silvino Silvério Marques, o Almirante Rosa Coutinho, como Alto Comissário em Angola. Rosa Coutinho, que tinha estreitas relações com o Partido Comunista português (PCP)⁴², ostracizou tanto a FNLA como a UNITA (conotadas mais com a ideologia dos Estados Unidos, aliás até apoiadas por estes) pelo que são colocadas à margem em detrimento do MPLA⁴³.

Enquanto isso, o MPLA e a FNLA pressionavam as autoridades portuguesas a esclarecerem-lhes quanto ao futuro da colónia, antes de passarem à assinatura de qualquer acordo de cessar fogo⁴⁴. A UNITA, ainda que defendesse a independência sem federalismos, assinou o cessar fogo com Portugal a 17 de junho, não esperando pelo esclarecimento da situação, permitindo-lhe assim ter espaço de manobra para mobilizar politicamente simpatizantes, nomeadamente, dentro dos sectores importantes da comunidade branca. Baseada numa observação de Tali (2018: 396), a nossa investigação levou-nos a considerar a possibilidade de Jonas Savimbi não se opor a um processo para a independência mais moroso, por considerar “*que o povo angolano não estava ainda maduro para essa eventualidade*”.

4.1 – A questão da colónia angolana

Com a revolução do 25 de abril, a incerteza sobre o futuro das colónias era muito grande e Angola, não foi exceção.

Portugal tardava a tomar uma posição face ao futuro das colónias, mas quando a sociedade angolana, sobretudo a luandense, percebeu que a descolonização era inevitável, os ódios enraizados entre africanos e europeus e entre os próprios africanos⁴⁵, mergulharam a capital num banho de sangue.

⁴² Por esse facto, foi denominado “*Almirante Vermelho*”.

⁴³ Rosa Coutinho tinha sido prisioneiro da FNLA no Congo Kinshasa, em 1961, acusado de espionagem (Tali, 2018: 395). O Almirante foi “passeado” numa jaula, todo nu pelas ruas de Brazzaville. Informação fornecida pelo orientador da autora, Professor Eugénio de Almeida.

⁴⁴ António Spínola pretendia fazer de Portugal um país Federal com as suas colónias. (Spínola, 1974: sem página)

⁴⁵ Aquele que ficou conhecido por “Massacre de Pica-Pau”, foi o assassinato de cerca de 300 crianças e jovens que se encontravam em Luanda, nas instalações do Comité de Paz da UNITA, no dia 4 de junho de 1975, pelo MPLA. Disponível em: <https://amota.wordpress.com/2011/02/17>, acedido em 20/08/2018; (Marques, 2013: s/n).

Luanda acabou por viver um período de grande violência. Nos musseques, os ataques que inicialmente eram entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, depressa se estenderam à comunidade branca (sobretudo taxistas e comerciantes), que vivia nos bairros fronteiriços aos musseques, principalmente no Bairro de São Paulo e no Bairro Operário. Rosa Coutinho, quando confrontado com os feridos que no Palácio da Cidade Alta (do Governo) lhe foram exigir medidas de segurança, mantinha que nada se passava e era tudo um “*boato*”. Foi nesta altura que os brancos tomaram consciência que o “*Almirante Vermelho*”⁴⁶ não os iria proteger e passaram a defender-se e, por vezes, a atacar os negros. Começa aqui a ponte aérea com a fuga de muitos brancos para Portugal.

Como consequência destes ataques, a população negra reagiu e formou os Comitês Populares de Bairro (CPB), com o propósito de se defenderem de forma mais organizada. É curioso realçar que os CPB foram inicialmente criados por estudantes angolanos brancos, que começaram por ter muita dificuldade em serem bem recebidos pela população dos musseques, mas depressa esta dificuldade foi ultrapassada, porque passaram a integrar neste grupo, alguns estudantes negros. O objetivo era levar às populações, ensinamentos sobre como procederem em termos de segurança. Com a resposta da população negra ao ataque dos brancos a violência generalizou-se. O aparecimento das CPB foi de enorme importância no desenvolvimento da luta armada contra a FNLA, a UNITA e na defesa contra a população branca, durante os meses de maior violência.

Os ventos de mudança que se adivinhavam não sopravam para todos de igual forma. A esmagadora maioria da burguesia colonial acreditava poder, agora, desempenhar livremente as suas atividades económicas, sem os constrangimentos a que estava obrigada pela metrópole, que a limitava a ter acesso ao comércio mundial. Para a classe trabalhadora era altura de fazer reivindicações por melhor salários e as greves sucederam-se, nomeadamente, nos transportes ferroviários e no sector portuário. Surgiram as comissões de bairro, as comissões de trabalhadores, de estudantes, os comités de ação.

A chegada de Rosa Coutinho a Angola vai encontrar o MPLA numa situação ambígua. Enquanto os simpatizantes do Movimento, que esperavam pelos dirigentes que se encontravam no exterior, se iam organizando como podiam para receber o Alto-Comissário, pois não tinham qualquer orientação do Movimento, Agostinho Neto e os outros dirigentes desdobravam-se em conferências e colóquios nos países vizinhos (Tali, 2018: 395).

Se o MPLA estava fora do país, bem como a FNLA, já a UNITA estava ativa e no terreno sobretudo nas cidades do Centro e Sul, permitindo-lhe aumentar a sua base de apoio, nomeadamente dentro da comunidade branca e no grupo etnolinguístico ovimbundo, ao mesmo tempo que via aumentar

⁴⁶ Nesta altura Rosa Coutinho tinha intimado a população branca a entregar as armas que tinha em casa.

o seu espaço de recrutamento e, a certa altura, Jonas Savimbi exorta a população originária do centro do território e, mais uma vez os ovimbundo, a retirarem-se para o Sul. Esta prática “*barrou*” ao MPLA e à FNLA a possibilidade de se implantarem em regiões como o Huambo e o Bié⁴⁷.

Apesar das circunstâncias apontadas, (com os dirigentes do Movimento fora do território), o MPLA acaba por ter supremacia sobre os seus adversários. A defesa de princípios ideológicos como o antirracismo (apesar de durante algum tempo os brancos tivessem sido interditos de exercer a militância, podendo apenas ser simpatizantes), o anti tribalismo e o anti regionalismo, que foram sempre a sua bandeira, angariou-lhe muita adesão sobretudo nas cidades, permitindo-lhe estabelecer alianças políticas e militares, (portuguesas, cubanas e soviéticas) bem necessárias, até porque o MPLA não tinha meios militares suficientes para poder tomar o poder unilateralmente, apesar de contar com as FAPLA.

Recorde-se que em termos políticos, na Conferência Inter Regional, realizada em setembro de 1974, a chefia de Neto tinha saído incontestada⁴⁸.

O Alto-Comissário Rosa Coutinho teve um papel determinante na implantação do MPLA. Enquanto conotado ao PCP, visitou, secretamente Havana, Cuba, em setembro de 1975⁴⁹, para solicitar a Fidel Castro o envio de tropas para Angola, acenando-lhe com as riquezas do país (Santiago Aroca 1992, apud Botelho 2007; 62).

“(...) Este [Rosa Coutinho] fez tudo quanto podia para reforçar o MPLA, único que considerava “progressista”, em detrimento dos outros movimentos nacionalistas, a FNLA que considerava de “direita”, e a UNITA, que considerava de “centro”, (Queiroz, 1974, citado por Benemelis 1986, pp. 222).

Entretanto, os militares catangueses (fugidos após o fim da secessão do Katanga, Congo Kinshasa) e angolanos que tinham pertencido ou estavam ligados ao exército português, já estavam integrados na tropa do MPLA, proporcionando a este movimento uma força militar que os outros movimentos não tinham. Isto motivou queixas por parte da FNLA e da UNITA⁵⁰.

“Prova evidente do papel que Rosa Coutinho desempenhou é por exemplo, ter imposto aos mercenários catangueses, anteriores servidores do exército português, a transformação em

⁴⁷ Os angolanos ainda tinham muito presente os ataques da UPA aos trabalhadores que se encontravam no norte a trabalhar nas plantações agrícolas. (Tali, 2018: 404)

⁴⁸ “Embora ainda se não falasse disso abertamente antes do aparecimento em Luanda, a ideia de conquistar o poder político unilateralmente e pelas armas, em detrimento dos considerados partidos “fantoques”, estava apesar de tudo, bem presente” (Tali, 2018: 406).

⁴⁹ Rosa Coutinho na altura já não se encontrava em Angola mas sim em Portugal no Conselho da Revolução.

⁵⁰ Com a assinatura dos Acordos de Alvor, o então Alto Comissário Rosa Coutinho é substituído pelo Alto Comissário Silva Cardoso, que toma posse a 21 de janeiro de 1975 (Pinto, 2015: 727).

servidores do exército do MPLA. Fá-lo em dezembro de 1974, nas vésperas da assinatura dos Acordes de Alvor (...)”, (Vasconcelos 1983, citado por Benemelis 1986, p. 222)

Através da Lei nº 7/74⁵¹, a metodologia que iria prevalecer para a descolonização, para o caso angolano, sugeria a constituição de um governo de transição constituído pelos três movimentos reconhecidos pela Organização de Unidade Africana - OUA, representantes da metrópole e dos grupos étnicos mais importantes, nomeadamente da etnia branca.

De imediato os três movimentos nacionalistas manifestaram-se contra, pois queriam que apenas as organizações que participaram na luta armada tivessem legitimidade para estarem representadas nesse governo e não consideravam a comunidade branca como um grupo étnico. Depois de uma primeira reunião realizada em Mombaça, Quênia, a 3 de janeiro de 1975, os três movimentos concordaram com as bases do governo de transição e da realização de eleições democráticas ao fim de nove meses de governo, tendo estes princípios sido ratificados nos acordos de Alvor e assinados por Portugal a 15 de janeiro de 1975⁵². O princípio da “*legitimidade revolucionária*”, estabelecia que apenas os movimentos nacionalistas que tinham participado na luta armada pela independência, podiam fazer parte do Governo de Transição (Tali: 2018; 401).

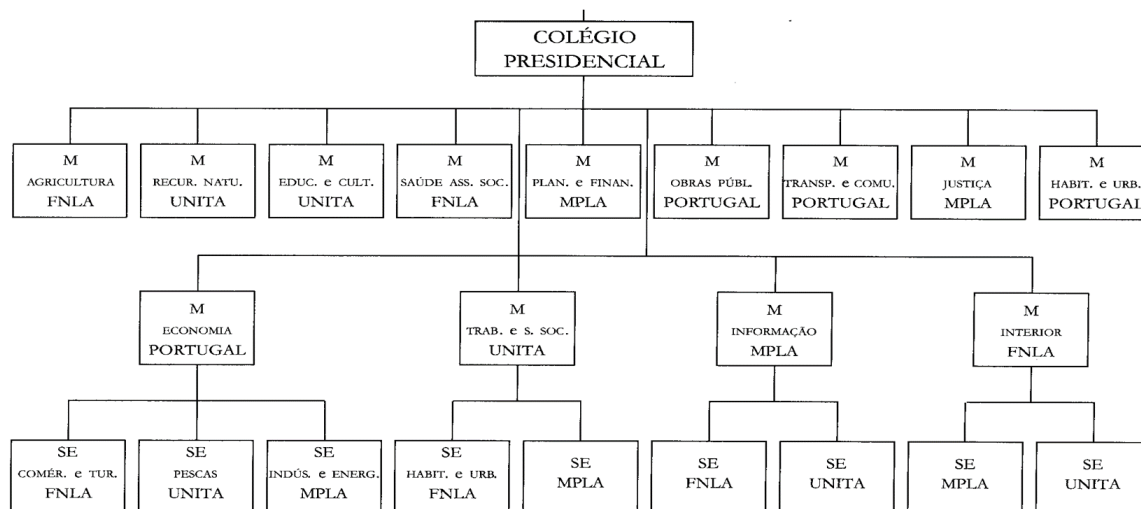
4.2 – O fracasso dos Acordos de Alvor

Os Acordos de Alvor, previam a entrada em funções do Governo de Transição, logo no dia 31 de janeiro desse ano, e o desmantelamento das tropas coloniais com o objetivo de levar Angola à independência. Este acordo previa a eleição de uma Assembleia Constituinte, ficando a cargo desta o modelo político a adotar, assim como a elaboração das leis fundamentais e eleitorais. Um outro princípio que também ficara expresso em Alvor dizia respeito à manutenção das fronteiras da época colonial.

O Governo de Transição era constituído por uma quarta parte que representava Portugal, para além das três constituídas por cada uma dos movimentos com “*legitimidade revolucionária*”, e que devia funcionar baseado num modelo colegial, com presidência rotativa. Logo aqui se começou a verificar que, quer os ministros quer os secretários de Estado lutavam pelos interesses dos seus movimentos, transformando o Governo de Transição, muito rapidamente, num virulento campo de batalha partidária, que obtinha eco na sociedade angolana e também num contexto de Guerra Fria.

⁵¹ A Lei 7/74 de 27 de julho, prevê no seu artigo 1º “(...) o reconhecimento por Portugal ao direito dos povos à autodeterminação” e no artigo 2º, “(...) a aceitação da independência dos territórios ultramarinos (...). Disponível em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01020179j.html, acedido em 20 de agosto de 2018.

⁵² Em Mombaça, ficou acordado que os três movimentos manteriam as suas denominações; deviam dissolver as suas tropas; prescindir do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra de Libertação; criar um exército nacional e aceitar que as Forças Armadas Portuguesas (FAP), ficassem em Angola até junho de 1975 (Marques, 2013: s/n, nota 655).



Quadro 4.2 - Organograma do Governo de Transição (fonte: Tali, 2018: 795)

O Governo de Transição, depressa se vê estagnado por questões partidárias. Cada movimento pretendeu criar uma zona de segurança, exercendo nela a sua autoridade, aumentando, por conseguinte, os incidentes armados, com expulsões ou fugas de pessoas para as suas zonas de origem.

Tornou-se muito significativo para os três movimentos a criação de alianças. A UNITA que acreditava contar com o apoio do grupo étnico Ovimbundu, ou seja com cerca de 40% da população angolana, estava mais tranquila, mas tanto o MPLA como a FNLA tinham de negociar alianças. Os três movimentos sabiam a importância de controlar Luanda e assim depressa se torna inevitável a conquista da capital pelas armas. O facto da FNLA possuir um exército, o ELNA, em que a esmagadora maioria dos soldados não falava português, permitiu ao MPLA advogar que a capital estava a ser invadida por estrangeiros⁵³.

Em fevereiro de 1975, Holden Roberto revela os planos da União Soviética para colocar, pela força, o MLPA no poder, com a anuência das autoridades portuguesas, bem como, a presença de instrutores cubanos em território angolano e equipamento militar que o movimento de Agostinho Neto tinha recebido da URSS, através dos portos de Pointe Noire e Lobito⁵⁴.

Os acordos de Alvor foram um enorme fracasso e os três movimentos continuaram a guerrear-se entre si.

⁵³ O MPLA tirou partido do sentimento anti zairese (Congo Kinshasa) que grassava no seio da população luandense e do facto do exército da FNLA contar com soldados estrangeiros, do Congo Kinshasa (Tali, 2018: 459.)

⁵⁴ Pointe Noire, segunda maior cidade e principal centro comercial do Congo-Brazzaville. Cargueiros soviéticos descarregam enormes quantidades de material bélico para apoiar o MPLA. O aeroporto de Luanda também serve para descarregar material com o mesmo destino. Também os Estados Unidos vão utilizar esquema semelhante para enviar apoio para a FNLA (Almeida, 2011: 60). O orientador, Professor Eugénio Almeida, informou a autora, que, assistiu pessoalmente, ao desembarque de tropas cubanos, no porto do Lobito, cidade onde vivia na altura, no início do segundo semestre de 1975.

A 15 de março, desrespeitando os Acordos de Alvor, o MPLA lança um ataque a Caxito impedindo, assim, o acesso da FNLA à cidade de Luanda a partir do norte (Benemelis, 1986: 226).

Enquanto se realiza a conferência de Nakuru, no Quênia, entre os três movimentos angolanos a fim de conseguirem um entendimento, os cubanos reorganizam as forças militares do MPLA, para avançarem sobre Luanda e proclamarem unilateralmente a independência⁵⁵.

Em 9 de julho (Benemelis, 1986: 228), as tropas do MPLA “*apoiadas pela artilharia portuguesa*” atacam as sedes da FNLA em Luanda. O rescaldo desta violência salda-se por muitas mortes de civis simpatizantes da FNLA e da UNITA. Neste ataque participaram também tanques soviéticos T-34 e a artilharia de reação múltipla dos cubanos, pondo fim ao acordo assinado em 21 de junho.

Em agosto, as tropas cubanas tentam abater, no Bié, o avião que transportava Jonas Savimbi. Em consequência do ato, a UNITA declara guerra ao MPLA e aos seus aliados cubanos. Os colonos portugueses sentem a instabilidade e continuam a deixar Angola (Benemelis, 1986: 228).

A 20 de agosto, os Estados Unidos concedem um apoio à FNLA e à UNITA no valor de 10,7 milhões de dólares de forma a manter aqueles dois movimentos na luta pelo poder.

Em setembro de 1975, o presidente do Congo-Brazzaville, Nguabie, vai a Havana juntamente com representantes do MPLA para estudarem uma maior intervenção militar cubana, pois era sabido que Portugal, ao sair de Angola, entregaria a administração do país ao movimento que tivesse o controlo de Luanda.

Também em setembro mas, no palco português, o governo de Vasco Gonçalves é derrubado pondo em perigo o apoio que Portugal estava a dar ao MPLA. Este acontecimento português funcionou como um motor de arranque para a escalada Cubano-Soviética em Angola a favor do MPLA, através, por exemplo e como refere Benemelis, citando Mesquita (1983), do valor estratégico do arquipélago dos Açores, no confronto africano soviético-americano: “(...) *Enquanto os cubanos aproveitavam as infraestruturas aeroportuárias de Santa Maria, na vizinha base das Lajes reabasteciam-se aviões americanos em trânsito para a África com auxílio militar à FNLA e à UNITA.*” (Mesquita, 1983, citado por Benemelis 1986, pp. 239)

O soviético Arkadi Shevchenko, que aproveitando o facto de se encontrar a desempenhar funções de Secretário das Nações Unidas, em Nova Iorque, para desertar para os EUA, em 1978, revela que Kuznetsov (funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros Soviético) afirmara “*apesar de*

⁵⁵ O acordo de Nakuru é assinado pelos três movimentos independentistas, MPLA; FNLA e UNITA a 21 de junho de 1975, numa tentativa de salvar os Acordos de Alvor. As tréguas que se seguiram foram muito curtas pois o acordo é anulado a 9 de julho do mesmo ano. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Nakuro, acesso em 9 de julho de 2018.

Agostinho Neto estar totalmente controlado pela URSS não oferecia o perfil ideal como dirigente de Angola, pelo que havia sido decidido escolher um melhor candidato, possivelmente Iko Carreira”. (Benemelis, 1986: 240).

No plano internacional jogava-se um possível entendimento entre a URSS e os Estados Unidos, no que ficou conhecido por “*Desanuviamento*”. Aliás a nossa pesquisa levou-nos até um dos maiores especialistas em problemas africanos do KGB, Gueorgui Kornienko, que viu Angola como um dos testes do “*Desanuviamento*”. Este entendimento previa a redução dos armamentos defensivos estratégicos por ambos os países. Era suposto que um acordo fosse assinado durante a visita do presidente da URSS, Brejnev, aos EUA apontada para finais de 1975. Mas a estratégia destes dois países adaptada ao cenário angolano, com cada um a apoiar um movimento independentista diferente, fez cair por terra as negociações para o *Desanuviamento*: “(...)a maioria dos historiadores e especialistas soviéticos envolvidos neste importante episódio considera que o conflito em Angola foi uma das principais causas do retrocesso no processo de desanuviamento entre EUA e URSS, ocorrido nos anos 70” (Milhazes, 2013: 69)

“(…) Foi em considerável medida devido a Angola, que Ford congelou as conversações com a parte soviética com vista à preparação do Tratado START-2 na base dos acordos de Vladivostoque, que em geral, pôs fim aos contactos com a União Soviética.” (Kornienko 2001, citado por Milhazes 2013, pp. 69)

4.3 - O fim do Governo de Transição e a proclamação da Independência

Já sabemos que o movimento que controlasse Luanda iria ser aquele que iria proclamar, unilateralmente a independência de Angola.

MPLA e FNLA lutam pela posse da cidade. A UNITA, apesar de ter estabelecido uma aliança com a FNLA, prefere manter-se na sua zona de conforto, a região etnográfica dos ovimbundu, no centro e sul do Território.

A FNLA, num erro que lhe saiu caro pois não atendeu ao facto dos luandenses hostilizarem este Movimento⁵⁶, bem como todo o território de língua kimbundo, em geral, e, convencida que o apoio da classe média branca era suficiente para ganhar a capital, tentou tomar Luanda para derrubar o MPLA.

Depois de alguns dias de confronto os três movimentos são instigados pelos países vizinhos e por Portugal a chegarem a um entendimento na Cimeira de Nakuru, no Quénia, que teve lugar a 15 de maio. O entendimento durou muito pouco, pois a 9 de julho a guerra toma novas direções,

⁵⁶ Em Luanda os membros da FNLA eram vistos com desconfiança porque, como muitos dos seus militares não falavam português, eram vistos como estrangeiros, ou seja como invasores.

internacionaliza-se. O Congo Kinshasa vai ajudar, a norte, as forças da FNLA. O MPLA recebe ajuda militar cubana e soldados enviados pela FRELIMO⁵⁷, pelo PAIGC e pela Guiné Conakry. A UNITA, por sua vez, recebe apoio da África do Sul. O Exército de Libertação de Portugal (ELP) comandado pelo Coronel Gilberto Santos e Castro⁵⁸, apoiou a norte a FNLA e a sul as forças de Daniel Chipenda (a coluna Chipenda). “Operada a junção desta coluna com as tropas sul-africanas, os dois exércitos avançaram então para Luanda” (Tali, 2018: 461).

No mês de agosto, o Governo de Transição deixa de ter condições para continuar a governar e cessa funções, tendo-se mantido o MPLA e os representantes de Portugal que já não tinham poder nenhum de impor negociações e entendimentos. Os Acordos de Alvor tinham chegado ao fim e o destino da independência de Angola dependia das armas e do pêndulo EUA-URSS.

Entretanto, a OUA, impõe ao MPLA a aceitação de um cessar fogo como forma de evitar uma guerra fratricida e declara mesmo não legitimar uma proclamação unilateral de independência.

A própria independência ocorre num clima de guerra, com a FNLA a lutar a poucos quilómetros de Luanda, na batalha de Quifandongo⁵⁹, com a invasão do Congo Kinshasa, a norte, e Sul-Africana, a sul. Mas a Independência não foi apenas proclamada em Luanda. O país, que ora se criava, viu a independência ser proclamada, em três cidades diferentes, por diferentes protagonistas, e com designações distintas. Enquanto o MPLA proclamava, em Luanda, a independência da República Popular de Angola⁶⁰, na cidade do Huambo, a UNITA e a FNLA (coligadas) – e também na cidade do Uíge, mas só pela FNLA e sem grande impacto –, proclamavam, no mesmo dia, a independência da República Democrática de Angola (Almeida, 2009: 36)⁶¹.

No dia 10 de novembro, Leonel Cardoso, o Alto Comissário português em Angola, para não ter de entregar Angola ao MPLA, pois isso significava corroborar com o não cumprimento dos Acordos de Alvor por parte do Movimento, abandona a cidade e recolhe-se numa fragata portuguesa estacionada na baía de Luanda, que zarpa cerca das 24 horas, antes da declaração unilateral da independência, depois de arriada a bandeira lusa.

⁵⁷ Frente de Libertação de Moçambique.

⁵⁸ Este exército é formado por extremistas brancos a viver em Angola e é comandado pelo irmão de um antigo governador geral de Angola, o coronel Gilberto Santos e Castro (Tali, 2018: 461).

⁵⁹ Nesta batalha estiveram implicadas a FNLA, elementos da Revolta de Leste, tropas do Congo-Kinshasa e uma brigada Luso-Angolana liderada por Santos e Castro (Almeida, 2009: 49-50)

⁶⁰ Foi um acontecimento extraordinário pois acontece menos de um ano depois do MPLA ter vivido uma série de crises, nomeadamente o desdobramento em três tendências, quando já se encontrava muito fragilizado por razões político-militares e diplomáticas, tendo corrido mesmo risco de sobreviver.

⁶¹ Apesar de ideologicamente UNITA e FNLA serem distintas (UNITA seguia uma orientação maoista e a FNLA estava mais ligada à ideologia norte-americana, mas sem virar costas completamente à ajuda chinesa), não impediu a união de interesses para proclamarem em conjunto a independência, mas sem uma noção clara de qual seria o sistema político que iriam implementar (Almeida, 2009: 36).

Enquanto é proclamada a independência, quer da República Popular de Angola, em Luanda, quer da República Democrática de Angola, no Huambo⁶², na capital do jovem país trava-se uma sangrenta batalha, a “*Batalha de Luanda*”.

“A 19 de setembro desembarcaram em Luanda as tropas cubanas a bordo do navio Almirante Sierra Maestra. (...) Por sua vez a infantaria começou a cavar trincheiras ao redor da cidade.

Os simpatizantes da FNLA nada podiam fazer (...) começou a ouvir-se o rufar dos tambores misturados com gritos e disparos isolados dos avanços cubanos. (...) Sem lhes dar tempo para compreender o que acontecia, uma chuva de projéteis incendiários caiu sobre a multidão(...). Os cadáveres caíam destroçados, praticamente partidos em dois pelos disparos dos tanques soviéticos que os faziam saltar pelo ar. A cerca de dois quilómetros começou-se a ouvir por cima das suas cabeças o sibilar dos mísseis de 122 mm, seguido de uma série interminável de explosões que acompanharam a sua fuga ao longo de 20 quilómetros. Os aviões de reconhecimento permitiam ajustar os tiros indiretos e (...) desciam em picada e disparavam contra os fugitivos como se fossem coelhos.” (Vives, Juan, 1982, apud Benemelis 1986, pp.241)

A FNLA fica enfraquecida depois da batalha de Luanda e entre os dias 12 e 15 de novembro as forças cubanas dirigem o seu ataque contra a UNITA. Em dezembro, continuam os intensos combates entre os cubanos e a UNITA. No dia da independência, estavam mais de 7.000 soldados cubanos em Angola, que cresceu substancialmente, durante os meses de dezembro de 1975 a março de 1976, para cerca de 37.000 soldados e mais de 400 milhões de dólares em ajuda soviética (Benemelis, 1986: 248).

A República proclamada no Huambo teve vida efémera, terminando a 22 de dezembro de 1975. A coligação formada pela UNITA e pela FNLA não resultou e cedo surgiram os confrontos. Se as relações entre os dois movimentos nunca foram boas, as diferenças de conceção política e administrativas eram enormes. Tal como abordado anteriormente, quando estiveram juntos no GRAE separaram-se pelas mesmas razões. Para o historiador angolano Alberto de Oliveira Pinto, a proclamação da República Democrática de Angola, no Huambo, foi “*arquitetada pela CIA*” (Pinto, 2015: 734).

⁶² Alguns documentos da época, infelizmente apenas citados de memória, estabelecem outros dois nomes para a república proclamada no Huambo a 11 de Novembro de 1975. Nuns documentos a república é denominada de República Democrática e Socialista Africana de Angola enquanto outros a denominam de República Negra Socialista e Democrática de Angola. Estas parecem ser as três denominações mais aceitáveis, sendo a primeira aquela que aparece no corpo da dissertação e a que parece ter sido a efetivamente utilizada (Almeida, 2009: 51).

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

III PARTE - O 27 DE MAIO DE 1977

“Existe em África um conceito denominado ubuntu – o sentido profundo de que só somos humanos através da humanidade dos outros, que se neste mundo realizamos alguma coisa isso se deve em igual medida ao trabalho dos outros (Nelson Mandela)” (Stengel, 2010: 11)

CAPÍTULO V – OS ANTECEDENTES DO 27 DE MAIO DE 1977

5.1 - O incómodo protagonismo de Nito Alves

“Eduardo, estamos perante uma força estruturada e considerável. Temos de a conhecer por dentro e a desmantelar”, diz Agostinho Neto ao médico Eduardo Macedo dos Santos quando aterriza em Luanda, vindo do exílio (Mateus e Mateus, 2015: 59). Perguntamos nós se este desmantelar não teve o seu desfecho no 27 de Maio de 1977, até porque no seu rescaldo todos os comités de ação vão ser dissolvidos⁶³.

Em Março de 1976, uma delegação do MPLA é enviada a Moscovo para participar no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Os membros que representaram o Movimento, no Congresso, foram Nito Alves e José (Zé) Van-Dúnem. Os autores da obra *“Purga em Angola”* (Mateus e Mateus, 2015) consideram que foi a partir desta ida a Moscovo que se iria instalar um clima de suspeição no seio do MPLA, uma vez que Nito Alves terá recebido honras de chefe de partido e terá sido colocado o seu retrato, e não o de Agostinho Neto, na galeria dos chefes revolucionários amigos (Mateus e Mateus, 2015: 61).

Aquando do regresso de Agostinho Neto de Cabo Verde, no dia 1 de abril de 1976, e ainda nas escadas do avião, Lúcio Lara avisa o presidente que se prepara um golpe de estado e que Nito Alves é o cabecilha. *“Estamos a ser confrontados com uma grande conspiração. Temos de ter cuidado. É uma grande conspiração”*. Esta confidência foi escutada por Rui Coelho, chefe de gabinete do primeiro ministro Lopo do Nascimento (Mateus e Mateus, 2015: 62). Rui Coelho, amigo pessoal do nacionalista e escritor angolano José Reis, que acaba por ser executado na sequência do 27 de Maio. José Reis dedica-lhe o seu primeiro livro *“ANGOLA – O 27 de Maio: Memórias de um Sobrevivente”*⁶⁴

⁶³ Os Comités de Ação do MPLA foram encerrados aquando da realização do 1º Congresso do MPLA, realizado entre novembro e dezembro de 1977.

⁶⁴ Curiosamente no dia 27 de Maio de 1977, Rui Coelho encontrava-se em visita diplomática a Argel tendo só regressado a Luanda no dia 2 de Junho.

Iko Carreira, na sua obra “O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto”, 1996, na página 149, também corrobora a ideia que Neto estava avisado do perigo que corria, mas o presidente insistia que não havia motivos para alarme pois os seus opositores não “*passavam de lagartixas*”.

Por coincidência, ou não, é ainda nesse mês de abril de 1976 que se agrava a situação social em Luanda, com o aumento da criminalidade e da violência, a falta de bens de primeira necessidade, o aumento da corrupção e com os boatos de tentativa de golpe de estado a circularem por toda a capital..

Era do conhecimento do partido como a sua Direção lidava com as dissidências. O exemplo da Revolta Activa já dava para ver que Agostinho Neto não tolerava opiniões contrárias à sua, e isso ficou bem claro quando elementos da extinta Revolta Ativa foram presos em setembro de 1976, nomeadamente o médico Manuel Videira e o engenheiro Fernando Paiva⁶⁵.

Adolfo Maria, como já foi referido na II Parte, conseguiu fugir à polícia política DISA e viveu escondido num apartamento em Luanda, durante três anos.

O nacionalista angolano, afirma na sua obra “Angola – Sonho e Pesadelo” que eram perseguidos pelos seus antigos companheiros da luta pela libertação, que agora se encontravam no poder numa Angola Independente (Maria, 2014: 23).

Apesar de Nito Alves ter a pasta do Ministério da Administração Interna não lhe cabia superintender as polícias, mas acaba por ser ele a incentivar o ataque aos membros da Revolta Activa e da Organização Comunista de Angola - OCA. Num discurso por si proferido apela a que se denuncie os membros destas duas organizações e se proceda à sua prisão. Nito Alves, no documento que produziu intitulado “*As Treze Teses em Minha Defesa*”, salienta o facto de estar a ser vítima de ter sido acusado de perseguir e desmantelar a OCA, que na sua opinião era a nova versão dos CAC, e que estes sim, queriam a divisão do MPLA, pelo que o seu desmantelamento era uma necessidade a bem da unidade do Movimento (Alves, 1977: 4). Mas relativamente à Revolta Ativa, há muito que estava extinta.

Em outubro de 1976, programas de rádio e de televisão conotados com os fraccionistas – como eram denominados os apoiantes de Nito Alves – são encerrados, enquanto a propaganda dos meios oficiais continua a envenenar a população (Mateus e Mateus, 2015: 76).

No jornal oficial angolano, Jornal de Angola, os editoriais de Costa Andrade, mais conhecido por N’Dunduma, são muito virulentos e Artur Pestana (Pepetela) escreve nesse jornal um conto acerca de uma víbora de cabeça virada ao contrário que, segundo os historiadores a víbora corresponderia a Nito Alves. Este conto é escrito na edição de 15 de Maio, antes do suposto golpe de estado.

⁶⁵ A decisão de proceder à captura dos membros da RA foi do Bureau Político. Deste órgão faziam parte Agostinho Neto, Lúcio Lara, Nito Alves, Pedalé, Iko Carreira, Ludi Kissassunda, Dilolwa, Monstro Imortal, José Eduardo dos Santos e Lopo do Nascimento (Maria, 2014: 23).

Lúcio Lara, numa reunião do Bureau Político afirma que Sita Valles foi enviada pelo PCP para controlar o MPLA assim como muitos outros portugueses. A intenção seria a de expulsar os portugueses de Angola, mas, sobretudo, “calar” Sita Valles. No caso da Sita, tanto Neto como Lara estavam enganados, pois a estudante de medicina (de origem goesa) era uma luso angolana, nascida em Cabinda, portanto não podia ser expulsa enquanto cidadã nascida no País. Relativamente ao facto de Lúcio Lara e Agostinho Neto terem pertencido ao PCP o assunto foi resolvido de forma déspota, dizendo simplesmente, dizendo não, ameaçando:

“Venho dizer-vos que o presidente Neto já afirmou, por mais de uma vez, que não admite que se diga que ele ou que eu fomos membros do Partido Comunista Português. Participámos, sim, em células de luta anti-colonial, ligadas ao PCP. Mas, se insistem em dizer que fomos do PCP, será muito fácil resolver o problema de vez. Encosto-vos ao “paredón”. (Mateus e Mateus, 2015: 79).

E assim, com o fuzilamento se resolvia o problema.

O cerco aos fraccionistas aperta-se. Em março de 1977 é preso Pedro Santos, comissário político do Estado-Maior da Frente Sul. Nito Alves, entretanto avisa que está para acontecer uma tragédia e todos os seus amigos e pessoas relacionadas com ele correm risco de vida.

Na cadeia de S. Paulo, Hélder Neto, responsável pela DISA, anuncia que está a preparar a cela para Nito Alves e Zé Van-Dúnem. Estes já tinham sido afastados do Comité Central por quando da 3ª reunião Plenária de outubro de 1976, (altura em que Agostinho Neto aproveita para eliminar a Pasta da Administração Interna da qual Nito Alves era o responsável⁶⁶), mas continuavam como membros do partido, só tendo sido expulsos na reunião de 21 de Maio de 1977. No entanto, os militares da 9ª Brigada exigem a reintegração de ambos. Em vários bairros de Luanda a população desaprova a decisão de Neto.

5.2 - A 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA e o clima de Suspeição

Em Luanda, entre os dias 23 e 29 de outubro de 1976, reúne-se o Comité Central do MPLA na sua 3ª Reunião Plenária. O presidente Neto, no seu discurso de abertura dos trabalhos, salienta o facto de que a organização do movimento é imperfeita e aponta várias razões:

” (...) a sua origem; a frouxa disciplina, pelo seu alargamento num período muito curto a partir do último ano, e pelas dificuldades naturais que um Estado jovem encontra (...). A nossa Organização, ideologicamente indefinida para alguns militantes, excepto para os nossos

⁶⁶ Documentos da 3ª reunião plenária do Comité Central do MPLA, Luanda 23-29 de Outubro de 1976, Edição do Secretariado do Bureau Político, p. 11.

inimigos é a Organização de todos os que tornaram realidade o Programa Mínimo⁶⁷. É a sua transformação em partido marxista-leninista que permitirá a definição subjectivamente exigida por alguns militantes” (Documentos da 3ª Reunião Plenária do C.C do MPLA, 1976: 5)

Sendo o MPLA um movimento, dele faziam parte pessoas das mais variadas tendências: desde soviéticos, maoistas, tiistas, terceiro-mundistas, social-democratas e nacionalistas⁶⁸.

Nesta reunião plenária foram introduzidas alterações em algumas estruturas do Estado, como, por exemplo, na Lei Constitucional, na composição do Conselho da Revolução e do Governo. O Presidente da República passa a ter também funções de Chefe de Estado, deixando o primeiro ministro de ter essa função. Foram extintos os ministérios da Administração Interna, cuja pasta cabia a Nito Alves e o da Informação, da responsabilidade de Manuel Rui (um dos autores do Hino Nacional de Angola). Foi ainda aprovada uma resolução sobre o Poder Popular. Nito Alves tinha muita popularidade junto das estruturas do Poder Popular.

A política de “*não-alinhamento*” foi defendida, mas mantendo e desenvolvendo as relações com outros países, e aceitando a participação do “contingente militar cubano e o fornecimento de material de guerra tanto de Cuba como da URSS (...)” (Documentos da 3ª Reunião Plenária do CC do MPLA; 1976: 13)

Esta sessão plenária foi de grande importância pois aprovou teses que seriam apresentadas no 1º Congresso do MPLA. Curiosamente, englobava algumas das teses da autoria de Nito Alves, como, por exemplo, a que disse respeito à constituição de um partido marxista-leninista. Se por um lado Nito vê as suas teses aprovadas, por outro vê-se acusado de fraccionista.

Foi discutida a existência de divisões no seio do partido, acusando alguns membros de alimentarem a confusão ideológica, de perturbarem a união das estruturas do Movimento e de dividirem os militantes. Estes atos foram condenados e os militantes orientados para combater o divisionismo e o sectarismo. Todos os que atentassem contra a união do MPLA seriam severamente sancionados. Convém aqui lembrar que esta sessão plenária teve lugar em finais de outubro de 1976 e alguns meses antes, em abril, Lúcio Lara tinha confidenciado a Neto que Nito Alves se preparava para fazer um golpe de estado. José Reis, vê já neste Plenário do Comité Central do MPLA a armadilha montada a Nito Alves, Zé Van-Dúnen e outros, que já tinham dado mostras de nem sempre concordar com as atitudes de Neto, “(...) *os responsáveis pelo empurrão recorreram ás mais diversas artimanhas. Atiraram os*

⁶⁷ O Programa Mínimo, que se iniciou a 9 de fevereiro de 1975, logo depois da assinatura dos Acordos de Alvor, tinha como objetivos a defesa, a organização e a mobilização das massas. Com a proclamação da independência o Movimento deu início ao Programa Maior cujo objetivo principal é criar as bases para a construção dum estado socialista com o partido da classe operária como seu impulsor. (Documentos da 3ª Reunião Plenária do CC do MPLA, 1976: 3)

⁶⁸ Com o 1º Congresso do MPLA, realizado em dezembro de 1979, o partido passa a albergar apenas pessoas de ideologia marxista-leninista.

carimbados com o epíteto de fraccionistas para um beco sem saída e aí, nesse aperto in extremis, forçaram o irrefletido, mas esperado passo: a resposta à provocação.” (Reis, 2017: 24).

Responsáveis pela DISA acusam Nito Alves e outros elementos de conspirarem contra o MPLA. É a primeira vez que se usa o termo fraccionista e pronunciam-se sobre o facto dos programas de rádio “*Kudibanguela*” e “*Juventude em Luta*” da JMPLA, terem sido já encerrados, em 1975, ainda durante o governo de transição. Mas a DISA mostrou que os fraccionistas continuavam a ter acesso ao Jornal de Luanda e ao programa da rádio das FAPLA “*Povo em Armas*”, dirigido por Zé Van-Dúnem. Como consequência destas queixas, o Comité Central encerrou imediatamente estes órgãos de comunicação (Pinto, 2015: 744).

O Comité Central decide também expulsar todos os estrangeiros do MLPA, numa tentativa de justificarem a expulsão de Sita Vales, mulher de José Van-Dúnem, mas como ela era angolana, nascida em Cabinda, este órgão político decide expulsar os militantes que tivessem militado noutras organizações. Sita Alves tinha militado em Lisboa na Juventude Comunista⁶⁹. Nito Alves não é expulso embora alguns membros tenham pedido a sua expulsão, mas enquanto acusado de fraccionista junta a sua voz à de José Van-Dúnem que pede a constituição de uma comissão de inquérito para apurar a verdade das acusações. No entanto, abandona as suas funções no Departamento de Organização de Massas – DOM Nacional.

5.3 - “As treze Teses em minha defesa”

A comissão de Inquérito foi chefiada pelo então major José Eduardo dos Santos⁷⁰ e contava com intelectuais como Luandino Vieira, Fernando Costa Andrade “*Ndunduma*”, Artur Pestana “*Pepetela*” e Manuel Rui Monteiro. Monstro Imortal também fazia parte dela. Para Artur Queiroz, esta comissão só pretendia saber se os inquiridos pertenciam ou não “*à direção política e operacional do golpe*” (Queiroz, 2017: 45)⁷¹

⁶⁹ Na nossa investigação não encontramos provas de que Agostinho Neto tivesse militado, como Sita Valles, no PCP, no entanto foi esta organização, na altura clandestina, que ajudou Neto a fugir de Portugal, como já foi mencionado na I parte desta Dissertação. Em meados de 1976, numa reunião realizada no DOM Regional da Assembleia do Sector dos Estudantes e Intelectuais, presidida por Lara e com Beto Van-Dúnem ao seu lado, este ameaça “Ai de quem ande por aí a dizer que o camarada Presidente foi membro do PCP. Ele nunca foi membro do PCP” (Mateus e Mateus, 2009: 75). Ora segundo o testemunho de Júlio Pequito, na década de 50, viviam na mesma casa em Lisboa, quatro membros do PCP, o próprio, Veiga de Oliveira, o engenheiro Pereira Gomes e o médico Agostinho Neto.

⁷⁰ José Eduardo dos Santos, na altura dos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, era major das FAPLA. (Almeida, 2011: 74)

⁷¹ Artur Queiroz, defende que a comissão foi a tábua de salvação para muitos intelectuais, apesar de ter ficado conhecida por “Comissão das Lágrimas”, porque, segundo o mesmo autor, os membros da comissão que não faziam mal a ninguém, antes pelo contrário até porque para conseguirem a absolvição dos inquiridos, os escritores nomeados diziam muitas vezes a Iko e a Xietu “Este desgraçado ao reclamar a sua inocência até

Aquela comissão tinha dois meses para a apresentar os resultados, terminando o prazo a 8 de janeiro de 1977, mas só apresentou os seus resultados em maio de 1977, dando tempo a Nito Alves de preparar a sua defesa através a compilação do documento “*Treze Teses em Minha Defesa*”⁷². Deste longo texto há a salientar a importância dada à I Região Militar (na qual Nito tinha estado durante a luta de libertação) e a acusação de “*viragem à direita*” de altos dirigentes do MPLA.

Nito Alves defende-se argumentando que se afastaria de o Bureau Político até ficar tudo esclarecido relativamente ao seu possível envolvimento num golpe de estado, através da constituição de uma Comissão de Inquérito, sugerida por outro dos acusados, José Van-Dúnem. Alves acusa vários membros da Direção do MPLA, elementos da DISA, da Televisão, da Rádio, dos jornais de dizerem mentiras a seu respeito. Acusa também o Bureau Político de ter sido tomado pela CIA e do Ministro Iko Carreira de utilizar o seu ministério para traficar diamantes. Acusa a DISA de usar a tortura para obter confissões falsas. E vai mais longe ao afirmar como a CIA costumava operar quando queria afastar políticos, fabricando um ambiente em que a população acreditasse mesmo na existência de culpados, através de propaganda injuriosa e de desinformação até à prática de atentados que seriam atribuídos aos alvos a abater.

Nito Alves, na sua defesa, acusa os seus detratores, militantes do MPLA, que o acusam de fraccionista e de tentativa de golpe de estado, de “*contra-revolucionários*”. Afirma que há dois anos que é vítima de torturas políticas e morais e que vai responder “dente por dente, olho por olho” (Alves, 1976: 1-2).

Na Lei da Disciplina do Comité Central e do Bureau Político, no ponto 8, defende-se o combate à provocação, à calúnia, à intriga e ao boato e no ponto 14, defende-se o direito dos militantes de deporem livremente e de se defenderem de qualquer acusação. Foi isto que Nito Alves fez ao elaborar o documento em sua defesa, bem como o facto do assunto sobre a existência de fraccionismo e os fraccionistas, ter sido considerado “*matéria secreta, interna e exclusiva do Comité Central*”, aquando da realização da 3ª Reunião Plenária e o seu nome e o de José Van-Dúnem terem sido referidos por Saydi Mingas⁷³, numa reunião do Comité Central da JMPLA, em que este dirigente apelava ao fuzilamento dos fracionistas. Para Nito, a sentença já estava tomada mesmo antes do resultado da comissão de inquérito⁷⁴.

chorou”. Foi assim que surgiu o nome. Um dia Xietu exclamou “*Afinal vocês são a comissão das lágrimas*” (Queiroz, 2017: 45-46).

⁷² Nito Alves exige que o conteúdo do documento seja dado a conhecer, às Comissões Diretivas Provinciais do MPLA, ao Comité Central do MPLA, ao Comité Central da JMPLA, ao Secretariado Nacional da UNTA e ao Comissário Político das FAPLA, no prazo de quinze dias. (Alves, 1977: 152).

⁷³ Saydi Mingas foi um dos dirigentes do MPLA que apareceu morto carbonizado na ambulância encontrada na madrugada do dia 27 de Maio de 1977.

⁷⁴ A informação de que se tratava de matéria secreta foi-nos dada em entrevista, das muitas que José Reis nos concedeu.

Nito, refere que o facto do MPLA não ter conseguido realizar um congresso durante toda a sua existência, informando os militantes das etapas conquistadas e que sancionasse os oportunistas, é, nas suas palavras, fator que chegue para explicar os problemas existentes no seio do Movimento. Responsabiliza também o MPLA da acusação de que estava a ser vítima ao ser acusado de perseguir e dismantelar a OCA, organização que, segundo ele, era a nova versão dos CAC e que devia ser dismantelada, pois pretendia, realmente, a divisão do MPLA⁷⁵. Tudo isto feito e pensado para o aniquilar. Nito Alves vai mais longe ao afirmar que o objetivo é esconder dos militantes da existência “*da única facção que realmente está a minar a unidade revolucionária, a unidade de acção e de vontade no seio do MPLA (...) são a direita anti-comunista e o maoísmo. A sua plataforma de entendimento e acção é o seu profundo e inveterado anti-soviético*” (Alves, 1977: 4).

Nito Alves informa que, o primeiro ministro Lopo do Nascimento, recebe uma carta de Alípio Neves da Costa com a data de 21 de fevereiro de 1977, em que fala em “golpe de estado” sendo ele (Nito Alves) o seu responsável máximo. Mas a difamação e a tentativa de o conotarem com “*fraccionista*” já vinha a acontecer há muito tempo. Em abril de 1976, Hélder Neto informa o Estado Maior Geral (EMG), que Nito Alves é visto muitas vezes no Ministério da Informação, no gabinete de José Leitão, chefe de gabinete do Ministro. No entanto, para este dirigente do MPLA, a primeira pessoa a lançar o boato do golpe de estado foi o Comissário das FAPLA, Abranches. Na altura o inquérito que se seguiu não deu provada qualquer tentativa de golpe de estado, mas o difamador não foi punido.

E a vigilância continua. Na página 45 da dita obra de Nito Alves⁷⁶, este dá a conhecer uma nota informativa da Secretaria da Presidência para Assuntos Militares, datada de 26 de novembro de 1976, em que se dá conta que o Comissário Provincial de Malanje, em algumas deslocações a Luanda “*agasalha-se*” em casa de Nito Alves, que em agosto, no aniversário deste, alguém afirmou: “*(...) Embora o camarada Nito Alves não foi promovido a Comandante mas para nós é e será sempre o Comandante Nito Alves. E o povo só estará contente quando ver no poder em vez de E o I [nota explicativa este E refere-se à letra e da palavra Neto que é o Camarada Presidente; e analogamente a letra i referida refere-se à de Nito (...)]*”. Nito Alves aponta o facto de até o seu aniversário ser alvo da vigilância dos agentes da DISA⁷⁷ (Alves, 1977: 47).

⁷⁵ De facto, no comício proferido por Agostinho Neto a 12 de junho de 1977, o Presidente extingue “os Comitês Henda, os Comitês Amílcar Cabral e a OCA. Todos têm como objetivo eliminar a direção do Movimento que dirigiu a luta armada e está a dirigir o Estado” (Queiroz, 2017: 78).

⁷⁶ Segundo Fernando Vumby, angolano, cronista político e activista dos Direitos Humanos, as 13 Teses não são da autoria de Nito Alves, mas sim de um antigo comissário político em Cabinda, Pedro Santos. (Almeida, 2011: 68)

⁷⁷ No mesmo documento e na mesma página Nito Alves refere que o seu aniversário é em julho e não em agosto e que a celebração não foi em sua casa.

Nito Alves denuncia a existência de elementos da CIA a operar em Angola, com Kissinger a defender os interesses dos imperialistas, sendo a liquidação física do Agostinho Neto o principal objetivo daquela Agência⁷⁸. Segundo Nito, “*A tática e a técnica da CIA é sempre a mesma: provocar a esquerda, atribuir-lhe a responsabilidade de assassinatos, montar uma campanha de desinformação a partir dos mass media.*” (Alves, 1977: 51).

Nito Alves foi acusado de racista, mas, na sua opinião, racismo e marxismo-leninismo são dois fenómenos tão opostos que se excluem um ao outro (Alves, 1977: 52).

Outra das acusações que lhe é feita é que ele era adepto da luta de classes (ver entrevista de Neto à revista Opção no anexo H e contra a burguesia. Acerca disto Nito escreve:

(...) Há que ter coragem para dizê-lo: o peso específico da pequena-burguesia, sobretudo a sua ala conservadora e pró-capitalista, não permite a participação real, visível, viva e efetiva do proletariado angolano (...). Para dirigi-la, os sectores revisionistas e reformistas do MPLA buscam forjar uma “força dirigente”, uma elite intelectual e oportunista oriunda preferencialmente da pequena-burguesia burocrática criada pelo vencido colonialismo. (...) Bem entendido, a minha posição nada tem a ver com o radicalismo pequeno-burguês dos que negam a necessidade objectiva de atrair para a revolução socialista a pequena-burguesia (pequenos produtores da cidade e do campo), bem como valores da intelectualidade burguesa.” (Alves, 1977: 76).

A este propósito Nito Alves continua:

“É preciso que os militantes e quadros dirigentes do nosso movimento se recordem uns e saibam outros que Beto Van-Dúnem e Mendes de Carvalho são até hoje os dois únicos coordenadores do DOM/Regional em Luanda, há quase dois anos; é preciso que se saiba (...) que Hélder Neto é um dos homens mais destacados, ao mais alto nível nas estruturas superiores da hierarquia da DISA e um dos indigitadores, em gabinete altamente secreto, para elaboração do “dossier” “Nito Alves” (o qual nunca foi levado ao Comité Central) (Alves, 1977: 96).

Ainda segundo Nito, na 3ª Reunião Plenária do Comité Central, Manuel Pedro Pacavira⁷⁹ pediu a suspensão do camarada Nito Alves quer do Comité Central quer do Governo e mesmo para fora do país. Nito afirma que o presidente terá repudiado aquela posição e perguntado mesmo: “*que forças sociais estariam interessadas no afastamento e suspensão do camarada Nito quer para fora de Angola quer em relação ao Comité Central ou ao Governo*” (Alves, 1977: 98). Para Nito, A CIA estava

⁷⁸ Ainda hoje paira no ar a dúvida das circunstâncias da morte do primeiro presidente de Angola.

interessada no seu afastamento e diz que a sua vida está em perigo. Para Nito Alves a OCA é a expressão da CIA, alimentada por uma ideologia maoista. (Alves, 1977: 150).

O facto, é que Nito Alves deixa o cargo de Ministro da Administração Interna, porque este ministério foi extinto na 3ª Reunião Plenária. As razões terão sido outras, conforme podemos ver na I Parte desta Dissertação. Segundo o acusado a sua suspensão foi anti estatutária e remete-nos para a alínea b) do 13º artigo dos Estatutos que dizem claramente: “*Nenhum membro do Comité Central pode ser afastado das suas funções sem decisão fundamentada e democrática da maioria absoluta de 2/3 dos membros do Comité Central*”, e Nito Alves diz que não houve nenhuma votação para a sua suspensão. (Alves, 1977: 138)

Quando acusado, enquanto membro do Secretariado do DOM de ser fraccionista, ele responde que toda a gente sabe que os CAC se infiltraram no Departamento de Informação e Propaganda DIP, no Departamento de Organização Popular DOP e no DOM com a conivência quer do Bureau Político, quer de Dilolwa, e estes CAC, sim, representavam um outro MPLA. Em contrapartida o secretário da Coordenação do DOM, (ele, Nito Alves) combateu todos estes oportunistas (Alves, 1977: 91-92).

5.4 – Os resultados da Comissão de Inquérito

Os resultados da Comissão de Inquérito vão ser conhecidos na reunião que decorreu entre 20 e 21 de maio, no Palácio Presidencial, no Futungo de Belas. Inicialmente devia ter lugar no Museu de História Natural. Mais tarde, durante a 5ª Reunião seria declarado que a comissão de inquérito não tinha sido conclusiva em termos de existência ou não de fraccionismo, mas que a decisão de expulsar os acusados do Comité Central tinha sido da responsabilidade de Agostinho Neto.

O relatório confirma a existência de fraccionismo no seio do MPLA e que os seus principais dirigentes são Alves Bernardo Baptista (Nito Alves) e José Jacinto da Silva Vieira Dias Van-Dúnem (Zé Van-Dúnem) e que estavam a congeminar um plano de assalto ao poder, a executar em três anos.⁸⁰ Como estes dirigentes se recusaram a fazer uma autocrítica, prevista na lei da Disciplina no ponto 13, foram afastados das suas funções.

Neste relatório, pode ler-se que os fracionistas culpavam o MPLA pelas dificuldades que o povo angolano estava a passar, nomeadamente no que dizia respeito “*à produção, ao abastecimento, aos transportes, à educação e à saúde, incentivando as massas ao descontentamento*” (Ministério da Defesa, 1977: 58-59).

⁸⁰ Artur Queiroz defende que João Caetano “Monstro Imortal” foi o verdadeiro mentor do golpe. “(...) seu sonho dourado: ocupar o lugar de Agostinho Neto. (...) Quem o conheceu bem, sabe que ele se dedicava a estudar até ao pormenor todas as ações golpistas que aconteciam em África.” (Queiroz, 2017: 40).

Estes dirigentes eram acusados de infiltrarem em todas as instituições do poder político e civil pessoas da sua confiança, para minar as estruturas do MPLA, inclusive na DISA, na Organização dos Pioneiros Angolanos e no clube de Futebol Progresso do Sambizanga, onde Nito se torna presidente. São acusados de estrangular a economia angolana sabotando as lojas geridas pelo estado e impedindo a circulação de produtos e de mercadorias. O próprio Estado Maior foi forçado a dispensar muitos oficiais por desrespeito e desobediência à disciplina militar. Os fraccionistas são também acusados de ficarem com o dinheiro que devia ser para pagar os salários dos militares, que deixaram de receber tendo-se gerado um enorme descontentamento. São ainda acusados de substituírem em reuniões, honestos militantes do MPLA por fraccionistas acusando a liderança do MLPA de ser antissoviética e anticomunista. São ainda acusados de racistas e de não se conseguirem identificar verdadeiramente com o povo angolano (Pawson, 2014: 63).

Também se pode ler, no mesmo documento, que a DISA é alvo de queixas e comparada à PIDE. O documento não refere se estas queixas são ou não o resultado de instigação por parte dos fraccionistas. Agostinho Neto, no discurso que profere na Cidadela aquando do fim dos trabalhos desta reunião diz que os membros da DISA são:

“inexperientes, ainda não conhecem todas as regras. Temos que os desculpar. (...) A DISA tem de existir e vai continuar a existir. (...) Ou se é do MPLA ou não se é do MLPA. Quem não está de acordo sai. Esta é uma ditadura e se for necessário tomar medidas mais duras, nós vamos tomar medidas mais duras. Mas quem comanda aqui é o MPLA”. (Ministério da Defesa, 1977: 28-29)

A história mostrou-nos que a DISA acabou por ser extinta em junho de 1979 e que alguns membros foram afastados.

CAPÍTULO VI – O 27 de Maio de 1977

6.1 – Golpe e Contragolpe

“O 27 de Maio de 1977 não foi um golpe de estado, mas uma insurreição” é o que nos diz Luís dos Passos, presidente do agora extinto Partido Renovador Democrático⁸¹.

O destacamento feminino da 9ª Brigada, comandados pela comandante Elvira da Conceição e pela comissária política Fernanda Delfim, atacaram a cadeia de São Paulo. A Casa da Reclusão de Luanda também foi tomada. A Rádio Nacional de Angola (RNA), entretanto já nas mãos dos golpistas, passa o indicativo *Kudibanguela! Weia, weia*, e informa que Nito Alves e Zé Van-Dúnem tinham sido libertados. A prisão destes homens gerou alguma controvérsia. Na versão do MPLA, não chegaram a ser presos, aliás, José Reis é da mesma opinião, enquanto, por sua vez, o jornalista Ferreira Fernandes, escrevia na altura:

(...) A cidade acordava com os ares da revolução – pelas janelas dos automóveis, civis armados faziam gala das automáticas –. As traseiras das carrinhas explodiam em molhos de jovens frenéticos e ameaçadores. (...). Os insurretos eram nitistas, entre os quais era grande o prestígio das forças armadas. (...). Às dez da manhã, cruzávamos camionetas militares cubanas, (...). Os cubanos pareciam ainda não ter decidido quem apoiar: o presidente Neto ou o dissidente pró-soviético Nito Alves? (...) Depois chegou um blindado de onde vi erguer-se o corpo esguio de José Van-Dúnem (...) tinha sido dias antes demitido da direção do MPLA e preso; agora, liberto, era ovacionado. Não me viu e aquela foi a última vez que o vi” (Fernandes, 1996: 21).

A estação de Rádio tinha apelado às massas populares que exigissem a libertação de Nito e Van-Dúnem. Algumas pessoas que estavam junto às instalações da Rádio Nacional (RNA), foram mandadas subir para uma camioneta e nunca mais foram vistas. Várias pessoas são presas na cidade que depois desaparecem.⁸²

Agostinho Neto, pede ajuda a Fidel Castro para que as tropas cubanas estacionadas em Angola ajudassem o governo angolano pois havia o risco de uma invasão do Congo Kinshasa (à época, República do Zaire) e da África do Sul. Fidel Castro dá ordens imediatas para as tropas intervirem sob

⁸¹ Luís dos Passos em: www.angonoticias.com/Artigos/item/7308/27-de-maio-nao-foi-um-golpe-de-estado-revela-luis-dos-passos-a-von, em 01-12-2005, acedido em 17 de fevereiro de 2018

⁸² Segundo José Reis nem Nito Alves nem Zé van-Dúnem chegaram a estar presos. Esta informação é corroborada pelo próprio documento emanado do Bureau Político do MPLA, intitulado *Angola: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977*.

pena de regressarem a Cuba e se sujeitarem a tribunal militar e até á pena de morte. Fidel não era grande simpatizante de Neto, mas ainda o era menos de Mobutu e do regime de apartheid sul africano.

Vivia-se o período da Guerra Fria e Neto acusa Mobutu Sese Seko, presidente do Congo Kinshasa de ter invadido Angola com o objetivo de o derrubar. De facto, Mobutu tinha preferido ver no governo angolano ou a UNITA ou a FNLA, pois, assim como ele, também estes movimentos eram apoiados pela CIA. Mobutu recusa as acusações e afirma mesmo que tinha sido o MPLA que no mês de março, apoiado pelos cubanos tinha feito incursões na província de Shaba, no sul do Congo-Kinshasa.

Por esta altura, já os blindados cubanos do batalhão presidencial tinham bloqueado as ruas de acesso ao palácio, o que inviabilizou a manifestação nesse local. A RNA, pede então à população, para se juntar à frente das suas instalações. A RNA continua a apelar à manifestação e a que os militares deixem as pessoas se manifestarem. Ferreira Fernandes testemunha que a avenida em frente à RNA está cheia de gente. Entretanto, as tropas cubanas começam a cercar o edifício da Rádio. Disparam sobre o povo (Fernandes, 1996: 21)

No dia 12 de julho de 1977, o Bureau Político do MPLA produz um documento sobre a tentativa do golpe de estado de 27 de Maio de 1977. Nesse documento pode ler-se que a tentativa de golpe de estado foi prontamente esmagada pelos militantes do MPLA, pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola - FAPLA, pela DISA e pelo povo. Não fala, no entanto, na ajuda que receberam dos militares cubanos. Contudo, encontramos informação diferente nas obras consultadas, nomeadamente na de Artur Queiroz (2017), onde se pode ler: *“Os cubanos tardaram em sair, apesar da insistência de Agostinho Neto, que perguntava ao general Jorge Risquet, que comandava as forças expedicionárias de Cuba, porque razão os blindados não saíam. E ele respondia: – Estão quase a chegar, estão quase a chegar. Mas o tempo passava e Risquet andava nervoso pelo jardim da casa de Agostinho Neto, no Futungo. Neto, mais ríspido do que nunca, disse-lhe: – Faça sair imediatamente os blindados! Não acha que estão a demorar tempo demais? O general Risquet respondeu agastado: – Eles vão chegar. Se chegaram de Havana aqui, também vão chegar ao centro de Luanda.”* (2017: 43)

A atestar esta versão, Vladimir Rummyantsev⁸³ considera que *“os cubanos foram obrigados a intervir para não deixar escapar o controlo da situação. Se eles não tivessem saído para a rua, os dirigentes do MPLA matar-se-iam uns aos outros e poriam tudo a perder”* (Milhazes, 2013: 77).

A RNA é ocupada pelos cubanos. O microfone é resgatado pelo cubano Moracén que “repõe” a emissão oficial. Este comandante encontrava-se no Futungo com Agostinho Neto e reúne alguns homens da guarda presidencial. Entraram na rádio e calaram os revoltosos. O comandante explica *“Nós*

⁸³ Vladimir Rummyantsev era, na altura dos acontecimentos, 1º secretário e adido de imprensa da embaixada da URSS em Luanda (Milhazes, 2013: 76)

apenas ajudamos à libertação da Rádio Nacional e a reconquistar o quartel da IX Brigada. Nada mais". Moracén surge na rádio integrado na força do capitão Zé Maria (Queiroz, 2017: 94-95).

Ainda segundo Queiroz, o facto de Moracén ter sido o primeiro a falar aos microfones da Rádio Nacional, não significa que tenham sido os cubanos a libertar Angola, mas sim, apenas que foi o primeiro a chegar à RNA (Queiroz, 2017: 94).

Agostinho Neto surge na televisão, afirmando que os membros do MPLA que na véspera tinham sido raptados pelos nitistas serão encontrados, mas, curiosamente, em lugar de falar em *pessoas* diz que os seus *corpos* serão encontrados. Este engano, ou não, leva-nos a pensar, a nós investigadores, como é que o presidente sabia que estavam mortos. Ou os tinha morto, mandado matar ou viu-os já mortos. E continuava a afirmar que os seus corpos seriam encontrados. E tinha razão, pois alguns dos seus homens apareceram mortos e carbonizados no interior duma ambulância perto do bairro do Sambizanga. Perante este facto, o presidente volta à televisão, afirmando que não havia lugar a perdão para os autores deste macabro incidente. Tinha chegado a hora para um acerto de contas e ninguém foi poupado. "*Não haverá contemplanções (...) Certamente não vamos perder tempo com julgamentos*". (Mateus e Mateus, 2015: 115). No entanto, no documento produzido pelo Bureau Político sobre a tentativa de Golpe de Estado, pode-se ler "*Um Tribunal Militar Especial foi criado para julgar os implicados no traiçoeiro golpe de 27 de Maio e corresponder ao sentimento nacional de castigar sem perdão todos quantos revelassem responsabilidades na sua organização e execução*" (ANGOLA: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, 1977: 50)

6.2 - A repressão

"Já vi o demónio da violência, e o demónio da ganância, e o demónio do desejo ardente, (...)" (Conrad; 2017)

No final do dia 27, o exército angolano, com o apoio dos cubanos, controlava a situação e os principais responsáveis da facção nitistas estavam em fuga, iniciando-se uma caça ao homem.

Foram executados em todo o território centenas de pessoas com ligações diretas ou não ao fraccionistas e a repressão até serviu para ajuste de contas pessoais, de tal ordem que a certa altura o poder já não tinha capacidade de impedir semelhante atrocidade que varreu a sociedade angolana de muitos quadros e jovens que ainda não tinham grande consciência política.

Os guardas prisionais estavam muitas vezes bêbados e nessas alturas torturavam os presos sem qualquer noção do que estavam a fazer. Mas uma noção eles tinham: saíam impunes. As mulheres não escapavam aos espancamentos.

Angola mergulha numa onda de terror e massacres que ainda hoje têm reflexos na sociedade angolana.

Os dirigentes máximos estavam ausentes de Luanda. Agostinho Neto, estava na sua casa no Futungo de Belas; Lúcio Lara, no Lubango. Mas estas ausências não atrapalharam a repressão.

Violentas rusgas foram efetuadas nos bairros luandenses do Sambizanga e do Rangel. As execuções acontecem em todo o território angolano. Ajustes de contas também serviram de pretexto para as execuções bem como a cobiça, pois a possibilidade de ficar com os bens dos presos, casa, carro e até com as viúvas, também pesou a favor dos executantes.

«Michel»⁸⁴, que foi logo preso no início de junho e levado para um aquartelamento no leste de Angola, no Sangongo (Lunda Norte, Leste de Angola), no dia 26 de agosto de 1977, e outros presos, são levados por militares cubanos e angolanos para outro campo, mas só depois de trocarem a farda de militares por simples batinas, calções e camisolas. Ficaram descalços. Quando chegaram ao “*Campo da Morte*” (Sangongo) a ordem era para espancar e matar, pois tinham tentado dar um golpe de estado e tinham morto o comandante Dangereux.

Carlos Pacheco, que lecionava em Angola, foi convidado pelo presidente Agostinho Neto a deixar a escola e a dedicar-se à tarefa (entre agosto de 1975 e março de 1976), de encontrar em Portugal percursos para milhares de armas, fabricadas no país, que os soldados portugueses deixaram depois da descolonização, mas a que retiraram essa peça, tornando-as obsoletas. Sobre a mesma comissão de Inquérito, que segundo Queiroz não fazia mal a ninguém, e que numa entrevista concedida por Manuel Rui Monteiro, ao Expresso, na edição de 2 de agosto de 1997, em que este diz que nunca houve “*uma única agressão*”, o historiador Carlos Pacheco, preso na sequência do 27 de Maio de 1977, contraria esta versão. De acordo com este historiador, os escritores que estavam na comissão de inquérito estavam lá com um propósito bem claro, pouco se distinguindo dos demais polícias de uma ditadura. O historiador diz que “*tudo valeu a esses senhores para me humilharem. (...) Eles sabiam perfeitamente que eu não estava mancomunado com tropas golpistas. (...) “Ndunduma”, (...) ainda ameaçou com a presença de dois militares que foi buscar fora da sala.* (Escritores Angolanos, s.a, e s.l: 75-74⁸⁵).

No programa da RTP África, “Mar de Letras”, que passou a 14 de Fevereiro de 2018, com o convidado José Reis, este afirmou que, mesmo quando foi preso pelo MPLA, movimento onde ele militava, não tinha dúvidas que a morte era o destino que o esperava, pois para ele foi claro, uma vez que não participou em nenhuma tentativa de golpe de estado até porque se encontrava em casa, tratar-

⁸⁴ Francisco Miguel «Michel», autor da obra *Nuvem Negra - O Drama do 27 de Maio de 1977*, foi preso e torturado na sequência do 27 de Maio de 1977.

⁸⁵ E conferido, também, em <https://www.voaportugues.com>, consultado em 17 de outubro de 2018.

se de um ajuste de contas. José Reis tinha trabalhado com Sita Valles no DOM Nacional e quando esta foi expulsa, foram ambos trabalhar para o hospital no Huambo.⁸⁶

As organizações de massas do MPLA são vítimas de repressão violenta, as tropas de elite da 9ª Brigada, a DISA, ministérios, Administração Pública até estudantes e intelectuais.

Na província da Huíla são detidos todos os que tinham concluído a quinta classe, considerados inimigos de classe.

A RNA instiga à violência apelando para agarrarem e amarrarem já os culpados pelas mortes dos membros do MPLA encontrados carbonizados. A televisão, a TPA (Televisão Popular de Angola), fazia o mesmo. Passava constantemente as imagens da ambulância com os corpos dos dirigentes. Nem o presidente da Câmara de Luanda escapa. Na emissão de 30 de Maio aparece com a cara inchada dizendo que era criminoso.

A desgraçada frase de Agostinho Neto “*NÃO HAVERÁ PERDÃO*”, foi a desgraça de muita gente. Prendeu-se, torturou-se e matou-se muita gente, não importando se eram crianças ou até mulheres grávidas. Famílias inteiras foram perseguidas. O clube de futebol do Sambizanga, do qual Nito Alves era presidente, foi todo dizimado, dirigentes, atletas, até o médico. Os cantores de intervenção também tiveram a mesma sorte: David Zé, Artur Nunes e Urbano Castro, por exemplo.

“(...) nessas grandes confusões de setenta e quatro setenta e cinco e do Vinte e Sete de Maio, mataram bué, torturaram e violaram nas cadeias, forjaram intrigas e acusaram pessoas inocentes de estarem envolvidas na tentativa de golpe de estado, tudo para ficarem com as mulheres, as casas e outros bens desses aquesses desgraçados, e tudo isso se passou entre nós angolanos, mas os tugas já cá não estavam, coisas do diabo(...)” (Cardoso, 2013: 280)⁸⁷

José Reis, foi levado de casa sem a existência de mandado de captura. Quando a mulher lhe quis dar cigarros ele disse-lhe que não precisava porque “*os mortos não fumam*”. Levou com ele o cartão de membro de MPLA. A mulher também é presa mas um mês depois é expulsa para Portugal, uma vez que tinha nascido em Portugal. Como ela, muitos o foram, mas outros tiveram sorte madrasta e acabaram assassinados nas prisões que, durante o colonialismo, servira para prender os que estavam contra o regime.

⁸⁶ Informação trocada entre José Reis e a autora.

⁸⁷ Boaventura Cardoso, escritor romancista angolano, ocupou várias pastas no Governo é irmão de Luís dos Passos, fundador do Partido Renovador Democrático, formado por simpatizantes e sobreviventes do grupo dissidente do MPLA, de Nito Alves. Disponível em: www.esquerda.net/dossier/14-partidos-e-coligacoes-apesentam-se-ao-voto. 30/09/2008, 00:00h, acedido em 17/2/2018.

Segundo José Reis, se Angola já tinha poucos quadros qualificados resultado duma política colonial negligente, com e durante o 27 de Maio, a DISA, não se poupou a esforços para encontrar, prender e em muitos casos assassinar os poucos que havia.

A caça aos intelectuais e estudantes era tão declarada que os soldados quando entravam numa casa perguntavam por eles. Parece que a ideia era matar todos os que pensavam. Mataram muitos.

Joseph Conrad na obra *O Coração das Trevas* diz que quando caem as barreiras sociais e as suas interdições, o comportamento das pessoas tende a mudar e há uma propensão para a selvajaria. (Conrad, Joseph, 1902, citado por Reis, 2017:29). Terá sido mais ou menos isto que aconteceu.

Na província do Moxico, o campo de concentração da Calunda serviu para albergar quem não era oriundo daquelas terras, quem pertencia a outras etnias, condenando-os à morte pela fome, doença ou fuzilamento.

No Bié, região muito martirizada pela guerra onde as pessoas apenas pensavam em sobreviver diariamente não sabendo nada sobre Nito Alves e tentativas de golpe de estado, não deixou de assistir à matança. A DISA não poupou os trabalhadores, que não tendo mais nada para vestir apresentaram-se a trabalhar com uma t-shirt da UNITA, mas já muito velha e gasta. Foram todos acusados de fraccionistas, facto que negavam. Então numa atitude macabra os elementos da DISA ao interrogar um prisioneiro obrigavam-no a matar outro, alegando que este tinha confessado querer matar o presidente e como prova que este não tinha nada a ver com o assunto, devia matá-lo. E assim se matavam os prisioneiros uns aos outros.

No Lubango, na fenda da Tundavala com mais de 1.200 metros de altura, os prisioneiros eram abatidos a tiro e empurrados pelo precipício.

José Reis quando foi preso e levado para as instalações da DISA foi obrigado a despir-se tal como os outros presos e começaram logo ali a bater-lhes. Alguns estavam já completamente nus esperando a hora do fuzilamento. Quando o chefe da DISA perguntou quem eram os que tinham acabado de chegar, grupo onde se encontrava José Reis, foi-lhe dito que eram o “*secretariado*” da Sita Valles, a mulher de Zé Van-Dúnem. Foram para a cadeia de S. Paulo, um dos símbolos nefasto da repressão colonial. Os militares vindos da frente de combate, onde travavam o avanço da UNITA, assim que chegaram a Luanda foram logo presos e levados para campos de concentração. Muitos com menos de 18 anos e que nunca tinham ouvido falar em Nito Alves. Alguns presos nem estavam em Angola na altura do 27 de Maio, mas em Cuba ou na União Soviética.⁸⁸

⁸⁸ A informação contida no último parágrafo da página anterior e em toda a atual página, pode ser confirmada na obra de José Reis, (Reis, 2017: 27-39).

Os heróis de ontem eram os bandidos de hoje. Agostinho Neto, a propósito dos membros do Comité Central, disse que muitos iam às reuniões e em lugar de discutirem a agenda de trabalho punham-se a ler às escondidas e a tomar notas para depois criticarem.

As torturas começaram mesmo antes do 27 de Maio. A assessora de Agostinho Neto, Maria da Luz Veloso (que também passou pela Comissão de Inquérito), certo dia pediu ao presidente que fosse visitar as cadeias onde os presos estavam a ser barbaramente torturados.

A Amnistia Internacional elaborou um documento baseado em depoimentos de antigos presos que nos dá uma ideia das sevícias praticadas:

Espancamentos com barras de ferro, paus, cintos, punhos, martelos; uso de chicotes especiais ou fios elétricos; a privação prolongada de alimentos e de água; torturas de sono ou da estátua; queimaduras com cigarros; roleta russa e execuções simuladas; a chinkwalia consistia em amarrar de forma apertada de pulsos e tornozelos nas costas, suspender o preso no ar para logo o deixar cair no chão; o nguelelo consistia em atar pés e mãos atrás das costas por meio de cordas molhadas ligadas aos testículos ao mesmo tempo que um torniquete era apertado à volta das têmporas; choques elétricos.

A polícia cubana também torturava os presos. «Michel» testemunhou isso mesmo (Michel, 2007: 64;79-80)

Monstro Imortal sucumbiu à tortura do *nguelelo*.⁸⁹ Há quem diga que o cegaram primeiro e atiraram o corpo de um avião. Monstro Imortal dizia que não os conhecia e que fossem chamar o Neto. Queria ser interrogado pelo seu presidente.

João Kandala, agente da DISA, declarou que Nito Alves foi levado para a Fortaleza e torturado psicológica e fisicamente. Passou fome. Chegou a estar cinco dias sem comer nem beber. Sofreu a tortura da Estátua. Dizia sempre que nunca quisera matar o presidente, como aliás todos sabiam nem preparou nenhum golpe de estado. A ordem para o seu fuzilamento terá sido dada por Neto embora os *mandantes* tenham sido Iko Carreira, Onambwé (Henrique Santos) e Carlos Jorge. João Kandala adianta que Nito Alves não quis que lhe vendassem os olhos. O seu corpo foi atirado ao mar.

Sita Valles e o marido são presos em meados de junho de 1977. Esteve presa na Fortaleza de S. Miguel. Um preso comentou que quando lhe levavam a refeição, respondia: “A um comunista não se dá leite, dá-se porrada”, (Mateus e Mateus, 2015: 149). Terá sido torturada e violada.

⁸⁹ Esta técnica de tortura consistia em atar pés e mãos nas costas, por meio de cordas molhadas, ligadas aos testículos. Um torniquete, ligado a dois paus, junto às têmporas: apertando o torniquete, reduzia-se a irrigação do cérebro, causando terríveis dores. (Mateus e Mateus, 2015: 130)

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

CAPÍTULO VII - UM GOLPE DE ESTADO “PERMITIDO”

7.1 – ANGOLA: A tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977. Análise do documento Bureau Político do MPLA

Cerca de 45 dias depois do 27 de Maio, no dia 12 de julho de 1977, o Bureau Político do MPLA emite um documento, onde explica aos angolanos, passo a passo, como surgiu a tentativa de golpe de estado, quem foram os seus responsáveis e as razões do fracasso da ação. Como foi possível ao Bureau Político do MLPA, em tão pouco tempo, estar a par de forma tão pormenorizada, das ações realizadas pelos fraccionistas?

Já sabemos que durante a realização da 3ª Reunião do Comité Central do MPLA, Agostinho Neto apelou à vigilância de todos os militantes no sentido de encontrarem e denunciarem possíveis fraccionistas. Também sabemos que muitos homens foram colocados a trabalhar junto de pessoas que Neto considerava puderem pertencer a outra facção. Assim, enquanto investigadores, perguntámo-nos que interesse havia em que a tentativa de golpe de estado acontecesse, quem tiraria proveito disso? O povo angolano não parece que tenha sido ou hoje esse acontecimento não era alvo de tanta controvérsia.

Eis o que nos informa o Relatório do Bureau Político sobre a tentativa de golpe de estado:

Um grupo de ex presos políticos da era colonialista, chefiados por Zé Van-Dúnem, junta-se a outro grupo de responsáveis da 1ª Região Militar, chefiados por Nito Alves, e cedo começam a doutrinar, em nome do MLPA, mas contra a sua ideologia⁹⁰.

Estes dois líderes, em virtude do momento conturbado em que vivia o MPLA, nomeadamente ocupado a lidar com as dissidências internas da Revolta de Leste e Revolta Activa e com o combate contra a FNLA e a UNITA e ainda com as ameaças da África do Sul, a sul, e de Mobutu, a norte, conseguiram entrar para o Comité Central, o que lhes permitiu ter acesso as instituições do Estado e miná-las com o seu “*confundismo ideológico*”.

Neste documento, Alves é acusado de se servir dos CAC, Comités Henda e outros para prosseguir a instrumentalização das massas e, depois, atacá-los, acusando-os de divisionistas, quando já não precisava deles. (Informação do Bureau Político sobre a tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, 11-12).

- A teia do “fraccionismo” começa logo em finais de 1974, na 1ª Região Militar, com a atividade do Centro de Instrução Revolucionária - CIR “*Certeza*”, onde os jovens recebiam instrução política, mas contrária à divulgada pelo MPLA. Alguns destes jovens foram

⁹⁰ Já vimos na I Parte desta dissertação, que sendo o MPLA um Movimento, abrangia várias opiniões políticas.

destacados por Nito Alves para fazerem parte do Secretariado do DOM Nacional. Neste DOM também desempenhou funções Sita Valles. Nito Alves propõe para os sectores do Trabalho e dos Bairros, os militantes Nzamba e Costa, que têm entre outras funções desmantelar as estruturas do estado e substituí-las por outros, tendo à frente pessoas da confiança dos fraccionistas. Sita Valles e Rui Coelho, são colocados nos sectores da Educação e dos Intelectuais. Nestes sectores José Reis vai coadjuvar uma equipa que tem como funções analisar factos e documentos e planificar as ações.

- Torna-se importante para os fraccionistas, controlar os meios de comunicação social, como a rádio e os jornais, ou pelo menos ter nestes órgãos alguém para divulgar as suas ideias. O programa *Kudibenguela* começa a atacar os organismos do MPLA e em Malanje, Lubango e Lobito surgem vários jornais que fazem o mesmo.
- Quando Nito Alves é nomeado Ministro da Administração Interna, fruto de alguma ingenuidade por parte dos dirigentes do MPLA que aceitam o seu nome, passa a dispor de um meio privilegiado para controlar as estruturas do estado e, juntamente com o grupo dos antigos presos do tempo colonial do campo São Nicolau, Namibe, e dos jovens do CIR “Certeza”, nomeia comissários provinciais, comissários municipais, funcionários superiores. Ou seja, toda a administração pública, segundo o MPLA presidencialista, estava minada pelos fraccionistas.
- Por sua vez, Zé Van-Dúnem é nomeado para o Comissariado Político das FAPLA, também através de esquemas que iludiram o bom discernimento dos dirigentes do MPLA, e coloca homens da sua confiança à frente de todas as unidades, controlando ideologicamente as FAPLA, o DOP, através de Fernando Sousa que faz parte do Secretariado do DOM Nacional. Com o apoio de Nito Alves, coloca Comissários Políticos e seus colaboradores, pertencentes sobretudo à pequena burguesia luandense, nas Regiões Militares. Na polícia política (DISA) também são substituídos alguns responsáveis o mesmo acontecendo nas Escolas Militares e mesmo no Destacamento Feminino, onde Elvira da Conceição “Virinha” e Fernanda Delfim (Nandy) colaboram com os fraccionistas.
- Como Comissário Político Geral é nomeado outro fraccionista, Bakalof.

Segundo o mesmo documento, a sabotagem foi levada a cabo do seguinte modo:

- Os comissários provinciais de Malanje, Benguela, Huíla, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e variadíssimos comissários municipais, impediam ou dificultavam a livre circulação de bens de consumo; não facilitavam o escoamento da produção agrícola, contribuindo assim para o estrangulamento da economia nacional. Enquanto tomavam parte nestes atos iam culpando os dirigentes do MPLA dos problemas que a população enfrentava, elevando sempre o nome de Nito Alves.

- Outro organismo que procedia à sabotagem da economia eram as Comissões Populares de Bairro - CPB. Estas, manietadas pelos fraccionistas, não cuidavam dos problemas da população relacionados com a habitação, o fornecimento de água e eletricidade, a Saúde e a Higiene e sabotando decisões importantes como a instalação nos Bairros de Lojas do Povo.
- A própria JMPLA foi campo da influência dos fraccionistas. Por exemplo, aquando da primeira campanha do corte da cana, a juventude correu em massa e entusiasmo, mas o executivo da JMPLA não colocou os jovens. Sabotagem igual aconteceu com as campanhas de alfabetização, as chamadas “*Brigadas Henda*”, que apesar do governo disponibilizar todos os meios, não conseguiram alfabetizar mais do que meio milhão de pessoas.
- Com a UNTA aconteceu idêntica sabotagem. Este organismo nacional que devia trabalhar em conjunto com os Comités de Ação, acabou por desorganizar o sector produtivo, quer industrial, quer agrícola.
- Também as organizações, Organização da Mulher Angolana (OMA)⁹¹ e Organização dos Pioneiros de Angola (OPA),⁹² foram vítimas da ação dos fraccionistas. O próprio desporto também. Como forma de atrair as massas é criado o clube desportivo “Progresso do Sambizanga”, do qual Nito Alves era seu presidente, com o objetivo de fazer propaganda a favor dos fraccionistas.⁹³
- Na DISA foram igualmente colocados elementos fraccionistas com o intuito de obterem informações que pudessem servir os interesses dos golpistas⁹⁴.

Continuando a analisar o documento produzido pelo Bureau Político, verificamos que nos dá conta da existência de várias reuniões que ocorreram no sentido de preparar o golpe de estado. Assim: em janeiro de 1977, Nito Alves reúne-se na quinta de Kindanda, onde estavam presentes nomes como Bakalof, Monstro Imortal, Zé Van-Dúnem, Juka Valentim, Mbala, Betinho, Luís Kitumba, e Pedro Fortunato entre outros, cujo objetivo era o de discutir o documento denominado “*Treze Teses em Minha*

⁹¹ Sobre a OMA não podemos ignorar o que foi escrito pelo romancista Boaventura Cardoso na sua obra “Maio, Mês de Maria”, porque atesta bem a distância que ia do angolano/militante do MPLA com formação académica e ou sensibilidade ética do vulgar militante/cidadão, quando se lê “(...) Camarada Comandante considerava que isso das mulheres quererem ser iguais aos homens eram ideias subversivas que estavam a ser introduzidas na sociedade pela OMA, que não era por isso que tinha andado a lutar, que por esse andar os homens daqui há algum tempo iam ser mandados por mulheres, que a OMA já estava a pisar o risco, tinha poderes a mais, as mulheres agora qualquer coisa é OMA, uns soquitos que apanham dos maridos vão logo se queixar na OMA, (...)” (Cardoso, 1997: 139-140)

⁹² A OPA tinha como objetivos “formar e educar as crianças angolanas nos elevados sentimentos patrióticos e revolucionários, desenvolvendo no seio dos pioneiros o amor pelo estudo, pelo trabalho e pelo cumprimento do dever social”. (Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA, 1978: 33)

⁹³ Kiferro, futebolista no Sambizanga, confessa que este clube tinha fins políticos e que durante o golpe recebeu a missão de liquidar fisicamente alguns dirigentes e outras missões de natureza violenta. Informação do Bureau Político do MPLA ANGOLA: A tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977: Documento do Bureau Político, 1977: 31)

⁹⁴ (...), não foi sem espanto que se descobriu no forro de um vestido da esposa de Bakalof toda uma coleção de fotocópias de documentos altamente secretos (...) se encarregaram de subtrair à DISA (Idem: 31).

Defesa”. Segundo as conclusões do Bureau Político, este documento já fazia alusão ao golpe de estado ao decidir “constituir um Comité Revolucionário de Direção Político-Militar” que substituísse de imediato o Bureau Político e tomasse as medidas para liquidar todos os elementos considerados como «desviacionistas». Novas reuniões tiveram lugar com o aproximar da data em que o Comité Central reuniria para ouvir a Comissão de Inquérito sobre as atividades fraccionistas.

Com a fixação da data para 20 de maio, e de acordo com o documento do Bureau Político, o plano dos golpistas começa a tomar forma. Nova reunião teve lugar, desta vez em casa de Nito Alves com o objetivo da “*preparação da insurreição popular armada*” (1977: 35). Nesta reunião participam Nito Alves, Zé Van-Dúnem, Monstro Imortal; Pedro Fortunato Santos Neto (Nzamba), Minerva, Bakalof, Betinho, entre outros. Estes elementos decidem que o golpe teria lugar em Malanje para depois se estender a Luanda.

No entanto, alteração do local da realização da reunião do dia 20 de maio, do Museu de História Natural, para o Futungo de Belas, alterou o rumo traçado pelos fraccionistas para levar a cabo o golpe de estado, que fica assim, adiado. Outra data é escolhida, a de 25 de maio pelas 4 horas da manhã. E ainda outra. Agora para o próximo dia 28, com início no bairro Sambizanga. A ideia era a de uma insurreição popular seguida de intervenção militar com o pretexto de garantir a proteção do povo.

Este documento refere o facto de “toda essa gente” sabia de véspera que o golpe teria lugar. Cochichava-se de ouvido para ouvido a sua infalibilidade.

O golpe acontece. Alguns disparos criam o ambiente de agitação esperado. Um blindado derruba os portões da prisão, onde morrem Hélder Neto e Adelino Quintina. Outros percorrem a cidade antes de ocuparem a RNA. A população, que se encaminha para os seus empregos, encontra barreiras que a empurra para o Palácio contra a vontade da maioria.

Por volta das 8 horas da manhã a Rádio é ocupada e passa o programa Kudibanguela mas, ao contrário do esperado pelos golpistas, as massas não aderiram, mas conseguem criar emboscadas para prender alguns altos dirigentes do MPLA e das FAPLA.

A manifestação junto ao Palácio não corresponde ao esperado e os golpistas apelam a população a manifestar-se junto à RNA, e foi por esta emissora que o contragolpe teve início. Tomada a Rádio e tranquilizada a população, passa-se à tomada do Quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9ª Brigada, à normalização na cadeia de São Paulo e da Rádio Patrulha do Corpo de Polícia Popular de Angola (CPPA) e começa-se a procurar os dirigentes do MPLA que estavam desaparecidos. Foram encontrados assassinados.

Os golpistas debandaram e foram sendo encontrados uns após outros.

“O Estado populista e que, apesar de tudo, ainda ouvia o povo, morrera a 27 de Maio de 1977. O poder dele saído revelar-se-ia sistematicamente intolerante e descomedidamente policial”
(Tali, 2018: 606).

7.2 - O Poder Popular questionado entre a 3ª Reunião Plenária e o Iº Congresso do MPLA

LEI DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO:

“O centralismo democrático é a única garantia que em cada momento há de prevenir as instituições superiores, (...) de tomarem posições, tomarem medidas sem consulta prévia às bases”

(Ministério da Informação, 1976:17)

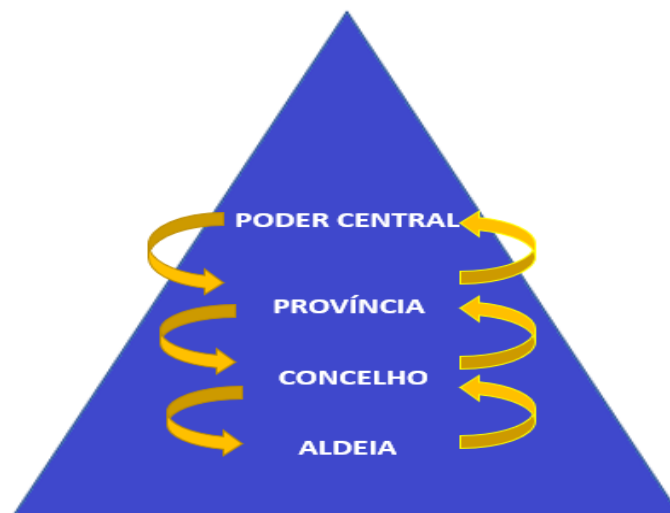


Figura 7.2 - Poder Popular⁹⁵

Em 1976, no início do ano, Nito Alves discursou nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Luanda sobre a Lei do Poder Popular. O Conselho da Revolução elaborou a Lei do Poder Popular depois de se dar conta que a Lei Constitucional, nomeadamente no seu artigo 3º, era muito vaga acerca do poder político, pelo que foi necessário acrescentar àquele artigo formas concretas da participação dos operários, camponeses e todos os que trabalham para a execução do Estado.

Durante o discurso, Alves salientou que só com a prática da governação se consegue perceber os erros que determinada lei tem. É preciso que surjam ocasiões para a testar e, por conseguinte, pô-la em causa. No caso angolano, será a própria prática do exercício dos representantes das massas populares

⁹⁵ A imagem sobre o Poder Popular é da autoria da autora.

que há de, no futuro, rever a Lei do Poder Popular. Porque é impossível praticar uma democracia direta, a soberania da nação é colocada na democracia indireta, que, no nosso caso, é o MLPA, como representante da Nação Angolana, que luta pelos interesses das camadas mais exploradas. Ou seja, o Povo de Angola, numa determinada fábrica, delega na Comissão de Trabalhadores, um determinado poder. O mesmo acontece, por exemplo numa Sanzala, em que o Povo delega na Comissão Popular de Povoação um determinado poder. Na província, o Povo delega à Comissão Provincial o poder. Isto para dizer que é preciso ter a noção que o Poder Popular implica ter o poder por via indireta, assente num mecanismo de assembleias populares, que têm a sua origem na base.

Ainda segundo a Lei do Poder Popular, nas cidades, existem as Assembleias Populares de Bairro. Estes são os únicos órgãos com base numa democracia direta, todos os outros, e as outras comissões que hão de surgir, serão através do mecanismo da democracia indireta.

As Comissões de Bairro, eleitas pelas Assembleias Populares de Bairro, as Comissões de Povoação, eleitas pelas assembleias de população, etc. estas assembleias terão capacidade legal, perfeitamente institucionalizada, para poder controlar os camaradas eleitos para as comissões. Mas o direito administrativo em Angola vai mais longe. As massas populares, para além de escolherem e controlarem as suas comissões, também as podem destituir.

Isto significa que a Lei do Poder Popular, prevê que qualquer comissão, de bairro, municipal, provincial, pode ser a qualquer momento, por razões de infidelidade à linha política do MPLA, ser destituída. O próprio Comissário da Comuna, que é o representante do Governo na Comuna, o Comissário do município, que é o representante do Governo e do Conselho da revolução num município, o Comissário duma província, que é o representante do Governo e do Conselho da Revolução, na Província, podem ser exonerados pelas massas. Só desta maneira, e conforme o Poder Popular, se pode entender o caminho para uma autêntica democracia popular.

Mas Angola está numa fase de transição para um novo regime de produção liderado pelo MPLA, o que levanta um problema: se Angola está em transição para um modelo superior de governação, como vai ser implementada a Lei do Poder Popular, numa situação de alianças de classes? Esta questão é levantada por Nito Alves no seu discurso. E continua dizendo que não é possível esquecer que o fundamento do Poder Popular é a negação da exploração do homem pelo homem, e esta ideia é definida pelo MPLA e materializada, principalmente pelos operários e pelos camponeses. Diz ainda que a Lei do Poder Popular só é possível de ser aplicada onde os princípios do MPLA estejam bem apreendidos e consolidados. As populações têm de se organizar rapidamente segundo os termos do Movimento. Só onde o MLPA estiver fortemente implantado pode haver lugar à implantação do Poder Popular. Isto para salvaguardar qualquer tipo de outras formas menos recomendáveis de atuação política (Lei do Poder Popular, 7;17).

No entanto, já na 3ª Reunião Plenária do Comité Central e mais tarde no Iº Congresso do MPLA, a forma de organização do Poder Popular, enquanto organização de massas, vai ser posta em causa. Se no texto da 3ª Reunião Plenária se pode ler: “*Tendo em vista a experiência de Luanda na organização e funcionamento dos primeiros órgãos do Poder Popular – vitória inegável do Povo angolano- decidiu-se continuar o processo eleitoral nas províncias em que o Movimento e a economia se organizarem satisfatoriamente*”, o facto dos Comissários Provinciais passarem a estar ligados ao Primeiro Ministro e não ao Ministro da Administração Interna, cujo cargo foi extinto (era Nito Alves que o ocupava; e também o de Primeiro Ministro haveria de ser extinto), mostra-nos já uma intenção clara de sonegar a Nito Alves, a influência que ele tinha junto das organizações de massas, ao mesmo tempo que retira às assembleias de província a eleição dos Comissários Provinciais que passam a ser nomeados e empossados pelo presidente do MPLA e no artigo 48º, tanto os comissários municipais como os comunais, passam a ser nomeados por indicação do MPLA. Finalmente, no artigo 35º, o órgão supremo do Estado é o Concelho de Revolução, uma vez que ainda não “*havia condições*” para se constituir a Assembleia do Povo.

Na página 37 do Relatório do Comité Central ao Iº Congresso do MPLA, podemos ver como o Poder do Estado se sobrepõe ao Poder Popular e o Partido é o bastião que irá dirigir o Estado. O mesmo é dizer que o Poder Popular não existe sem partido.

Agostinho Neto, não colocando de parte o Poder Popular, defende, no entanto, que o conceito de Poder Popular tem de ser entendido no âmbito da teoria marxista-leninista, da Revolução e do Estado. Segundo a teoria marxista-leninista, é no Poder do Estado que está a essência de qualquer revolução. É preciso decidir qual é a classe que detém o poder, ou seja, qual é a classe que decide tudo.

Se a classe operária e as outras classes e intelectuais engajados na construção do Estado marxista-leninista precisa do Poder político para se libertar das classes exploradoras, vai ser o Partido que vai dirigir a Revolução. Só sob a direção do Partido a classe operária pode exercer o Poder Popular.

Depois da tentativa de golpe de estado a existência de órgãos de Poder Popular foi posta em causa, como aliás o próprio Iº Congresso refere, na página 41 do Relatório. No rescaldo do 27 de Maio de 1977, alguns órgãos de Poder Popular foram acusados de formarem uma força pequeno-burguesa, que usando as estruturas do MPLA e o seu nome, executaram ações contra os órgãos centrais do aparelho do estado.

Com a realização do Iº Congresso a Lei do Poder Popular irá ser reformulada, de forma a colocá-la sob a alçada do Partido. O Poder Popular não pode ser mais utilizado pelas massas como meio espontâneo de luta, como aconteceu durante a primeira guerra de libertação. Agora a luta é dirigida pelo Partido e só pelo Partido.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

IV PARTE

CONCLUSÃO

“Nos arquivos fotográficos soviéticos, encontrei fotografias onde se pode ver Nito Alves a depor flores no mausoléu de Lenine e no Túmulo do Soldado Desconhecido, numa amena conversa com Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, ambos delegados ao fórum máximo do comunismo mundial. Vemo-lo ainda a discursar na tribuna do Palácio dos Congressos da URSS. Olhando para estas fotografias, parece estar-se perante um político angolano com um futuro brilhante. Mas a luta pelo poder nos regimes ditatoriais, sejam eles de direita ou de esquerda, fascistas ou comunistas, transformam os dirigentes políticos em antropófagos que devoram os mais frágeis, ou os mais ingénuos.”
(Milhazes, 2013: contracapa)

No encerramento dos trabalhos do I Congresso do MPLA, no dia 10 de dezembro de 1977, e que tiveram o seu início a 30 de novembro, Agostinho Neto diz esta frase *“(...) Neste 10 de Dezembro de 1977, sob o olhar silencioso de Lenine, fundámos o Partido do Trabalho.”* (Tali, 2018: 613)

O Iº Congresso dá-se quando ainda decorria a repressão e a caça aos nitistas. Historiadores e estudiosos ainda hoje se perguntam se aquele Congresso, e a opção ideológica que dele saiu, não esteve relacionado com o 27 de Maio e as acusações e reivindicações dos nitistas, como que uma tentativa de Agostinho Neto mostrar que o MPLA não era nem antissoviético, nem antimarxista nem maoista (Tali: 2018; 613,614). Os mesmos estudiosos perguntam-se, e nós juntámo-nos à sua voz, que rumo ideológico tomaria o MPLA se não tivesse existido a crise nitista. Também nos perguntamos, assim como os estudiosos, se esta opção pelo marxismo-leninismo não terá sido uma resposta ao auxílio prestado pelos cubanos e soviéticos ao movimento de Agostinho Neto.

Já aquando da realização da 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, em outubro de 1976, se abordou a ideia da realização de um congresso onde ficassem clarificadas as opções político ideológicas do Movimento. Sabendo, como se sabia, da existência de tendências divergentes às do presidente Neto, tornava-se necessário esclarecer os militantes sobre o processo de reestruturação do MPLA, adaptando-o à nova fase de luta, agora que tinham conquistado a independência e terminara o Programa Mínimo,⁹⁶ esperava-se que durante o Congresso o Movimento conseguisse fazer o balanço das atividades, criasse um partido de ideologia marxista-leninista, ideologia do proletariado, através da

⁹⁶ O Programa Mínimo do MPLA, definido e iniciado na primeira reunião do Comité Central realizada a 9 de fevereiro de 1975, depois dos Acordos de Alvo, ficou concluído com independência, a 11 de novembro de 1975 e tinha como principais objetivos: a defesa; a organização e a mobilização do povo angolano. (Discurso de Agostinho Neto na abertura da 3ª reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada em Luanda entre 23 e 29 de Outubro de 1976)

implantação e generalização do Poder Popular, cujo modelo de desenvolvimento seria o do socialismo científico, para consolidação da Independência⁹⁷.

A opção pelo socialismo, já tinha sido expressa durante a II Semana do Poder Popular realizada a 4 de outubro de 1975, ainda antes da proclamação da independência nacional. Neto declarava nesse dia:

“Vamos entrar numa nova fase onde seremos nós (...) os responsáveis pelo nosso país (...), onde deveríamos ver quando entramos na era do socialismo (...). Mais cedo ou mais tarde, vamos pô-lo em prática. E não será um socialismo em benefício apenas de alguns grupos de indivíduos, mas um socialismo para aqueles que mais sofreram com o colonialismo: para os operários e para os camponeses” (Tali, 2018: 617;619).

A este assunto Neto voltou na reunião de delegados da UNTA, a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos, realizada a 18 de outubro de 1976, tendo afirmado que, embora sendo a classe operária minoritária em relação às outras, devia ser ela a dirigir a revolução angolana uma vez que *“(...) possui a ideologia de vanguarda, o socialismo científico e a doutrina do socialismo científico, que se chama marxismo-leninismo”* (Tali, 2018: 618).

Este historiador, Jean-Michel Mabeko Tali, durante a sua investigação, não encontrou nada que possa corroborar a tese da existência de um debate político interno sobre a posição política do MPLA, pelo que sustenta a hipótese de que a opção pela ideologia marxista-leninista tenha sido uma escolha pessoal, que o Comité Central, recebeu e aceitou. A autora também nada encontrou. Assim, podemos inferir mais uma vez o papel da elite angolana, que se posicionou na primeira dimensão que abordamos no ponto 1.2, do capítulo I, da I Parte, ou seja, mantém-se numa posição subalterna para não perder os seus privilégios.

A propósito do 27 de Maio de 1977, David Birmingham escreve *“Na própria Luanda (...) os «sans-coulottes» negros das classes trabalhadoras quase conseguiram afastar a elite burguesa que tinha herdado cargos e prestígio coloniais, incluindo as casas de luxos, os bares aparatosos, as corridas de iate no porto e a condescendente indiferença política para com os que passavam fome nos musseques. O golpe de Nito Alves foi frustrado pela incompetência dos seus líderes exaltados, por uma clivagem no seio do exército e pela rápida decisão do comando local cubano de salvar o presidente e os homens que lhe restavam, em vez de saltar para um futuro desconhecido mais radical”* (Birmingham, 2010: 210; 211)

⁹⁷ «Resolução sobre a realização do Primeiro Congresso do MPLA para criação do Partido», in Documentos -III Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976. Luanda: Edição do Secretariado do Bureau Político do MPLA, 1976, pp.83-85.

É opinião da autora que o processo de criação de um partido de vanguarda de ideologia marxista-leninista devia ter sido gradual e não, como acabou por acontecer, de um momento para o outro, uma vez que a maior parte dos quadros existentes no MPLA, não estavam ainda suficientemente “doutrinados” para a mudança súbita. A violência de que foi alvo a extrema-esquerda dos comités, os CAC, a OCA, já para não falar dos responsáveis pelas dissidências, não deram lugar a um verdadeiro debate na sociedade angolana.

Para que os militantes abraçassem uma ideologia de forma consciente, tinha sido já criada uma Escola do Partido e iniciada uma campanha para divulgar a teoria marxista-leninista, entre os militantes. Contudo a população angolana estava longe de entender o que significava e implicava a gestão da produção pelo socialismo científico. Senão vejamos o que nos diz o jornalista e na época funcionário do governo, Ferreira Fernandes, no seu artigo no Diário de Notícias, do dia 27 de maio de 1996:

“(...)Andava de jipe, protegido por uma simples pistola - nessa altura [o jornalista refere-se ao período do 27 de Maio de 1977] a guerra civil era só larvar, com a UNITA confinada ao extremo Sudeste do país. Durante semanas andei a praticar uma futilidade: ensinar aos pescadores a obrigação de preencher formulários. Quantos vezes se saía ao mar? Quanto e que tipo de pescado? Coisas assim. Rapidamente me dei conta que o socialismo científico não pegava de estaca. Disse-me um pescador perto de Benguela. (...) um velho negro gozou-me. “Falta mais cruzinhas! Quando o telhado da seca levanta sozinho e vai aterrar ali, quando há feitiço, onde é que eu ponho cruzinhas?”. À volta eram risos zombeteiros.”

Na 3ª Reunião Plenária foi abordada a questão do princípio da seletividade para entrar no MPLA e decidido pela saída de todos os militantes que não correspondessem aos critérios do novo partido de vanguarda, o futuro MPLA. Estes princípios relacionavam-se, sobretudo, com aspetos morais, culturais e políticos. Este princípio de seletividade já parece colocar de fora do futuro partido militantes que não estivessem completamente alinhados com as ideias da Direção. Até então o partido era um Movimento, ou seja, aberto a todos aqueles que quisessem lutar pela independência. O que fazer agora com aqueles elementos que durante anos combateram o colonialismo no terreno, que tinham conquistado um papel importante dentro do MPLA, mas até discordavam da forma de atuar do presidente? O que fazer com estes elementos, que tudo indica se preparavam para tomar o poder? Uma purga no MLPA podia ser uma solução? Foi? Perguntamos nós pesquisadores! Purga, ou não, o que é certo é que esses elementos desapareceram.!

O coronel soviético Vladimir Varganov, que prestava apoio militar ao governo angolano e que, portanto, controlava altas patentes militares angolanas, estranhou nada saber sobre a preparação de um golpe de estado. Milhazes, coloca a hipótese, em virtude deste desconhecimento, que o 27 de Maio de

1977 foi uma “*inventona*” de Agostinho Neto e seus aliados, para liquidar a oposição dentro do MPLA (Milhazes, 2013: 79).

De qualquer forma Agostinho Neto ficou convencido que a URSS tinha estado por trás da tentativa de golpe de estado e, na visita que fez a Moscovo, no mês de agosto de 1977, pergunta diretamente a Brejnev se era ou não verdade que os soviéticos tinham atentado contra ele. Brejnev, em lugar de responder, lê um texto sobre os êxitos da economia soviética. O ambiente entre os dois dirigentes ficou pesado e Moscovo foi obrigado a retirar alguns dos seus homens de Angola, acusados de ligações a Nito Alves e uma onda de repressão apanhou muitos dos angolanos que tinham estudado na URSS (Milhazes, 2013: 79-80).

O que terá levado Brejnev a ter uma reação tão peculiar à pergunta de Neto? A autora vê nesta atitude de Brejnev a necessidade, urgente, de mudar de assunto, pois não podia responder à pergunta do presidente angolano sem colocar em risco os acordos que tinha celebrado com o presidente Nixon, dos EUA, sobre a redução do armamento⁹⁸. Vivia-se em pleno período da Guerra Fria e não era suposto que uma potência interviesse diretamente nos conflitos internos de outro país soberano.

Nos regimes totalitários, quer eles sejam de direita ou de esquerda, acontece com frequência a luta interna entre fações dum partido único ou movimento, acabando por uma delas ser exterminada e, no caso angolano, a fação nitista não foi exceção.

O fim dos regimes coloniais em África foi visto como uma oportunidade rápida para os africanos de melhorar o seu nível de vida, porque era isso que os líderes revolucionários prometiam. E, de facto, os melhoramentos aconteceram até porque os novos estados receberam apoios muito significativos de organizações de todo o mundo.

Apesar desses melhoramentos, a esmagadora maioria dos países africanos continuou a figurar entre os mais pobres do mundo, mesmo depois de independentes. Construir um aparelho de governo era muito difícil. A herança deixada pela potência colonizadora e pelo período pré-colonial era muito pesada. A falta de experiência governativa e de quadros adequadamente formados, contribuiu para o aparecimento de uma burocracia exagerada, pouco ou nada profissionalizada e ineficaz, dando lugar a todo o tipo de corrupção, onde os laços tribais tinham o primado sobre o Estado. Com uma sociedade sem espírito crítico, graças ao sistema colonial, o exército era a única força organizada. Os golpes de estado aconteciam constantemente. Os líderes, ditadores, assim que tomavam o poder, acumulavam riquezas.

⁹⁸ Acordo Salt, celebrado entre Brejnev e Nixon com o objetivo de ambas as potências, reduzirem o seu armamento nuclear.

Em Angola, Agostinho Neto não tolerou oposições, nem antes nem depois da independência. Delega a tarefa de acabar com a Revolta Activa e a OCA em Nito Alves, para logo a seguir, acabar também com ele e com outros.

Se quando aterrou em Luanda, a 5 de fevereiro de 1975, se surpreendeu desagradavelmente com o nível de organização que o MPLA, em Angola, apresentava sem nunca ter tido a presença física nem a orientação do seu presidente, pior ficou quando deparou com o êxito que Nito Alves tinha como dinamizador do Poder Popular.

Para o historiador Maketo Tali, *“O Poder Popular em Luanda estava activíssimo. O Agostinho Neto chega, vê aquela festa toda e declara, “nós somos pelo Poder Popular”, dá a volta e esquece a Democracia Nacional para falar em “Poder Popular, Democracia Popular” (...) e aproveita aquele movimento”* (Tali, 2001, Vol.II, pp. 275, citado por Figueiredo, 2017: 78). Mas tudo indica que foi mesmo um aproveitamento da situação que se vivia. Fernando Paiva, ex comissário político das FAPLA, dá-nos conta do comentário de Neto: *“depois a gente ajusta contas com esses gajos. Agora é preciso livramo-nos dos outros, depois ajustamos contas aqui dentro”* (Figueiredo, 2017: 78).

Com efeito, durante o I Congresso do MPLA, Agostinho Neto esvazia o Poder Popular da sua vertente política, ao afirmar que uma coisa é o Poder que surge num contexto de luta pela independência, outra é, já com a independência e as estruturas de Poder do estado a funcionar, as Comissões de Poder Popular poderem continuar a vigiar os Órgãos do Governo (permitindo aos órgãos locais vigiar os órgãos do poder central).

Tal como Mabeko Tali, também a autora chegou à conclusão que designar a classe operária como classe dirigente foi um engodo, pois quem esteve à frente dos destinos de Angola foi uma elite proveniente de uma pequena burguesia negra e mestiça. Foi nesta elite que foram recrutados os funcionários para as estruturas centrais do MPLA-PT (transformado em Partido do Trabalho durante a realização do Iº Congresso que se realizou entre 30 de novembro e 10 de dezembro de 1977) e foi esta elite que legitimou o MLPA e o partido único e a sua ideologia marxista-leninista com tudo o que ela teve de absolutista e totalitário, e legitimando esta ideologia, legitimou a autocracia do governo de Agostinho Neto.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

Bibliografia:

- Ângelo, Fernando Cavaleiro (2017), *OS FLE \CHAS A tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola*, Alfragide, Casa das Letras
- Almeida, Eugénio Costa (2009), *A União Africana e a Emergência de Estados-Directores no Continente Africano: O Caso de Angola*, Dissertação para obtenção de grau de Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- Almeida, Eugénio Costa (2011), *ANGOLA: Potência Regional em Emergência*, Lisboa, Edições Colibri
- Almeida, Eugénio Costa (2018), *África Colonial no Centenário da Guerra de 1914-1918 – Angola e Moçambique, os casos em análise*, Novas Edições Académicas, International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group, Maurícias
- Alves, Nito (1976) *Lei do Poder Popular*, Angola, Edição do Ministério da Informação
- Alves, Nito (1977) *Treze Teses em Minha Defesa*, Luanda
- Antunes, José Freire (1990), *O Factor Africano - 1890-1990*, Venda Nova, Bertrand Editora
- Benemelis, Juan. F (1986), *Castro Subversão e Terrorismo em África*, Odivelas, Europress, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
- Birmingham, David (2010), *PORTUGAL E ÁFRICA*, Lisboa, Nova Vega Editores, Lda.
- Bueno de Mesquita, Bruce, Alastair Smith, Randolph M. Siverson e James D. Morrow, 2003, *The Logic of Political Survival*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, citado por Frantz, Erica e Natasha Ezeow 2011, *The Politics of Dictatorship: Institutions and Outcomes in Authoritarian Regimes*, Colorado, Lynne Rienner Publishers, Inc
- Botelho, Américo Cardoso (2007), *HOLOCAUSTO em ANGOLA – Memórias de entre o cárcere e o cemitério*, Lisboa, Nova Vega, Lda.
- Cardoso, Boaventura (1997), *Maio, Mês de Maria*, Porto, Campo de Letras, Editores S.A.
- Cardoso, Silva (2005), *ANGOLA, Anatomia de uma Tragédia*, Cruz Quebrada, 6ª Edição, Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.
- Carreira, Iko (1996), *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Carvalho, M. J. (1976), *O MPLA na Destruição de ANGOLA*, Lisboa, Edição de Autor, Tipografia União Gráfica

Documentos 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, (1976), Luanda, Edição do Secretariado do Bureau Político

Figueiredo, Leonor (2010), *SITA VALLES, Revolucionária, Comunista até à morte (1951 – 1977)*, Lisboa, Alêtheia Editores

Figueiredo, Leonor (2017), *O Fim da Extrema-Esquerda em Angola, Como o MPLA Dizimou os Comitês Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980)*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, S.A.

Gonçalves, Jonuel (2017), *FRANCO ATIRADORES: Clandestinidade e Informalidade nos Combates Democráticos em Angola (Abril de 1958-Abril de 2017)*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, Lda.

Lara, Lúcio (1999), *História do MPLA, até Fev. 1961*, Lisboa, Publicações D. Quixote

Mancur, Olson, 2000, *Power and Prosperity: Outgrowing Communist and Capitalist Dictatorships*, Oxford, Oxford University Press, citado por Frantz, Erica e Natasha Ezrow, 2011, *The Politics of Dictatorship: Institutions and Outcomes in Authoritarian Regimes*, Colorado, Lynne Rienner Publishers, Inc

Maria, Adolfo, (2014), *Angola – Sonho e Pesadelo*, Lisboa, Edições Colibri

Martelo, David, (1998), *As Mágoas do Império*, Mem Martins, Publicações Europa América

Mateus, Dalila Cabrita, (1999), *A Luta pela Independência: A Formação das Elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, (2015 a), *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e consequências O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Alfragide, Texto Editores (4ª edição)

Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, (2015 b), *Purga em Angola. Nito Alves/ Sita Valles/ Zé van-Dúnem – O 27 de Maio de 1977*, Alfragide, Texto Editores (10ª edição)

Messiant, Christine, (2008), *L'Angola postcolonial: 2. Sociologie politique d'une oléocratie*, Paris, Éditions KARTHALA

Michel, Francisco Miguel, (2007), *Nuvem Negra*, Porto, Clássica Editora

Milhazes, José (2013), *“GOLPE NITO ALVES” E OUTROS MOMENTOS DA HISTÓRIA DE ANGOLA VISTOS DO KREMLIN*, Lisboa, Alêtheia Editores

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, (1974a), *Estatutos, Lei da Disciplina – Membros do Comité Central e do Bureau Político*, Luanda, Edição do Departamento de Informação e Propaganda – DIP, Colecção Textos

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, (1974 b), *Programa*, Luanda, Edição do Departamento de Informação e Propaganda – DIP, Colecção Textos

Nelson, Mandela (2013) Prefácio em Stengel, Richard, *O Legado de Mandela - Quinze lições de vida, amor e coragem*, Lisboa, Planeta, 5ª Edição

Neto, Agostinho, (1978), *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Lisboa, Edições Avante

Pacheco, Carlos (s/d) *Escritores Angolanos*, (s/e)

Pacheco, Carlos (2014), *ANGOLA, um gigante com pés de barro*, Lisboa, Nova Vega, Lda.

Pacheco, Carlos (2016), *AGOSTINHO NETO – O PERFIL DE UM DITADOR, A História do MPLA em Carne Viva*, Lisboa, Nova Vega, Lda.

Pawson, Lara (2014), *Em Nome do Povo. O massacre que Angola Silenciou*, Lisboa, Edições Tinta-da-China

Pimenta, Fernando Tavares (2011), *ANGOLA, NO PERCURSO DE UM NACIONALISTA: Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, (2ª Edição)

Pinto, Alberto Oliveira (2015), *História de Angola – da Pré-História ao Início do Século XXI*, Lisboa, Mercado das Letras Editores, Lda.

Pinto, Alberto Oliveira (2018), *A Criança Branca de Fanon*, (Prefácio de Jean-Michel Mabeko Tali), Lisboa, Mercado das Letras Editores, Lda.

Queiroz, Artur (2017), *O 27 de Maio de 1977*, Luanda, Fundação Agostinho Neto

Reis, José (2017), *ANGOLA – O 27 de Maio. Memórias de um Sobrevivente*. Lisboa, Edições Nova Vega, Lda.

Reis, José (2018), *ANGOLA – O 27 de Maio A História por Contar*, Lisboa, Edições Nova Vega, Lda.

Rocha, Edmundo (2003), *ANGOLA – Contribuição ao Estudo da Génese da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964), (testemunho e estudo documental)*, Lisboa, Kilombelombe

Rocha, Edmundo, Francisco Soares e Moisés Fernandes (2008), *Angola – VIRIATO DA CRUZ – O Homem e o Mito*, Luanda, Prefácio e Edições Chá de Caxinde

Seara, Fernando Redondo (1985), *Direito Internacional Público (Documentos Fundamentais)*, Maia, Castoliva-Editora

Spínola, António (1974), *PORTUGAL E O FUTURO: Análise da Conjuntura Nacional*, Lisboa, 4ª Edição, Editora Arcádia, S.A.R.L

Tali, Jean-Michel Mabeko (2001), *Dissidências e Poder de Estado -O MPLA Perante si Próprio (1962-1977) - Ensaio de História Política – (Iº Vol. 1962-1974) Coleção Ensino, 3, Luanda, 2001*

Tali, Jean-Michel Mabeko (2018), *Guerrilhas e Lutas Sociais: O MPLA perante si próprio, 1960-1977*, Lisboa, Mercado das Letras

Wintrobe, Ronald, 1998, *The Political Economato of Dictatorship*, Cambridge, Cambridge University Press, citado por Frantz, Erica e Natasha Ezrow, 2011, *The Politics of Dictatorship: Institutions and Outcomes in Authoritarian Regimes*, Colorado, Lynne Rienner Publishers, Inc

Comunicação Social Escrita, Portais Noticiosos e Suportes Eletrónicos:

Diário de Notícias, edição do dia 27 de Maio de 1996.

Jornal de Angola, edição de 31 de Maio de 1977, disponível em: <https://quitexe-história.blogs.sapo.pt>, consultado em 3 de maio de 2018.

Jornal Folha 8 (Angola), edições online dos dias: 5/05/2018; 18/05/2018; 19/05/2018; 22/05/2018; 23/05/2018; 2/06/2018 e 6/10/2018., disponível em: <https://jornalf8.net>.

Novo Jornal (Angola), edição do dia 29 de maio de 2009.

O Jornal, edições dos dias 15 de junho de 1977 e 17 de junho de 1977.

Revista Opção, edição semanal de 5 a 15 de junho de 1977.

RTP – Canal 2: Programa Mar de Letras, emissão do dia 14 de fevereiro de 2018.

Acordo de Nakuru: https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Nakuru, consultado em 9 de Julho de 2018.

Almeida, Eugénio Costa. Blogue “Pululu”: <https://pululu.blogspot.com>, consultado entre dezembro de 2017 e 2018

Autocratismo, Ana Catarina Simões Mendonça Pinto, em novembro de 2015, disponível em: (<https://run.unl.pt/handle/10362/17203>), consultado em 21 de dezembro de 2018

Boaventura Cardoso em: www.esquerda.net/dossier/14-partidos-e-coligacoes-apesentam-se-ao-voto. 30/9/2018, consultado em 17 de fevereiro de 2018

Castro, Orlando (2011). Massacre Pica-Pau; in: Livros – Documentos; disponível em: <https://amota.wordpress.com/2011/02/17/>, consultado em 20 de agosto de 2018

Conrad, Joseph. (2017); in: Frases Famosas Online: <https://www.frasesfamosas.com.br>, publicado em 17/04/2017; consultado em 18 de fevereiro de 2018.

Constituição de 1822, disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html>, consultado em 18 de dezembro de 2018.

“Difference Between Totalitarianism and Authoritarianism,” disponível em: www.differencebetween.net, consultado em 4 de setembro de 2018 e disponível em: <https://study.com>academy>, consultado em 4 de setembro de 2018

DOSSIER 27 DE MAIO: <http://paginaglobal.blogspot.pt/2016/05/dossier-27-de-maio-angola.html>, consultado em 29 de janeiro de 2018; e <https://www.esquerda.net>, consultado em 18 de maio de 2017

Frantz Fanon (1925-1961; in: The Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP). <https://www.iep.utm.edu/fanon/#H1>, consultado em 38 de agosto de 2018

Geddes, Barbara. (2004). Minimum-Winning Coalitions and Personalization in Authoritarian Regimes; in: American Political Science Association, Chicago, September 2-5, 2004; <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.595.8200&rep=rep1&type=pdf>; consultado em 12 de março de 2017

Geddes, Barbara, Joseph Wright & Erica Frantz. (2014). _Autocratic Breakdown and Regime Transitions: A New Data Set; in: Perspectives on Politics, Volume 12, Issue 2; June 2014, pp. 313-331;

Luis Barbero, Êxodo cubano “El Mariel”, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/13/internacional/1442113548_063090.html, consultado em 1 de abril de 2018

“Manuel Pedro Pacavira”: <https://paginaglobal.blogspot.com/2013/09/angola-pacavira-da-pide-ministro-do.html>, consultado a 26 de abril de 2017

Moreira, Adriano, *Reformas de 1961*, disponível em: <http://malomil.blogspot.com/2017/02/adriano-moreira-e-as-reformas-de-1961-html>, consultado em 18 de dezembro de 2018.

Pacheco, Carlos em: <https://www.voaportugues.com>, consultado em 17 de outubro de 2018

Passos, Luís dos <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/7308/27-de-maio-nao-foi-um-golpe-de-estado-revela-luis-dos-passos-a-von>; consultado em 17 de fevereiro de 2018

Pawson, Lara: www.esquerda.net/artigo/novo-livro-faz-viagem-fundo-pelo-27-de-maio-de-1977-em-angola/32964, consultado em 19 de fevereiro de 2018.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

Vumby, Fernando: <http://paginaglobal.blogspot.pt/search/label/FERNANDO%20VUMBY>, consultado entre novembro de 2017 e abril de 2018.

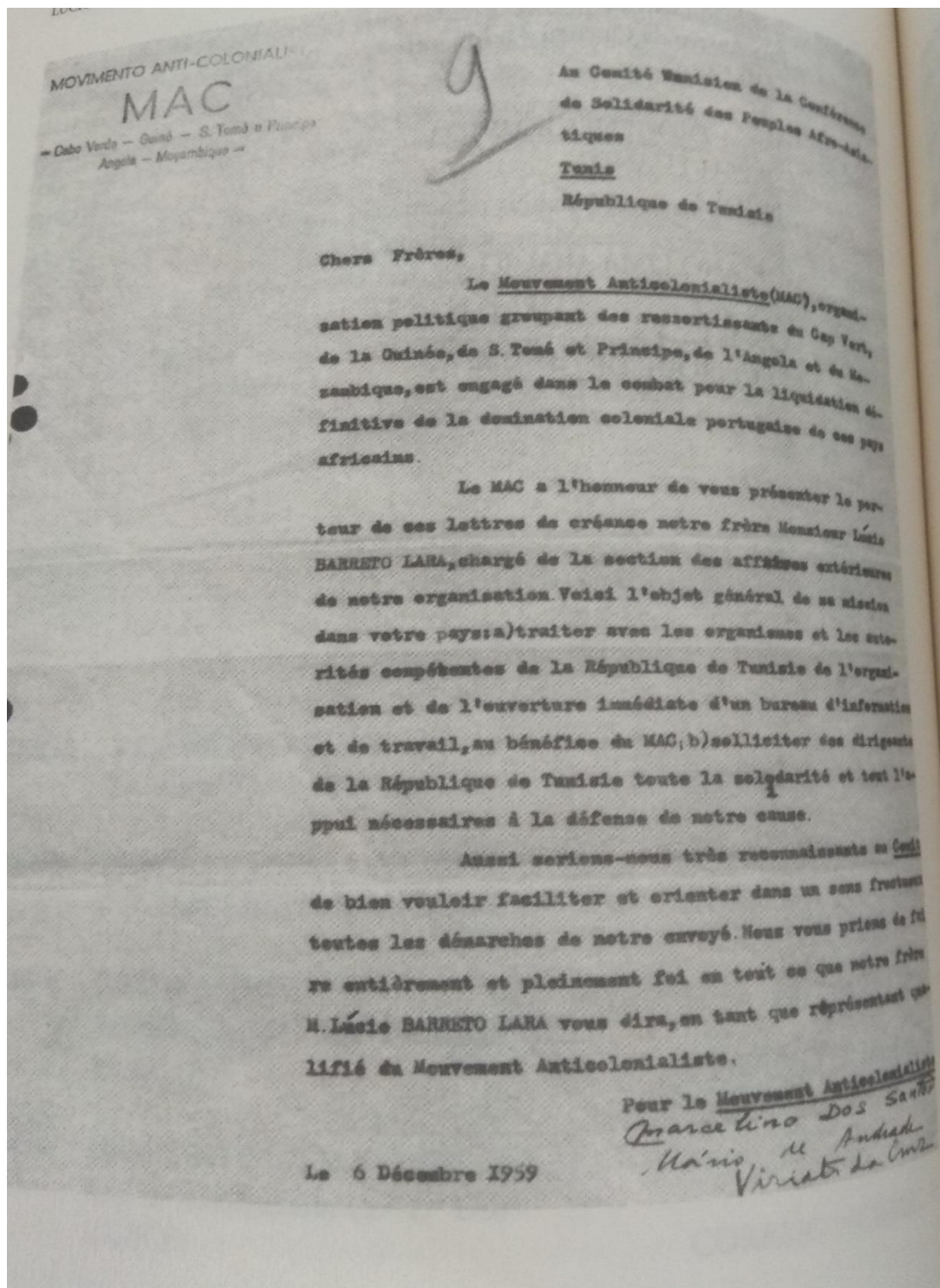
Vumby, Fernando: <https://jornalf8.net/tag/fernando-vumby/>, consultado em 12 de dezembro de 2017.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

ANEXOS

ANEXO A

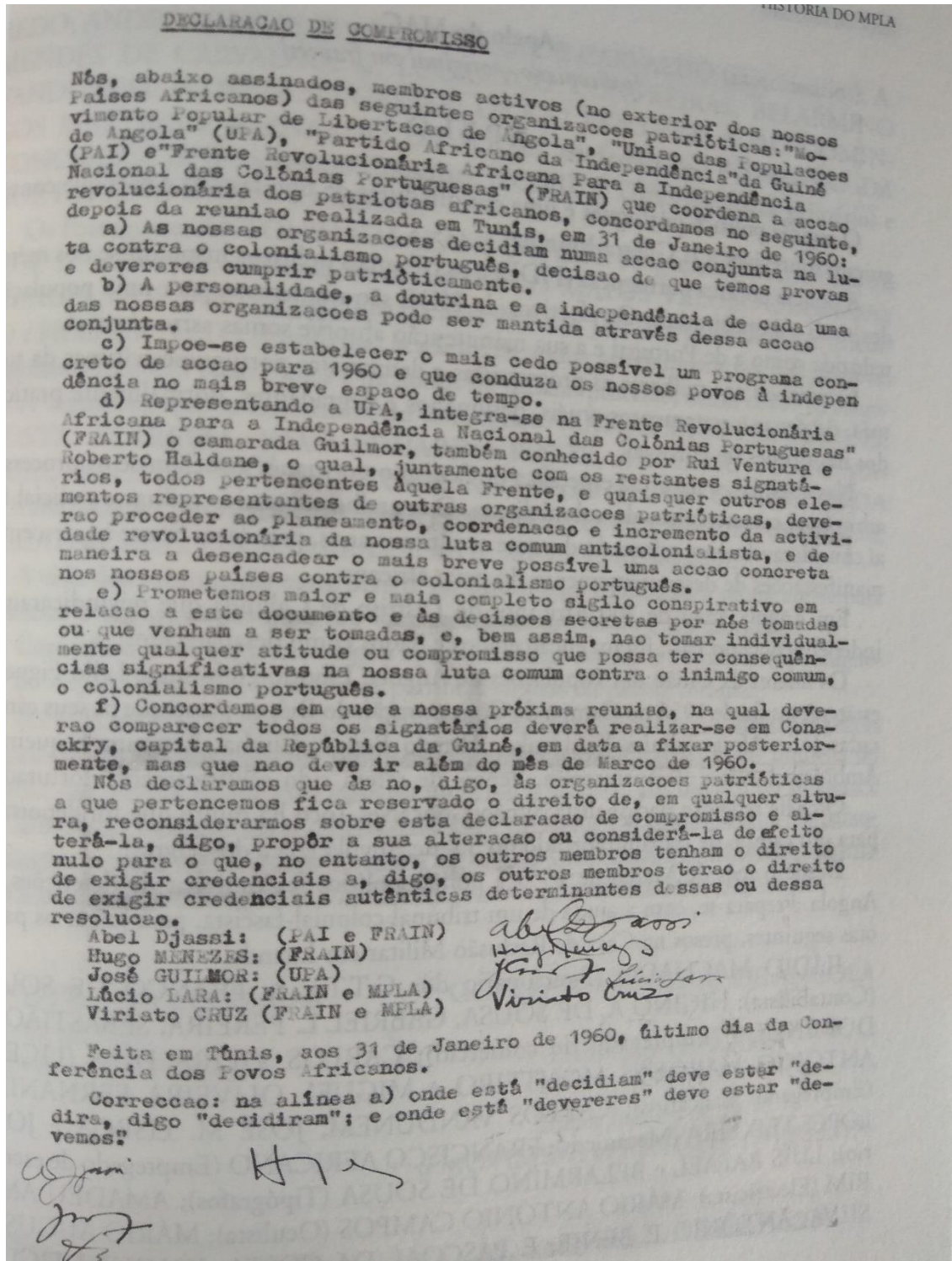
Credencial de Lúcio Lara para estar presente, como membro do Movimento ANTICOLONIAL MAC, na Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, realizada em Tunes, na Tunísia, em janeiro de 1960



Assinam: Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, a 6 de dezembro de 1959
(Cf. Lara, 1999: 279)

ANEXO B

Declaração de Compromisso assinada entre a UPA, PAI e FRAIN (com o MPLA)



Assinam pelo FRAIN e MPLA, Lúcio Lara e Viriato de Cruz, em Túnis, no dia 31 de janeiro de 1960, último dia da Conferência dos Povos Africanos

(Cf. Lara, 1999: 353)

ANEXO C

CARTA DE VIRIATO DA CRUZ A ÁLVARO HOLDEN ROBERTO

Frankfurt/Main, 29 de Abril de 1959

Meu caro Amigo,

Recebi o número do “Ghana Times” e li o bilhete que lhe vinha penso, datado de Fevereiro último.

Entretanto, tomo a liberdade de desejar estabelecer as melhores relações consigo e vou permitir-me, a título particular, tratar de alguns problemas que – estou convencido – são do nosso interesse comum.

Somos africanos de Angola; somos angolanos portanto. Libertar a nossa terra da ocupação e do domínio de estrangeiros é certamente, para todos nós, a tarefa mais desejada e mais elevada.

Existem algumas organizações, formadas e dirigidas por angolanos, que visam precisamente esse objectivo comum.

Não será indispensável unificar a nossa acção combativa? Não será indispensável que nós, filhos da mesma terra, que vimos sofrendo a mesma longa escravidão, nos unamos, tão cedo quanto possível, e construamos uma fraternidade concreta e confiante através da luta comum pela liberdade por todos nós desejada?

Não será desejável – e mais do que desejável: indispensável mesmo – que construamos uma Frente única de luta anticolonial em Angola?

Eu e outros compatriotas estamos prontos a trabalhar o máximo possível para a realização dessa tarefa indispensável e urgente.

O que pensa você sobre esta questão? O que pensam os outros nossos compatriotas do seu conhecimento? O que pode você fazer, concretamente, para esse objectivo?

Lamento que não nos conheçamos pessoalmente. Mas suponho, por outro lado, que isto não deve constituir um grande obstáculo.

Cameron Duodu, que fará o favor de lhe entregar esta carta, conhece-me pessoalmente.

Seja o que for, confesso-me contente de entrar em contacto com um compatriota.

Certo de que você me responderá tão urgentemente quanto for o seu interesse pelo conteúdo desta carta, peço-lhe aceitar as minhas saudações fraternais.

V. Cruz

14, Crestzschmarstrasse

Frankfurt/Main West Germany

(Cf. Lara, 1999: 84-85)

ANEXO D

EXCERTO DA CARTA DE JONAS MALHEIRO SAVIMBI AO MPLA

12/12/60

Prezados irmãos e camaradas

Faço em primeiro lugar uma auto-apresentação, pois creio que poucos ouviram falar de mim.

Jonas Malheiro Savimbi, do Andulo-Bié, ANGOLA. Cheguei em Lisboa em Setembro de 1958 para terminar o 7.º ano (...) em Março de 1959, por ocasião da semana do ultramar, fui pedido pelo Reitor a fazer um discurso sobre “a obra civilizadora de Portugal” tema escolhido pelo Governo. A princípio, pediram-me para fazer um discurso só para os meus colegas por iniciativa do meu professor de Filosofia Dr. Joel Serrão. Mas quando este se apercebeu que na sugestão tinha intervido a mão escura do Governo, retirou o seu convite e passou para o meu lado apresentando uma recusa baseada na pouca experiência que eu tinha dos assuntos políticos. (...). Conjurado o perigo com a ajuda sem limites do meu professor de Filosofia, passei a enfrentar sozinho a acção coerciva da polícia internacional (PIDE). Para os camaradas que estão na Guiné, podem ao menos falar com o Eng. Amílcar Cabral que nas horas mais difíceis me deu alento com as suas palavras simples mas sinceras.

(...) Saí de Portugal em circunstâncias difíceis, mas amigos do (P.C. Português) deram-me a maior colaboração possível mas isso não evitou que me obrigassem a assinar uma declaração segundo a qual regressaria a Portugal depois de 90 dias e colaboraria finalmente com a PIDE. Receberam-me o Bilhete de Identidade que afinal não me faz falta alguma cá. O consulado Português em Lausanne tem tentado por todas as vias entrar em contacto comigo.

(...) Como sabeis, a Suíça é um dos países mais capitalistas deste pobre Ocidente. E não permitem aos estrangeiros fazerem política dentro da Suíça. Teoricamente! Desde que se tomem as devidas precauções sem ofender directamente as autoridades locais levamos a cabo a nossa missão sem que se apercebam que militamos no seio suíço. O P.C. suíço apesar de diminuto tem uma força razoável. Proximamente enviar-voe-ei um boletim de informação anticolonialista editado pelo M.D.E. (movimento democrático de estudantes).

(...) Estou confiante que com a vossa colaboração, prontos a indicar-me erros praticados por falta de experiência, poderei ser útil à nossa causa para a qual labuteis há já bastantes anos. Venho por meio desta oferecer os meus fracos préstimos na edificação dum ideal e na reconquista do nosso Património (...). gostaria de estar ao corrente do que se passa em Angola, dos Movimentos Militantes dos filhos da Pátria querida (...). Se há um Fundo para o qual devemos contribuir cada um segundo as

O Movimento Popular de Libertação de Angola, o Primeiro Governo Angolano e o Reforço do Autocratismo
com o 27 de Maio de 1977
Dissertação de Mestrado de Palmira dos Santos Reis

suas possibilidades, terei uma alegria louca de dar a minha quota-parte. Se há Boletins Informativos ou revistas quer espescíficos de Angola ou Africanos em geral, estou pronto a pagar assinaturas.

Quando me puderem escrever (...)

Savimbi.

(Cf. Lara, 1999: 575-578)

ANEXO E

CARTA DO MPLA A JONAS MALHEIRO SAVIMBI

Conakry, 28 de Dezembro de 1960

Caro irmão SAVIMBI,

Acusamos a recepção da tua carta de 12.12.60.

Estamos informados da tua questão com a PIDE e confessamos ter na maior consideração as tuas qualidades de carácter.

É evidente que urge que desenvolvias, em relação à luta actual do nosso povo, uma actividade à altura das tuas capacidades e das tuas possibilidades. Aliás reconhecemos em que foi a tua lúcida consciência patriótica que te levou a escrever-nos afirmando a tua vontade de contribuir para a luta comum.

Para avaliares o Movimento Popular de Libertação de Angola, enviamos-te os documentos juntos. Tu estudá-los-ás certamente.

No caso de concluíres que o M.P.L.A. é digno dos teus ideais e dos teus esforços nós estaremos absolutamente dispostos a tomar na maior consideração o teu pedido de filiação no nosso Movimento, como membro militante.

Estamos convencidos de que dentro de pouco tempo adquirirás a experiência suficiente para prestares, nos limites das tuas possibilidades, relevantes serviços à libertação (que se dará!) do nosso povo.

Pensamos sinceramente que todos não são muitos para o grande e nobre combate que deveremos travar.

Certos de que teremos a alegria de te ouvir brevemente, recebe, caro irmão as nossas saudações fraternais.

(Viriato Cruz)

Secretário-geral

(Cf. Lara, 1999: 573)

ANEXO F

EXCERTO DA CARTA DE JONAS MALHEIRO SAVIMBI À UPA

Suíça, 9 de Fevereiro de 1960 (mas é de 1961)

Caros amigos e compatriotas da “U.P.A”

Antes de mais nada peço-vos desculpas pela demora em responder em definitivo à visita que o Sr. Holden me fez. Como sabem, não regatearei esforços para a reconstrução de uma nova e autêntica ANGOLA.

(...)

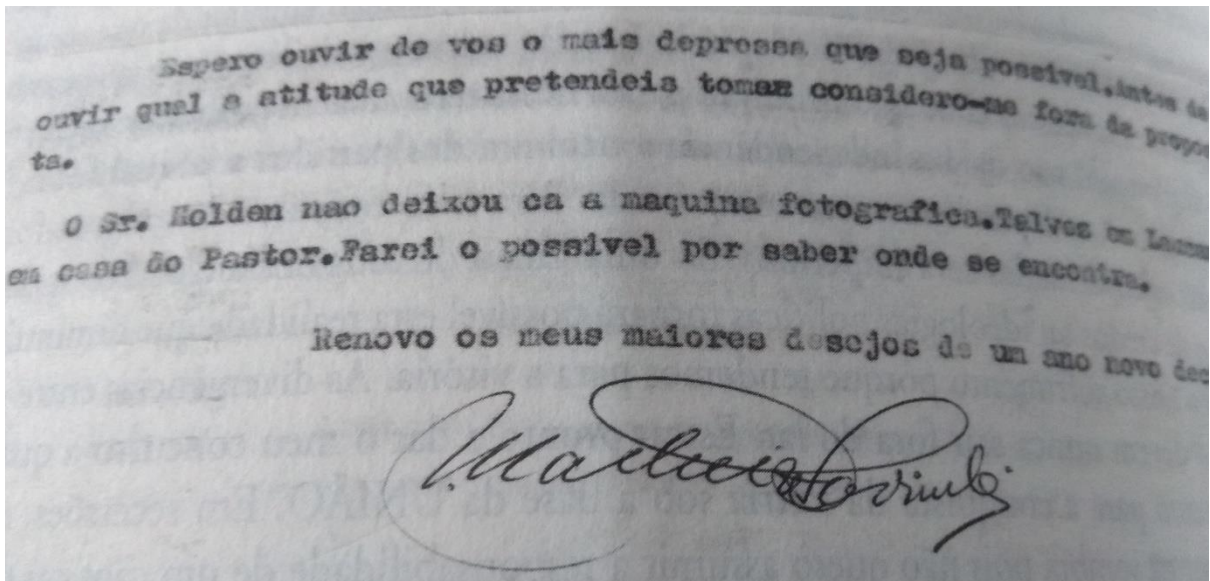
Antes de responder à vossa amável proposta de seguir para Nova York dirigir o escritório encarregado dos assuntos da UPA, (...) refecti (...). Por natureza gosto de me dedicar ou afanosamente ao não. Nunca aceitar encetar carreiras sem convicção pessoal. Como o Sr. Holden se deve recordar mostrei-me bastante chocado ao saber que existem diferendos, entre a UPA e o MPLA. Continuo a protestar contra este princípio. Seja qual for a origem das dissidências, ela é inferior quanto ao objectivo a atingir. (...).

Não haja ilusões: o Governo de Portugal não dará a independência a nenhum dos partidos seja qual for a sua moderação. A independência será conquistada. Para tal o concurso de todas as forças e todas as capacidades será imperioso. Só uma união de todos os angolanos sem distinção de credos ou ideologias políticas tornará possível esta realidade (...). Estou pronto a dar o meu concurso a qualquer movimento para a conquista da Pátria sob a base da UNIÃO. Em secessão, prefiro continuar na sombra pois não quero assumir a responsabilidade de um caos ou derrota. (...). Escrevo para Conakry em termos idênticos e se possível for encontrar uma solução mesmo temporária todos os angolanos estarão em redor dessa União.

Em princípio sugiro que se tenha em vista um encontro entre os representantes dos dois grandes movimentos da nossa querida Pátria. Discutir-se-á o alcance e o valor que essa União pode trazer à nossa causa comum. (...)

Espero ouvir de vós o mais depressa que seja possível. Antes de ouvir qual a atitude que pretendeis tomar considero-me fora da proposta.

Ass) Malheiros Savimbi



(Cf. Lara, 1999: 575- 576)

ANEXO G

EXCERTO DA CARTA DO MPLA A SAVIMBI E RESPOSTA DESTE

Conakry, 2 de Março de 1961

Ref. 222/11/61

Caro Compatriota Savimbi,

Saúde!

1 – Confirmamos a nossa carta ref. 203/18/61, de 23 de Fevereiro findo, a qual acompanhava o teu cartão de membro. Agradecemos que, oportunamente, acuses recepção do cartão-

2 – A título informativo e muito particular, junto te remetemos um exemplar do convite para a Conferência de partidos nacionalistas das colónias afro-asiáticas de Portugal. Remetemos-te esse exemplar só para veres que o MPLA faz, efectivamente, dia-a-dia, uma política para a unidade de todas as forças que lutam contra o colonialismo português. O MPLA já enviou esse convite a 5 organizações angolanas, incluindo a UPA.

(...)

Saudações cordiais

EXCERTO DA CARTA DE SAVIMBI AO MLPA

Suíça, 3/3/61

Caros compatriotas

Acuso a recepção da vossa carta de fevereiro que agradeço (...).

(...).

Quanto ao programa que enviaram do MPLA escusado será dizer que estou completamente de acordo. Não mais falei nisso porque achei desnecessário.

Pelo MPLA e pela UNIÃO DE ANGOLA! Agradeço o cartão que me fazia uma falta doida.

Abraços do sempre ao dispor,

Ass) Malheiros Savimbi

(Cf. Lara, 1999: 582-587)

ANEXO H

EXCERTO DA ENTREVISTA DADA POR AGOSTINHO NETO AO JORNALISTA ARTUR PORTELA FILHO, PARA REVISTA OPÇÃO, NA EDIÇÃO DE 9 A 15 DE JUNHO DE 1977

RO: *O fraccionismo tem determinadas motivações e objectivos. Essas motivações e objectivos, fundamentalmente, quais são?*

AN: *No MPLA, existem vários agrupamentos políticos por razões geográficas, mas não apenas. A existência de várias regiões e de militantes que estiveram numa, e não noutra, o facto de uns terem vivido a luta na clandestinidade sem terem participado na luta armada, estabelece a existência de ilhotas políticas, constituídas por pessoas com afinidades diferentes, mas todas integradas no MPLA, onde existem opiniões diferentes.*

A grande questão coloca-se ao nível da luta de classes. A esmagadora maioria do Comité Central defende a unidade, quer de ideologias, quer de classes, quer de etnias.

RO: *Devo entender então que têm quanto à questão da luta de classes, os fraccionistas uma posição mais impaciente...*

AN: *Os fraccionistas, pelo contrário pretendiam um confronto imediato entre a classe operária, a camponesa e a pequena burguesia. A nós essa divisão não nos interessa. Queremos que seja a classe operária a dirigir a Revolução, mas sem que se isole. Se enquanto classe se afastar das pessoas, não podemos realizar a Revolução.*

Temos por um lado os esquerdistas, que querem as coisas resolvidas sem o acompanhamento do Povo e nós, que queremos a unidade popular.

[Nesta entrevista, por esquerdistas, Neto refere-se aos fraccionistas que estiveram nos acontecimentos de 27 de Maio de 1977]

RO: *Considera-os isolados das massas?*

AN: *A tentativa de golpe de estado só aconteceu em Luanda e envolveu uma parte muito pequena da população. Não houve adesão noutras províncias, embora eles tivessem feito esforços...*

RO: *Mas essa preocupação de unidade, a longo termo, em certo sentido, é já um traço que distingue a vossa filosofia política de outras....*

AN: *São as novas ideias. Novas ideias de realização de uma revolução que não contemplaria portanto todas aquelas classes, todos aqueles grupos sociais, que fossem considerados, por eles, reacionários. Não conseguimos fazer com que os fraccionistas participassem, de forma activa na reconstrução do país. A reconstrução e a segurança do país são prioridades do governo angolano. A FNLA e a UNITA, embora continuem a proceder a ataques, não constituem um problema.*

RO: *Mas há outro conceito que é o do alinhamento e o do não alinhamento. Como se situa, entre uns e outros, Angola?*

AN: *Não nos interessa pertencer a um bloco militar. Sim, temos cá uns camaradas soviéticos e uns camaradas cubanos. ...E outros camaradas que ainda são mais numerosos, mas que ninguém menciona.*

RO: *Está a referir-se a que camaradas?*

AN: *...Dos países socialistas.*

Nós não somos um país socialista, de momento. Basta ver que o nosso comércio não é completamente colectivizado. [O petróleo também não era. As companhias Cabinda Gulf Oil e a Petrangol-Angol-Texano, eram americanas e na companhia de diamantes anglo-sul-africana De Beers, Angola tinha uma parceria (Pinto, 2015: 740;741)].

Queremos criar aqui o socialismo. Não pretendemos pertencer a um bloco militar. As nossas relações com a União Soviética são, principalmente, porque a União Soviética nos ajuda. Nós somos não alinhados. Somos independentes e seremos independentes.